

Textos
e
Documentos
5

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

ATRAVÉS DE TEXTOS



ADHEMAR MARQUES
FLÁVIO BERUTTI
RICARDO FARIA

00) "18/..."

7h

1.

HISTÓRIA
CONTEXTO

Textos e Documentos 5

Das revoluções burguesas até o final da Segunda Guerra Mundial. Esta nova coletânea de Adhemar, Flávio e Ricardo, professores universitários e de 2º grau de Belo Horizonte, trata ainda da Revolução Industrial, do Movimento Operário Europeu no século XIX, das Revoluções de 1830 e 1848, do Nacionalismo e as Unificações, do Imperialismo, da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa, dos Fascismos e da Crise de 1929.

Cada unidade traz vários textos – num total de 72 – selecionados de maneira a montar um verdadeiro curso de História Contemporânea.

Obra indicada para cursos universitários de História, Ciências Sociais, Filosofia, Direito e Educação, e para as boas escolas de 2º grau.

E D I T O R A
CONTEXTO

ISBN 85-85134-62-3



9 788585 134624

Copyright © 1990 dos autores

Coleção
Textos e Documentos

Projeto de capa
Ebe Christina Spadaccini

Ilustração de capa
Retrato de Madama Z. óleo de Pablo Picasso

Revisão
Maria Aparecida Monteiro Bessana
Rosa Maria Cury Cardoso

Composição
Veredas Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marques, Adhemar Martins.

História Contemporânea através de textos / Adhemar Marques,
Flávio Berutti, Ricardo Faria. 10. ed. – São Paulo : Contexto, 2003.
– (Coleção Textos e Documentos; v. 5)

Bibliografia
ISBN 85-85134-62-3

I. História moderna - século xx. I. Berutti, Flávio Costa.
II. Faria, Ricardo de Moura. III. Título. IV. Série.

89-2441

CDD-909.82

Índice para catálogo sistemático:
I. História contemporânea 909.82

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

2003

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

Diretor editorial *Jaime Pinsky*
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
FAX: 3832 1043

contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

I	– AS REVOLUÇÕES BURGUESAS	9
	1. O significado da Revolução	10
	2. O caráter da Revolução Inglesa	12
	3. A Revolução Inglesa	13
	4. Levellers e Diggers: o radicalismo na Revolução Inglesa	14
	5. Pensamentos de Winstanley	16
	6. A sociedade francesa no final do antigo Regime ..	18
	7. O que é o Terceiro Estado?	18
	8. Revolução Francesa: a permanência das contro- vérsias	19
	9. O Grande Medo	22
	10. Os limites do radicalismo na Revolução Francesa	24
II	– A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	27
	11. As origens e o desenvolvimento da Revolução Industrial britânica	28
	12. A Revolução Industrial e o século XIX	31
	13. Os resultados humanos da Revolução Industrial .	34
	14. A classe trabalhadora na Inglaterra em meados do século XIX	37
	15. Conseqüências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador	42
	16. Máquinas, multidões, cidades e perdas	44
III	– O MOVIMENTO OPERÁRIO EUROPEU NO SÉCULO XIX	48
	17. O ludismo	49
	18. O ludismo na origem dos movimentos operários .	50
	19. Qual a eficácia da destruição de máquinas?	52
	20. A Associação Internacional dos Trabalhadores ..	54
	21. Bakunin e suas idéias	55

22.	Vive la Commune!	56
23.	A II Internacional e o revisionismo	58
24.	A Declaração sobre a Guerra da II Internacional	61
IV	– AS REVOLUÇÕES DE 1830 E 1848	62
25.	As ondas revolucionárias	63
26.	A Revolução de 1830	65
27.	A onda revolucionária de 1848	67
28.	A Revolução de 1848: discussão historiográfica	68
29.	Reivindicações do partido comunista na Alemanha, em 1848	70
V	– O NACIONALISMO E AS UNIFICAÇÕES	73
30.	Características do movimento das nacionalidades	74
31.	Os limites da Unificação Italiana	77
32.	A nobreza italiana à época da Unificação	78
33.	A idéia de progresso	80
34.	A mensagem do rei Vítor Emanuel ao Parlamento	83
35.	Românticos e Democratas na Alemanha	84
VI	– O IMPERIALISMO	88
36.	O Imperialismo e suas interpretações	89
37.	O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador	93
38.	Movimento operário e imperialismo	98
39.	Tratado entre a França e o Rei Peter, de Grand Bassam	99
40.	Dos preconceitos	102
VII	– A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	103
41.	A Primeira Guerra Mundial – discussão historiográfica	104
42.	A Primeira Guerra e a força da tradição	107
43.	Da paz à guerra	109
44.	Os Quatorze Pontos	112
45.	O Tratado de Versalhes	114
46.	A vida (?) nas Trincheiras	118
47.	Nada de novo no front	120
VIII	– A REVOLUÇÃO RUSSA	123
48.	A criação dos soviets	124
49.	As teses de Abril	125
50.	Outubro	126

	51. Lenine justifica a NEP	129
	52. A oposição operária	130
	53. A Revolução Russa: discussão historiográfica ...	132
IX	– OS FASCISMOS	135
	54. As rejeições e as afirmações do fascismo	136
	55. Fascismo e Marxismo	140
	56. A explicação totalitária	142
	57. A crise política: a pequena burguesia como força social	144
	58. Psicologia do Nazismo	145
	59. Reflexos da crise de 1929 na Alemanha	147
	60. Programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães	149
	61. A traição	153
X	– A CRISE DE 1929	155
	62. Dias de boom e de desastre	156
	63. A Grande Depressão afeta o comércio mundial ..	159
	64. Keynes e a Depressão	160
	65. Reflexos políticos da crise	162
	66. As Vinhas da Ira	163
	67. Um depoimento sobre a crise de 1929	165
XI	– A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	167
	68. A Paz-Guerra	168
	69. O Pacto nazi-soviético	170
	70. Uma vítima fala da tragédia	172
	71. As consequências da guerra	174
	72. Ações das potências desmoralizam ONU	176

Esta coletânea de textos e documentos – parte de um projeto mais amplo da Editora Contexto, que se iniciou com a publicação de *100 Textos de História Antiga*, do prof. Jaime Pinsky – constitui-se em um referencial básico para alunos e professores de História, tanto a nível universitário como de 2º grau.

Os textos e documentos selecionados procuram dar uma visão do processo histórico compreendido entre as Revoluções Burguesas e a Segunda Guerra Mundial. Sua escolha obedeceu a critérios que levaram em consideração os seguintes aspectos: a programação de leituras consideradas essenciais a um estudante de história contemporânea; a utilização desses textos em cursos anteriormente desenvolvidos pelos organizadores e colegas professores; a amostragem da historiografia referente ao período; a adequação dos textos, tanto pelo conteúdo como pela forma, às reais condições de ensino e aprendizagem em muitas das escolas existentes no país.

É importante ressaltar que não se pretendeu esgotar, em hipótese alguma, qualquer um dos temas. Assim, textos e documentos que fizeram parte de uma pré-seleção foram excluídos posteriormente, o que não diminui sua importância. Os que compõem o presente trabalho foram objeto de discussões e análise.

Uma linha mestra que procurou nortear o trabalho dos organizadores foi a de que os textos selecionados deveriam possibilitar ao estudante extrair a essência do pensamento dos autores, o que evidentemente não exclui a leitura da obra completa.

O livro foi dividido em capítulos com um número variável de textos e documentos em cada um deles. Cada capítulo é precedido de uma apresentação do assunto e de questões que podem servir como roteiro para discussões e trabalhos em sala. Um pequeno comentário acompanha cada um dos textos e/ou documentos que compõem os capítulos a fim de que o leitor disponha de elementos para uma melhor compreensão dos mesmos.

Esperamos que este livro se constitua em estímulo para que alunos e professores aprofundem leituras acerca da história contemporânea.

Os organizadores

O estudo das Revoluções Burguesas nos remete, inicialmente, à discussão acerca da natureza e do caráter das mesmas. Na realidade, não se trata de revoluções conscientemente planejadas, dirigidas e executadas pela burguesia. Na maioria das vezes, a burguesia demonstrou um caráter reformista e não-revolucionário, tendendo, inclusive, à conciliação com setores da própria classe dominante.

Se analisarmos as duas revoluções burguesas consideradas como modelos clássicos, e que serão objeto de discussão no presente capítulo – a Revolução Inglesa de 1640 e a Revolução Francesa de 1789 – o que chama a atenção é o fato de que não foi a burguesia a classe que conduziu o movimento à vitória final. Esta observação não invalida o caráter revolucionário da burguesia nesses movimentos. Em ambos, nos momentos em que a contra-revolução é mais ativa, não foi a burguesia que garantiu a continuidade dos processos revolucionários. Foram as massas camponesas e urbanas, sobretudo através de seus setores mais radicais (os *levellers* e *diggers*, na Inglaterra e os *sans-culottes* na França), que liquidaram com as possibilidades de retorno à antiga ordem e até mesmo ultrapassaram os limites propostos pela burguesia.

As revoluções burguesas assistiram, pois, à gestação de revoluções populares que renunciaram a ação revolucionária posterior do proletariado. Assim, se elas não são exclusivamente burguesas, elas são, na realidade, essencialmente burguesas.

Ao liquidar com a antiga ordem feudal-absolutista, elas destruíram o avanço das forças produtivas capitalistas. Como observou Christopher Hill: “o que eu penso entender por uma revolução burguesa não é uma revolução na qual a burguesia faz a luta – eles nunca fizeram isso em nenhuma revolução – mas uma revolução cuja ocorrência limpa o terreno para o capitalismo”.

(*) Esta coletânea foi organizada por Adhemar Martins Marques, professor de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia Belo Horizonte; Flávio Costa Berutti, professor de história moderna, da PUC-MG; e Ricardo de Moura Faria, professor titular de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia Belo Horizonte.

É importante considerar, finalmente, a distinção feita pelos historiadores do caráter “passivo” ou “ativo” das revoluções burguesas. A discussão sobre esse tema, desenvolvida sobretudo pela historiografia marxista, parte do princípio de que as chamadas “revoluções ativas” seriam as verdadeiramente revolucionárias e democráticas, realizadas “de baixo para cima” e com efetiva participação das massas populares. Já as “revoluções passivas” seriam aquelas realizadas “pelo alto” ou “de cima para baixo”, em que a burguesia atinge o poder através de arranjos e acordos com setores da nobreza.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Qual a distinção que Hannah Arendt faz entre revolta e revolução?
2. A partir do conceito de Revolução burguesa, procure identificar nos textos, 2, 3, 8 e 10, elementos que possam comprovar o caráter burguês das revoluções inglesa e francesa.
3. Qual a distinção que Rudé estabelece entre as idéias dos *levellers* e *diggers*?
4. Em que medida as idéias de Winstanley assustavam tanto a classe proprietária?
5. É possível estabelecer uma relação entre os princípios básicos defendidos por Sieyès e a análise de Norman Hampson? (textos 6 e 7).
6. Quais os pontos básicos de cada uma das abordagens apresentadas por Alice Gérard?
7. Segundo Lefèbvre, quais foram os efeitos, a nível das mentalidades, da crise econômica, política e social?

1. O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO

Hannah Arendt

O texto a seguir foi extraído de uma importante obra da filósofa e escritora alemã Hannah Arendt, publicada originalmente em 1968: Da Revolução. O trecho escolhido analisa o momento em que a palavra Revolução passa a ter uma conotação diferente da que até então lhe era atribuída. A autora, estudiosa do totalitarismo, tendo investigado os conceitos de liberdade, percebeu que o conceito de revolução modificou-se em julho de 1789. Nesse momento, a palavra revolução foi usada pela primeira vez com uma ênfase exclusiva na irresistibilidade. Tal movimento passava a ser visto como algo que estava além do poder humano: não seria mais possível contê-lo ou detê-lo. O leitor deve estar atento para a analogia que a autora faz com o movimento giratório das estrelas.

Enquanto os elementos de novidade, começo e violência, todos intimamente associados ao nosso conceito de revolução, estão

claramente ausentes do significado original da palavra, bem como do seu primeiro emprego metafórico na linguagem política, existe uma outra conotação do termo astronômico que já mencionei brevemente, e que ainda permanece muito forte em nosso próprio uso da palavra. Refiro-me à noção de irresistibilidade, o fato de que o movimento giratório das estrelas segue uma trajetória predeterminada, e é independente de qualquer influência do poder humano. Sabemos, ou acreditamos saber, a data exata em que a palavra *revolução* foi usada pela primeira vez com uma ênfase exclusiva na irresistibilidade, e sem qualquer conotação de um movimento giratório recorrente; e tão importante se apresenta essa ênfase ao nosso entendimento de revolução, que se tornou uma prática comum datar o novo significado político do antigo termo astronômico a partir do momento desse novo uso.

A data foi a noite do 14 de julho de 1789, em Paris, quando Luís XVI recebeu do duque de La Rochefoucauld-Liancourt a notícia da queda da Bastilha, da libertação de uns poucos prisioneiros e da defecção das tropas reais frente a um ataque popular. O famoso diálogo que se travou entre o rei e seu mensageiro é muito lacônico e revelador. O rei, segundo consta, exclamou: *C'est une révolte*; e Liancourt corrigiu-o: *Non, Sire, c'est une révolution*. Aqui ouvimos ainda a palavra – e politicamente pela última vez – no sentido da antiga metáfora que transfere, do céu para a terra, o seu significado; mas aqui, talvez pela primeira vez, a ênfase deslocou-se inteiramente do determinismo de um movimento giratório cíclico para a sua irresistibilidade. O movimento ainda é visto através da imagem dos movimentos das estrelas, mas o que é enfatizado agora é que está além do poder humano detê-lo, e, como tal, é uma lei em si mesma. O rei, ao declarar que a investida contra a Bastilha era uma revolta, reafirmou o seu poder e os vários meios à sua disposição para fazer face à conspiração e ao desafio à autoridade; Liancourt replicou que o que tinha acontecido era irrevogável e além do poder de um rei. O que Liancourt viu – e o que devemos ver e entender, ouvindo esse estranho diálogo – que julgou ser, e sabemos que com razão, irresistível e irrevogável?

A resposta, para começar, parece simples. Por trás dessas palavras, podemos ainda ver e ouvir a multidão em marcha, o seu avanço avassalador pelas ruas de Paris, que ainda era, nessa época, não apenas a capital da França, mas de todo o mundo civilizado – a sublevação da população das grandes cidades, inextrincavelmente mesclada ao levante do povo pela liberdade, ambos irresistíveis pela pura força do seu número. E essa multidão, aparecendo pela primeira vez em plena luz do dia, era na verdade a multidão dos pobres e dos oprimidos, que em todos os séculos passados tinham estado ocultos na obscuridade e na degradação. O que a partir de então tornou-se irrevogável, e que os protagonistas e espectadores da revolução imediatamente reconheceram como tal, foi que o domínio público – reservado, até onde a memória podia alcançar, àqueles que

eram livres, ou seja, livres de todas as preocupações relacionadas com as necessidades da vida, com as necessidades físicas – fora forçado a abrir seu espaço e sua luz a essa imensa maioria dos que não eram livres, por estarem presos às necessidades do dia-a-dia.

Arendt, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988, pp. 38-9.

2. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO INGLESA

Christopher Hill e Nicolau Sevcenko

Em 1988 o historiador inglês Christopher Hill esteve no Brasil para o lançamento de seu livro O Eleito de Deus, onde analisa a vida de Oliver Cromwell. Na ocasião, concedeu uma entrevista ao historiador brasileiro Nicolau Sevcenko, publicada no jornal Folha de S. Paulo, tecendo considerações sobre a Revolução Inglesa, tema constante em sua produção historiográfica. O trecho reproduzido nos permite compreender porque Hill considera a Revolução Inglesa um evento capital da história de todo o mundo moderno. Ao relacionar os efeitos da Revolução, o autor nos chama a atenção para o caráter burguês da mesma.

Folha: Nenhum outro historiador poderia explicar tão clara ou amplamente quanto o senhor, por que a Revolução Inglesa é um evento capital não só da história inglesa mas de todo o mundo moderno até os nossos dias. O senhor poderia nos resumir essa sua conclusão?

Hill: Se você observar a Inglaterra no século XVI, verá que é uma potência de segunda classe, levando um embaixador inglês em 1640 a dizer que seu país não gozava de qualquer consideração no mundo. O que era verdade. Mas já no começo do século XVIII a Inglaterra é a maior potência mundial. Logo, alguma coisa aconteceu no meio disso. E eu creio que o que houve no meio foi a Guerra Civil e a Revolução, que tiveram efeitos fundamentais. Primeiro de tudo, acabou de vez com a possibilidade da monarquia absolutista existir na Inglaterra. Segundo, na luta entre o Parlamento e a Coroa, o que ficou claro é que os pagadores de impostos não iriam mais admitir de forma alguma que o governo cobrasse taxas, que não fossem previamente autorizadas pelos seus representantes. Em nome dessa resistência à tirania e ao despotismo foram até a Guerra Civil e a Revolução. Com a sua vitória, enormes recursos ficaram disponíveis para que as forças parlamentares montassem uma poderosa marinha, que iria ser fundamental na promoção dos interesses ingleses por todas as partes do mundo, onde recursos pudessem ser drenados. Isso tornou possível a eliminação dos piratas e a abertura do Mediterrâneo aos mercadores ingleses, a colonização efetiva das terras do

Atlântico e do Pacífico, inaugurando o imperialismo econômico inglês. Obteve inclusive o virtual monopólio do comércio de escravos, de onde, lamento dizer, retirou-se uma enorme fortuna.

Houve ainda uma revolução agrícola com a abolição dos direitos feudais remanescentes sobre a posse das terras, transformando a terra numa mera mercadoria livremente comercializável. O resultado foi que, se a Inglaterra no século XVII era importadora de cereais e padecia de fome e escassez, no fim desse século já era exportadora e não havia mais fome. Tudo isso, como é óbvio, convergiu para a irrupção da Revolução Industrial no final do século seguinte. Fato que foi corroborado, não se deve esquecer, pelo clima geral de liberdade de pensamento e de estímulo oficial às atividades de livros de investigação e pesquisa, que redundaram na revolução científica, pondo a Inglaterra à frente também nesse campo.

Folha de S. Paulo, 10/8/1988, p. E-14.

3. A REVOLUÇÃO INGLESA

Lawrence Stone

*Qual o significado da Revolução Inglesa? Tratou-se efetivamente de uma Revolução? Essas questões nortearam o estudo do historiador inglês L. Stone, um dos integrantes do grupo de historiadores ingleses de orientação marxista que se propôs a discutir, questionar e repensar o marxismo a partir da década de 50. O estudo em questão, publicado na coletânea *Revoluciones y rebeliones de la Europa Moderna*, analisa as causas remotas, próximas e os elementos que contribuíram para desencadear o processo revolucionário inglês do século XVII. No trecho selecionado, conclusão do estudo, o autor comenta as especificidades e o significado da Revolução Inglesa.*

O que caracteriza a Revolução Inglesa é o conteúdo intelectual dos diversos programas e atuações da oposição depois de 1640. Pela primeira vez na história, um rei ungido foi julgado por faltar à palavra dada a seus súditos e decapitado em público, sendo seu cargo abolido. Aboliu-se a Igreja estabelecida, suas propriedades foram confiscadas e se proclamou – e inclusive se exigiu – uma tolerância religiosa bastante ampla para todas as formas do protestantismo. Por um breve espaço de tempo, e provavelmente pela primeira vez, apareceu no cenário da história um grupo de homens que falavam de liberdade, não de liberdades: de igualdade, não de privilégios; de fraternidade, não de submissão. Estas idéias haveriam de viver e reviver em outras sociedades e em outras épocas. Em 1647, o puritano John Davenport predisse com misteriosa exatidão que “a luz que

acabava de ser descoberta na Inglaterra... jamais se extinguirá por completo, apesar de eu suspeitar que durante algum tempo prevalecerão idéias contrárias”.

Ainda que a revolução fracassasse aparentemente, sobreviveram idéias de tolerância religiosa, limitações do poder executivo central a respeito da liberdade pessoal das classes proprietárias e uma política baseada no consentimento de um setor muito amplo da sociedade. Essas idéias reaparecerão nos escritos de John Locke e se consolidarão no sistema político dos reinados de Guilherme III e Ana, com organizações partidárias bem desenvolvidas, com a transferência de amplos poderes ao Parlamento, com um *Bill of Rights* e um *Toleration Act*, e com a existência de um eleitorado assombrosamente numeroso, ativo e articulado. É precisamente por estas razões que a crise inglesa do século XVII pode aspirar a ser a primeira “Grande Revolução” na história mundial, e portanto, um acontecimento de importância fundamental na evolução da civilização ocidental.

Stone, Lawrence. La Revolución Inglesa. In: Forster, Robert e Greene, Jack P. *Revoluciones y Rebeliones de La Europa Moderna*. Madri, Alianza, 1981, pp. 120-1. (Tradução dos organizadores).

4. **LEVELLERS E DIGGERS:**

O RADICALISMO NA REVOLUÇÃO INGLESA

George Rudé

O estudo da ideologia dos protestos populares na Revolução Inglesa do século XVII é o tema central do texto a seguir, de autoria do historiador inglês George Rudé. Na sua obra Ideologia e Protesto Popular o autor desenvolve a formulação original dessa teoria, onde procura explicar como as atitudes revolucionárias são determinadas. No caso específico da Revolução Inglesa, além de uma ideologia dominante que representava as aspirações da burguesia e da “gentry” (fração da nobreza; proprietários agrícolas cuja produção se destinava ao mercado e era realizada em bases empresariais), constituiu-se, também, uma ideologia popular da revolução. Seus porta-vozes foram os levellers, diggers e os representantes das seitas religiosas radicais (seekers, ranters e quakers). O trecho selecionado prioriza as idéias dos primeiros.

A maior parte dos fazendeiros e artesãos, porém – os de “nível médio” –, continuaram a lutar e muitos chegaram a servir no New Model Army, lado a lado com os “capitães de casaco de burel”, de Cromwell, ao fim de 1644. Também os “religiosos” continuaram sendo partidários decididos do Parlamento, e saíam principalmente das camadas “médias” da população. E foi dessas camadas médias,

e não dos trabalhadores como um todo, que uma nova ideologia popular da revolução, uma combinação de elementos velhos e novos, começou então a surgir. Tinha duas linhas principais, uma secular e outra “religiosa”, embora as duas, pelos motivos já explicados, se confundissem inevitavelmente. A linha mais secular associa-se com os *levellers* e os *diggers* os quais, embora seus programas diferissem muito, ofereciam soluções políticas e sociais para males terrenos. Tais grupos surgiram dos acalorados debates, realizados em Putney em 1647, entre oficiais do exército (favoráveis aos grandes comerciantes e donos de propriedades rurais) e os “agitadores”, que representavam as fileiras da tropa. Alguns *levellers* pediam, a princípio, a igualdade da propriedade, merecendo assim o rótulo de *leveller* (nivelador) a eles aplicado pelos seus críticos. Mas, com a continuação do debate, o grupo principal de *levellers* (inclusive John Lilburne, seu principal porta-voz) rejeitou as idéias coletivistas, embora continuasse, em suas petições e manifestos, a condenar o monopólio, a pedir a abolição do dízimo (com compensação para os proprietários, porém) e da prisão por dívidas, e a reivindicar a reforma jurídica e o fim do cercamento das terras comuns e não usadas. Tiveram, portanto, uma política social de âmbito considerável, calculada para granjear o apoio dos pequenos proprietários, embora ficasse muito aquém da aspiração mais radical dos pobres sem propriedades – os criados, os miseráveis, os trabalhadores e os que não eram economicamente livres.

Na verdade, o principal grupo dos Levellers (os *levellers* “constitucionais”) deixou esses grupos sociais (os pobres sem propriedades) de fora não apenas de seu programa social como de seu próprio programa constitucional. Muita tinta já foi gasta sobre o problema de até onde foram os *levellers* no caminho da democracia. Nos debates de Putney, havia quem, como o coronel radical Rainborough, fosse a favor da ampliação do sufrágio para incluir todos os adultos do sexo masculino (inclusive o “menor homem que existir na Inglaterra”). Mas a decisão final de Lilburne e seus companheiros, embora a formulação variasse por vezes, era em favor de algo parecido com o voto familiar, mas excluindo não apenas os criados e mendigos, como também todos os homens que trabalhassem em troca de salários. Esses grupos, portanto, na medida em que recusassem aceitar sua sorte, tinham de procurar defensores em outros círculos. Estes surgiram, em suma, no movimento dos *diggers*, ou *true levellers* (verdadeiros niveladores), que pregavam a ocupação, pela força, das terras desocupadas e das terras comuns, pelos pobres sem propriedades, o que se fez pela primeira vez em St. George’s Hill, perto de Cobham, em Surrey, no mês de abril de 1649. Surgiram uma dezena de outras colônias de *diggers*, principalmente no sul e no centro da Inglaterra, nos dois anos seguintes. Seu principal representante foi Gerrard Winstanley, que não só formulou soluções para males agrários como também imaginou uma comunidade cooperativa do futuro, na qual toda a propriedade seria comum. A obra de Wins-

tanley sobreviveu, para enriquecer futuras especulações sobre a sociedade perfeita. Mas o movimento dos *diggers* teve vida efêmera e uma das razões disso foi ter despertado pouca simpatia entre os arrendatários livres e pequenos proprietários, bem como entre os cidadãos “de nível médio”, que representavam o corpo principal dos *levellers*. Isso não surpreende, pois seus interesses como pequenos proprietários constituíam um obstáculo que os tornava tão relutantes quanto os senhores e a pequena nobreza em abrir as terras comuns à invasão pelos pobres rurais. Já antes da queda dos *diggers*, porém, o movimento político dos Levellers havia sido sufocado depois de uma tentativa de amotinar o exército em maio de 1649.

Já se disse que os *levellers* “constitucionais”, por suas concessões e hesitações em perturbar as classes proprietárias, não discordavam fundamentalmente do tipo de sociedade capitalista que surgia da revolução inglesa. Feito sem outros comentários, esse juízo parece excessivamente rigoroso, pois a tentativa dos Levellers de criar uma democracia de pequenos produtores ainda não havia sido feita antes, (apesar dos gregos antigos) nem voltaria a ser, até a revolução na França, século e meio depois. Não obstante, é certo que os *levellers* falavam por uma classe que esperava ampliar suas propriedades dentro de uma sociedade aquisitiva e não tinha, portanto, qualquer intenção de, uma vez terminado seu período de imaturidade, “virar o mundo de cabeça para baixo”. Mas isso, de acordo com Hill, era precisamente o que as seitas religiosas radicais – os *ranter*s, *seekers* e *quakers* – pretendiam fazer.

Rudé, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar 1982, pp. 78-80.

5. PENSAMENTOS DE WINSTANLEY

O estudo mais completo que existe sobre a ideologia radical que se desenvolveu durante a Revolução Inglesa foi realizado pelo historiador inglês Christopher Hill em sua obra O Mundo de Ponta-Cabeça, traduzida e publicada recentemente no Brasil. O autor observa que dentro da Revolução Inglesa houve a ameaça de uma revolução que pretendia ultrapassar os limites admitidos pela burguesia e pela “gentry”. O radicalismo das idéias que tanto assustaram a classe proprietária pode ser percebido através da leitura do documento que foi extraído do livro de Hill, citado acima.

“Todos os homens se ergueram pela liberdade... e aqueles dentre vós que pertencem à espécie mais rica têm vergonha e medo de reconhecê-la quando a vêem, porque ela chega vestida em roupas rústicas... A liberdade é o homem que girará o mundo de cabeça para baixo, por isso não espanta que tenha tantos inimigos... A au-

têmica liberdade reside na comunidade em espírito e na comunidade das riquezas terrenas; ela é Cristo, o verdadeiro filho do homem que se espalhou por toda a criação e que ora reintegra todas as coisas em si mesmo.”

“No princípio dos tempos, o grande criador, a Razão, fez a terra: para ser esta um tesouro comum onde conservar os animais, os pássaros, os peixes e o homem, este que seria o senhor a governar as demais criaturas... Nesse princípio não se disse palavra alguma que permitisse entender que uma parte da humanidade devesse governar outra... Porém... imaginações egoístas... impuseram um homem a ensinar e mandar em outro. E dessa forma... o homem foi reduzido à servidão e tornou-se mais escravo dos que pertencem à sua mesma espécie, do que eram os animais dos campos relativamente a ele. E assim a terra... foi cercada pelos que ensinavam e governavam, e foram feitos os outros... escravos. E essa terra, que na criação foi feita como um celeiro comum para todos, é comprada, vendida e conservada nas mãos de uns poucos, o que constitui enorme desonra para o Grande Criador, como se Este fizesse distinção entre as pessoas, deleitando-Se com a prosperidade de alguns e regozijando-Se com a miséria mais dura e as dificuldades de outros. Mas, no princípio, não era assim...”

“... foi pela espada que vossos ancestrais introduziram, na criação, o poder de cercar a terra e de fazê-la sua propriedade; foram eles que primeiro mataram os seus próximos, os homens, para assim roubarem ou pilharem a terra que a estes pertencia, e deixá-la em herança a vós, seus descendentes.”

“O mais pobre dos homens possui título tão autêntico e direito tão justo à terra quanto o mais rico dentre eles... A verdadeira liberdade reside no livre desfrute da terra... Se o comum do povo não tem maior liberdade na Inglaterra do que a de viver em meio a seus irmãos mais velhos e para esses trabalhar em troca de salário, então que liberdade tem ele na Inglaterra a mais do que na Turquia ou na França?”

“Não se adotará essa praxe do governo monárquico, que consiste em educar uma parte das crianças apenas para o aprendizado livresco, sem conhecer nenhum outro ofício, a elas se chamando pessoas estudadas; porque depois disso, elas, devido à sua indolência e treinamento mental, passam o tempo montando estratégias graças aos quais possam elevar-se à posição de senhores e chefes de seus irmãos trabalhadores.”

Pensamentos de Winstanley. Ap. Hill, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 117, 139-40 e 278.

6. A SOCIEDADE FRANCESA NO FINAL DO ANTIGO REGIME

Norman Hampson

A compreensão das razões que produziram a Revolução Francesa não pode prescindir de uma análise da situação em que viviam as várias categorias da sociedade. O texto de Hampson, bastante sintético, procura abordar esta situação, analisando as tensões que foram crescendo no final do século XVIII, envolvendo a nobreza, a burguesia e o campesinato. Este texto é a conclusão de um amplo levantamento, tema do primeiro capítulo de seu livro Historia Social de la Revolución Francesa.

A França do *ancien régime*... era uma sociedade extremamente complexa, caracterizada por grandes variações locais em todos os níveis. Por uma série de razões – políticas, econômicas, sociais e religiosas –, as tensões foram se tornando cada vez maiores durante a segunda metade do século XVIII. Entre os escritores era bastante comum predizer uma revolução iminente, embora nenhum dos áugures tivesse uma idéia clara do cataclismo que se avizinhava. O abandono, por parte da monarquia, do papel criado por Luis XIV havia permitido à aristocracia reafirmar-se em todos os terrenos. O poder econômico da classe média, em desenvolvimento, a consciência cada vez maior de sua própria importância na vida da comunidade e o caráter cético e utilitário da época eram a melhor garantia de que essa ofensiva aristocrática poderia ser vigorosamente rechaçada por todos aqueles ultrajados em sua dignidade e aspirações. O campesinato, pressionado pelas tendências econômicas que vinham de encontro ao pequeno produtor, sentia-se exasperado pelas novas cargas que a “reação feudal” arrojava sobre ele. Independentemente das manobras políticas do governo real e da aristocracia, o despontar de uma grave crise social era iminente. Do resultado da crise iria depender não apenas a natureza do futuro regime, mas também a decisiva questão de se a sociedade francesa se integraria em uma estrutura mais ou menos utilitária ou se o corpo social da nação seria desgarrado por novas e ainda mais encarniçadas divisões.

Hampson, Norman. *Historia Social de la Revolución Francesa*. 4ª ed., Madri, Alianza 1984, p. 47. (Tradução dos organizadores.)

7. O QUE É O TERCEIRO ESTADO?

E. J. Sieyès

Às vespéras da Revolução Francesa de 1789, um panfleto circulou intensamente no país. Escrito pelo Abade Sieyès numa linguagem simples, ele apontava a grande contradição entre a força

numérica e econômica do Terceiro Estado e o não-reconhecimento desta situação pelos privilegiados. Na parte final do documento o autor observa, de maneira discutível, que o rei era um homem indefeso e enganado por uma Corte poderosa.

Que é o Terceiro Estado? Tudo. Que tem sido até agora na ordem política? Nada. Que deseja? Vir a ser alguma coisa...

O Terceiro Estado forma em todos os setores os dezoito/veinte avos, com a diferença de que ele é encarregado de tudo o que existe de verdadeiramente penoso, de todos os trabalhos que a ordem privilegiada se recusa a cumprir. Os lugares lucrativos e honoríficos são ocupados pelos membros da ordem privilegiada...

Quem, portanto, ousaria dizer que o Terceiro Estado não tem em si tudo o que é necessário para formar uma nação completa? Ele é o homem forte e robusto que tem um dos braços ainda acorrentado. Se suprimíssemos a ordem privilegiada, a nação não seria algo de menos e sim alguma coisa mais. Assim, que é o Terceiro Estado? Tudo, mas um tudo livre e florescente. Nada pode caminhar sem ele, tudo iria infinitamente melhor sem os outros...

Uma espécie de confraternidade faz com que os nobres dêem preferência a si mesmos para tudo, em relação ao resto da nação. A usurpação é completa, eles verdadeiramente reinam...

É a Corte que tem reinado e não o monarca. É a Corte que faz e desfaz, convoca e demite os ministros, cria e distribui lugares etc. Também o povo acostumou-se a separar nos seus murmúrios o monarca dos impulsionadores do poder. Ele sempre encarou o rei como um homem tão enganado e de tal maneira indefeso em meio a uma Corte ativa e todo-poderosa, que jamais pensou em culpá-lo de todo o mal que se faz em seu nome.

Sieyès, E. J. *Qu'est-ce que le Tiers État?* (Documento de domínio público).

8. REVOLUÇÃO FRANCESA: A PERMANÊNCIA DAS CONTROVÉRSIAS

Alice Gérard

Conforme observou a própria autora, em sua obra A Revolução Francesa Mitos e Interpretações, "o movimento ininterrupto de controvérsias originado da interpretação da Revolução Francesa, desde sua origem até hoje, constitui por si só uma história". Essa história ganhou maior dimensão em 1989, por ocasião das comemorações do bicentenário da Revolução. Assim, esse debate historiográfico está longe de chegar a seu termo; pelo contrário, continua candente. Essa realidade se explica porque, em última análise, as hipóteses de trabalho pressupõem opções ideológicas e

metodológicas de quem as formula. No texto a seguir, Alice Gérard apresenta quatro abordagens que se propõem explicar e compreender o fenômeno revolucionário.

A historiografia revolucionária caminhou no mesmo ritmo que a história geral desde o fim da Segunda Guerra Mundial: a guerra fria, os diversos cismas comunistas tiveram repercussão sobre ela. A evolução iniciada em 1917 – a partir do momento em que a revolução soviética veio “reativar” o conceito de revolução e caucionar os diversos movimentos de emancipação em nosso planeta – acentuou-se. Os debates atingiram uma escala mundial. Ingleses, americanos, italianos, russos e japoneses têm suas respectivas escolas que interpretam a Revolução Francesa à luz de suas próprias experiências históricas. Difundidos entre um público numeroso (livro de bolso, televisão, revistas), esses debates permanecem ligados diretamente à atualidade, pois trata-se, através do fato passado, de exaltar ou de desativar uma idéia-força de conteúdo explosivo, de determinar um bom uso da Revolução – o termo e o fato – na segunda metade do século XX. Opções essas que podemos reduzir, simplificando, pois a dúvida metódica ou o ecletismo conservam sempre seus direitos, a três ou quatro atitudes fundamentais.

– *A posição contra-revolucionária* – condenação global do fenômeno revolucionário, preconceito favorável ao *Ancien Régime* – tal qual a expressa o livro clássico de P. Gaxotte, reeditado regularmente há quarenta anos, ajuda a alentar no grande público, além dos meios tradicionalistas, mais de um reflexo hostil. P. Gaxotte, porém, nada mais faz que inteligentemente acomodar os postulados de Burke e de Taine à erudição moderna. Integrista, passadista e, enfim, idealista (todo mal imputado à “filosofia”), a contra-revolução perdeu muito de seu dinamismo, de sua força de escândalo: a evolução liberal, o *aggiornamento* do catolicismo universal foram decisivos. Ela permanece do lado de fora das controvérsias atuais, ao menos no nível universitário.

– *A atitude marxista-leninista* se afirmou como a mais conquistadora, a ponto de constituir a linha demarcatória das tendências atuais. A Revolução Francesa é aqui definida por seu conteúdo econômico e social. O conflito entre as novas forças de produção capitalista e as antigas relações sociais de produção (feudalidade) conduzia inevitavelmente à luta entre as duas classes concorrentes: nobreza e burguesia. Tanto por sua direção como por seus resultados, a Revolução Francesa foi portanto, fundamentalmente burguesa e anti-feudal. Nesse sentido, é um bloco, dizia G. Lefebvre (“o povo salvou a Revolução, mas apenas podia conseguir isso enquadrado e comandado pela burguesia”), cuja obra, após sua morte (1959), foi continuada por A. Soboul na França e por numerosos historiadores no estrangeiro (R. Cobb e G. Rudé na Inglaterra; A. Saitta na Itália; K. Takahashi no Japão etc.). Essa aplicação – suscetível, aliás, de

variações – do método do materialismo histórico suscitou os contra-ataques de uma esquerda libertária e de uma direita liberal.

– A *interpretação marxista libertária* se pretende tanto de Bakounine como de Marx e mais de Trótski e Rosa Luxemburgo que de Lenine. Em seu livro que teve certo sucesso, após a libertação (*La lutte des classes sous la 1^{re} République*, 1946), D. Guérien recusava o esquema marxista-leninista dizendo-o estar contaminado por um jacobinismo autoritário e escamotear deliberadamente a democracia viva do ano II. O “bloco” revolucionário estava dividido e, no ano II, surgiu um novo tipo de luta de classes que opunha burgueses e *bras nus* das cidades: “embrião de revolução proletária” que nenhuma lei histórica a par com a atualidade e as reações provocadas (cf. a *Anticritique* como apêndice da 2^a ed., 1968) esse duplo tema da revolução permanente e da espontaneidade criadora das massas, colocado em novo destaque pelos acontecimentos de maio de 1968. Acusada de anacrônica pelos marxistas “ortodoxos” (cf. a crítica de G. Lefebvre, A. H. R. F., 1947, pp. 173-179), a interpretação “esquerdista” contribuiu muito – direta ou indiretamente – para orientar a historiografia revolucionária recente para o estudo das categorias populares dessa época pré-industrial.

– O *revisionismo liberal* ou neoliberal busca, por diversos caminhos, uma alternativa para a interpretação marxista. Os historiadores anglo-saxões especialmente se empenharam em dar um caráter normal ao fenômeno revolucionário francês:

- seja tentando desmistificá-lo, libertando-o de tudo que lhe foi acrescentado por uma visão ulterior – a utopia messiânica, retomada por Marx, de uma Revolução crônica e irreversível (cf. H. Arendt, *Essai sur la Révolution*, 1967).

- seja incorporando-o de imediato ao conjunto dos movimentos – mais liberais do que igualitários – que agitam o Ocidente desde a Revolução americana. Essa é a tese da Revolução Atlântica, desenvolvida por volta de 1955 por R. R. Palmer nos Estados Unidos e por J. Godechot na França. Produto direto da guerra fria e – segundo o próprio R. R. Palmer (cf. a introdução de *The Age of Democratic Revolution*, 1966) – da necessidade sentida, na época, de enaltecer a solidariedade ideológica dos países da Aliança Atlântica. Afinal de contas, não era o século XVIII o berço das tradições mais preciosas de todos eles?

- seja através de um encaminhamento analítico e crítico, atacando diretamente os conceitos básicos da historiografia marxista, essencialmente aquela da luta de classes. O historiador britânico A. Cobban, após ter denunciado, numa célebre conferência, o “mito da Revolução Francesa” (1955), quis em seguida demonstrar detalhadamente que a interpretação “social” – predominante na escola francesa – assentava-se em noções mal definidas (burguesia, feudalismo, capitalismo) não baseadas em prévias análises sociológicas (*The social interpretation of French Revolution*, 1964). Recentemente, uma revisão crítica do *Quatre-vingt-neuf* de G. Lefebvre deu

margem a uma controvérsia análoga entre historiadores e sociólogos americanos (cf. o balanço de R. R. Palmer em *A. H. R. F.*, 1967 pp. 369-380). O mesmo G. Lefebvre replicava a A. Cobban, analisando essa desmistificação como uma tentativa de suavizar as revoluções passadas, reação defensiva da classe dominante; “sentindo-se ameaçada sob a influência do impulso democrático e especialmente da Revolução Russa, ela rejeita a rebelião dos antepassados que lhe garantiram a hegemonia, por ver nisso um precedente perigoso” (*A. H. R. F.*, 1956 pp. 337-345). A acusação de A. Cobban provocou, de maneira mais precisa, as atualizações correntes sobre o alcance social e econômico da Revolução Francesa.

Nesse ínterim, dois jovens historiadores, F. Furet e D. Richet, apresentaram em dois volumes luxuosamente ilustrados (*La Révolution Française*, na Hachette-Réalités, 1965-66) uma interpretação que inteligentemente dá um toque moderno ao clássico tema liberal do dualismo revolucionário. A revolução das luzes (burguesas e aristocráticas) conduzida, em 1789, por todo o movimento do século, aparece ali claramente separada da revolução popular, violenta e retrógrada, que nela se inseriu como simples episódio. Essa idéia da “derrapagem” acidental de uma revolução das elites, dirigida decididamente contra o esquema determinista marxista (cf. as críticas de Cl. Mazauric, *A. H. R. F.*, 1967, pp. 339-368 e, como réplica, o artigo de D. Richet, *Ann. E. S. C.*, 1969, I) reavivou particularmente o debate sobre as origens imediatas e distantes de 1789.

Essas divergências fundamentais de concepção se revelam, pois, bastante fecundas. Por mais lenta que seja a progressão de nossos conhecimentos definitivos, este se faz graças ao jogo dialético dessas controvérsias, que se ordenam atualmente em torno de três grandes temas.

Gérard, Alice. *A Revolução Francesa. (Mitos e Interpretações)*. São Paulo, Perspectiva, s/d., pp. 118-22.

9. O GRANDE MEDO

Georges Lefebvre

A Revolução Francesa é uma revolução burguesa que depende do envolvimento maciço dos camponeses para se afirmar. Mas, ao mesmo tempo, os camponeses tinham os seus próprios motivos para lutar. Pode-se, portanto, falar que, paralelamente à revolução burguesa, ocorreu também uma revolução camponesa. Isto para não falar da revolução “sans-culotte”. O trabalho de Lefebvre é significativo, no sentido de que ele procura rastrear o comportamento dessa massa camponesa, a partir da análise da mentalidade. E é através do estudo da mentalidade que Lefebvre explica o Grande Medo de 1789: um conjunto de revoltas camponesas que assina-

lam decisivamente a entrada na cena revolucionária desse grupo social. O texto abaixo é a conclusão do livro de Lefebvre.

O Grande Medo nasceu do medo do “bandido”, que por sua vez é explicado pelas circunstâncias econômicas, sociais e políticas da França em 1789.

No antigo regime, a mendicância era uma das chagas dos campos; a partir de 1788, o desemprego e a carestia dos víveres a agravaram. As inumeráveis agitações provocadas pela penúria aumentaram a desordem. A crise política também ajudava com sua presença, porque superexcitando os ânimos ela fez o povo francês tornar-se turbulento. No mendigo, no vagabundo, no amotinado viam sempre a figura do “bandido”. O tempo da colheita sempre fora motivo de preocupação: ela se tornou época perigosa; os alarmas locais se multiplicaram.

Quando a colheita começou, o conflito entre o Terceiro Estado e a aristocracia, sustentada pelo poder real, e que, em diversas províncias, já tinha dado às revoltas da fome um caráter social, transformou-se de repente em guerra civil. A insurreição parisiense e as medidas de segurança, que deviam, pensava-se, expulsar as pessoas sem domicílio da Capital e das grandes cidades, fizeram com que o medo dos bandidos se tornasse geral, enquanto se esperava ansiosamente o golpe que os aristocratas derrotados fariam ao Terceiro Estado para se vingarem dele com a ajuda estrangeira. Que os bandidos tão anunciados recebessem deles seu soldo, disso não se duvidava mais, e assim a crise econômica e a crise política e social, conjugando seus efeitos, espalharam entre os cidadãos o mesmo terror, o que permitiu a propagação pelo reino de alguns alarmas locais. Mas se o medo dos bandidos foi um fenômeno geral, não foi isso que caracterizou o Grande Medo, e é um erro tê-los confundido.

Nessa gênese do Grande Medo, não há nenhum indício de conspiração. Se o medo ao errante tinha sua razão de ser, o bandido aristocrata era um fantasma. Os revolucionários incontestavelmente contribuíram para evocá-lo, mas o fizeram de boa fé. Se eles espalharam o rumor de uma conspiração aristocrática, foi porque nela acreditavam. Eles exageraram desmesuradamente sua importância: somente a corte pensou em um golpe de força contra o Terceiro Estado e, ao executá-lo, mostrou uma lamentável incapacidade; mas eles não cometeram o erro de desprezar seus adversários, e, como eles lhes emprestassem sua própria energia e decisão, tinham razão em temer o pior. Além do mais, para colocar do seu lado as cidades, eles não tinham necessidade do Grande Medo; a revolução municipal e o armamento o precederam e este é um argumento decisivo. Quanto à população faminta que nas cidades e nos campos se agitava por trás da burguesia, esta tinha todos os motivos para temer os acessos de desespero desses miseráveis, e a Revolução sofreu muito com isso. Se é compreensível que seus inimigos a tenham acusado

de haver compelido esses pobres coitados a derrubar o Antigo Regime para colocar em seu lugar uma nova ordem, onde ela iria reinar, é natural que também ela tenha suspeitado que a aristocracia fomentasse a anarquia para impedi-la de se instalar no poder. Que além disso o medo dos bandidos tenha sido um excelente pretexto para se armarem, sem confessá-lo, contra a realeza, é evidente; mas o próprio rei tinha usado do mesmo estratagema para encobrir seus preparativos contra a Assembléia. No que se relaciona particularmente com os camponeses, a burguesia não tinha nenhum interesse em vê-los derrubar, usando as *jacqueries*, o regime senhorial, e a Assembléia Constituinte não tardaria em prová-lo, pelas atenções que ela lhe demonstrou. Mas, ainda uma vez, admitindo-se mesmo que ela tivesse uma opinião contrária, não tinha necessidade do Grande Medo: as insurreições camponesas tinham começado antes dele.

Entretanto não podemos concluir que o Grande Medo não tenha tido nenhuma influência no desenrolar dos acontecimentos e que ele constitui, usando-se a linguagem dos filósofos, um epifenômeno. Uma violenta reação sucedeu o pânico, onde, pela primeira vez, assinala-se a energia guerreira da Revolução e se fornece à unidade nacional ocasião de se manifestar e de se fortificar. Depois, essa reação, sobretudo nos campos, voltou-se contra a aristocracia; reunindo os camponeses ela os tornou conscientes de sua força, e reforçou o ataque que estava sendo planejado para arruinar o regime senhorial. Não é portanto apenas o caráter estranho e pitoresco do Grande Medo que merece reter nossa atenção: ele contribuiu na preparação da noite de 4 de agosto, e, por isso, ele está entre os episódios mais importantes da história da nossa pátria.

Lefebvre, Georges. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, pp. 191-2.

10. OS LIMITES DO RADICALISMO NA REVOLUÇÃO FRANCESA

Barrington Moore Jr.

A obra de Barrington Moore Jr., As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia, analisa os papéis desempenhados pelas classes agrárias (senhores e camponeses) na transformação de uma sociedade eminentemente rural em industrial. O trecho selecionado é significativo, pois analisa o caráter inacabado da Revolução Francesa a partir da estrutura da sociedade em fins do século XVIII. O autor observa que, ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, na França não foi possível uma fusão entre nobreza e burguesia. Ao mesmo tempo nos apresenta os limites impostos pelos camponeses à radicalização do processo revolucionário.

Sob as condições do absolutismo real, as classes superiores proprietárias da França adaptaram-se à intrusão gradual do capitalismo, fazendo maior pressão sobre os camponeses, deixando-nos, no entanto, numa situação que se aproximava da propriedade *de facto*. Até cerca de meados do século XVIII, a modernização da sociedade francesa teve lugar através da coroa. Como parte deste processo, desenvolveu-se uma fusão entre a nobreza e a burguesia, muito diferente da fusão na Inglaterra. A francesa deu-se mais através da monarquia do que em oposição à mesma, e daí resultou – para falar do que aqui pode ser considerado uma abreviatura útil, embora pouco exata –, a “feudalização” de uma parte substancial da burguesia, e não o contrário. O resultado eventual foi limitar muito severamente a liberdade de ação da coroa e a sua capacidade de decidir quais os setores da sociedade que deviam suportar certos encargos. Essa limitação, acentuada pelos defeitos de caráter de Luís XVI, leva-me a sugerir que foi o principal fator que levou à Revolução, mais do que qualquer conflito de interesses, extraordinariamente severo, entre classes ou grupos. Sem a Revolução, essa fusão da nobreza e da burguesia poderia ter continuado e levado a França a uma forma de modernização conservadora, vinda de cima, semelhante, nas suas características principais, à que se verificou na Alemanha e no Japão.

Mas a Revolução evitou tudo isso. Não foi um revolução burguesa, no sentido restrito da tomada do poder político por parte de uma burguesia que já havia atingido as alturas dominantes do poder econômico. Existia um grupo desse tipo dentro das linhas da burguesia, mas a história anterior do absolutismo real impediu-o de se fortalecer suficientemente para poder fazer algo por si próprio. Em vez disso, algumas partes da burguesia subiram ao poder, apoiando-se sobre os movimentos radicais entre os plebeus urbanos, desencadeados pelo colapso da ordem e da monarquia. Essas forças radicais também impediram que a Revolução voltasse atrás ou parasse num ponto conveniente para esses segmentos da burguesia. Entretanto, os camponeses, neste ponto principalmente a camada superior, haviam tirado vantagem da situação para forçar o desmantelamento do sistema senhorial, a realização mais importante da Revolução. Durante algum tempo, os radicalismos rural e urbano, que partilhavam uma mistura contraditória da pequena propriedade e do coletivismo retrógrado como alvos, trabalharam em conjunto, à medida que atravessavam as fases mais radicais da Revolução. Mas a necessidade de

obter alimentos para os mais pobres habitantes da cidade e para os exércitos revolucionários foi contra os interesses dos camponeses mais abastados. A crescente resistência dos camponeses privou os *sans-culottes* parisienses de comida e, portanto, retirou o apoio popular a Robespierre, fazendo parar a revolução radical. Os *sans-culottes* fizeram a Revolução burguesa; os camponeses determinaram até que ponto ela podia chegar.

Moore Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983, pp. 112-3.

A Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII na Inglaterra. Esta Revolução completou a transição do Feudalismo ao Capitalismo, pois significou o momento final do processo de expropriação dos produtores diretos. O Modo de Produção Capitalista pode ser caracterizado pela introdução da maquinofatura e pelas relações sociais de produção assalariadas. Tais relações passaram a predominar a partir do momento em que houve a separação definitiva entre capital e trabalho, reflexo direto da industrialização.

Como observou Maurice Dobb, “assim, uns possuem, enquanto outros trabalham para aqueles que possuem – e que são naturalmente obrigados a isso, pois que, nada possuindo, e não tendo acesso aos meios de produção, não dispõem de outros meios de subsistência” (Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 15.)

Muitos autores já discutiram a respeito do conceito de “Revolução Industrial”. Para alguns, como Paul Mantoux, não se trata de uma revolução, pois estava relacionada com causas remotas, apesar de reconhecer a velocidade de seu desenvolvimento e as suas consequências. Outros, como Rioux, Dobb, Hobsbawm consideram que estava ocorrendo, naquele momento, uma ruptura qualitativa nas estruturas sócio-econômicas, sendo, portanto, pertinente a utilização do conceito de revolução. As alterações técnicas aumentaram a produtividade do trabalho e implementaram um ritmo novo à produção.

Ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade do trabalho, podia-se observar um extraordinário crescimento nas fileiras do proletariado, submetido a dramáticas condições de vida. O trabalho feminino e infantil passou a ser explorado intensamente, impondo a todos o tempo da máquina, que passou a ser o tempo dos homens.

Os textos selecionados procuram abranger a Revolução Industrial, de suas origens às suas consequências mais significativas. Enquanto os lê, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. De que maneira Hobsbawm explica a primazia britânica na Revolução Industrial?
2. Qual a principal distinção que Dobb faz entre o período das manufaturas e aquele pós-Revolução Industrial?
3. Quais foram os reflexos das Revoluções Industriais para as diversas classes sociais, segundo Hobsbawm?
4. Explique três consequências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador, a partir das leituras dos textos de Marx e Engels.
5. Explique a frase de Maria Stella Bresciani: “o estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido”.

11. AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL BRITÂNICA

Eric J. Hobsbawm

O texto do historiador inglês E. J. Hobsbawm possibilita a compreensão dos fatores que tornaram possível a passagem de uma economia incompleta e pré-capitalista à produção industrial e capitalista propriamente dita. O autor observa que a “arrancada” inicial para o processo de industrialização está diretamente relacionada a determinadas condições econômicas que se encontravam presentes na Grã-Bretanha já em fins do século XVIII, destacando a primazia do setor têxtil. Para Hobsbawm, do ponto de vista tecnológico e científico, as condições para uma “revolução industrial” se concretizaram antes mesmo da “arrancada” inicial. Por fim, o autor salienta a importância do que Marx denominou “o mercado mundial” e o papel até então desempenhado pela Inglaterra neste mesmo mercado.

Discutiu-se freqüentemente sobre as condições gerais para a “arrancada” inicial. A maioria está de acordo em que o estímulo particular que impulsiona a indústria a atravessar a porta da revolução industrial pode apenas ocorrer sob determinadas condições econômicas e sociais, que não precisamos discutir extensamente aqui, pois atualmente não são objeto de controvérsia, pelo menos no que diz respeito à Grã-Bretanha, em cujo século XVIII não faltou nenhuma. Além disso, é consenso que a presença destes estímulos é mais provável numa indústria produtora de bens de consumo amplamente difundidos, estandardizados razoavelmente mais para compradores pobres do que para ricos, fabricados com matérias-primas cuja demanda pode crescer sem aumentar excessivamente os custos, e cujo transporte reflete pouco no preço (em tempos recentes tor-

nou-se a assinalar a situação vantajosa da Grã-Bretanha no período pré-industrial, quando os transportes navieiros eram bastante menos custosos do que os terrestres). Uma indústria desta natureza se prestaria, de maneira especial, à revolução, se fosse possível introduzir a mudança tecnológica com sentido oportunista e a baixo custo, e se não fosse demasiado complexo; isto é, se não exigisse um conjunto altamente capacitado ou tecnicamente especializado de empresários e operários, ou um investimento preliminar excessivo, ou inovações científicas e tecnológicas prévias. Quando os novos métodos de produção não se mostram claramente superiores, em eficiência e rentabilidade, ao velho e provado sistema, surge sempre um período de experimentação e incerteza, que para muitos investidores significou a falência. Mas, quanto mais simples e menos custosas forem as inovações, mais provável será sua adoção geral. Em outras palavras, “não é uma simples bobagem supor que o setor têxtil foi o melhor preparado para dar sinal de partida na primeira arrancada”.

É necessário, no entanto, conhecer ainda as condições superficiais que estimularam essa “arrancada”. Entre elas se encontram, certamente: a) uma limitação externa para a expansão dos velhos métodos (como, por exemplo, a escassez da mão-de-obra ou o alto custo dos transportes) que torna difícil aumentar a produção além de certo ponto com os métodos existentes, e, sem dúvida, b) uma perspectiva de expansão do mercado, tão ampla, que justifique a diversificação ou o aperfeiçoamento dos métodos antigos; e c) tão rápida, que a ampliação e modificação destes não possa enfrentá-la. Mais, quais são as circunstâncias que produzirão essas condições?

Parece provável que um estudo do mercado nos proporcione a resposta. E aqui, a redescoberta da importância do que Marx chamou “o mercado mundial”, permitiu um progresso significativo. Na verdade, não basta apenas sugerir que “o impulso inicial em direção à industrialização possa brotar tanto do exterior, quanto do interior de uma mesma economia”. Sob as condições do desenvolvimento capitalista, antes da revolução industrial, é mais provável que o impulso provenha do exterior. Por essa razão, está cada vez mais claro que as origens da revolução industrial da Grã-Bretanha não podem ser estudadas exclusivamente em termos de história britânica. A árvore da expansão capitalista moderna cresceu numa determinada região da Europa, mas suas raízes tiraram seu alimento de uma área de intercâmbio e acumulação primitiva muito mais ampla, que incluía tanto as colônias de além-mar, ligadas por vínculos formais, quanto as “economias dependentes” da Europa Oriental, formalmente autônomas. A evolução das economias escravizadoras de além-mar, e das baseadas na servidão, do Oriente, participaram tanto do desenvolvimento capitalista, quanto a evolução da indústria especializada e das regiões urbanizadas do setor mais “avançado” da Europa. Começa a ficar claro, além disso, que eram necessários os recursos de todo esse universo econômico para abrir uma fenda industrial em

qualquer país do setor economicamente avançado. Na verdade, é muito provável que, dadas as condições dos séculos XVI a XVIII, houvesse lugar no mundo apenas para uma potência industrial avançada, de tal forma que agora devemos nos perguntar porque devia ser precisamente a Inglaterra essa potência avançada. (...)

Qual foi o fator que criou uma base verdadeiramente adequada para o desenvolvimento posterior da economia britânica? A resposta é bem conhecida: foi a construção das vias férreas entre 1830 e 1850, com sua capacidade de consumir ferro e aço que – medida com os padrões do tempo – resultava ilimitada. Em 1830, ano da inauguração da estrada de ferro Liverpool-Manchester, a produção de aço britânico oscilava entre 600 e 700 mil toneladas, mas depois da “loucura” ferroviária da década de 1840-1850 atingiu (entre 1847 e 1848) os dois milhões de toneladas. Todos concordam em que foram as estradas de ferro, o fator determinante do desenvolvimento da siderurgia e do carvão, nesse período.

Qual foi a causa desta explosão imprevista dos investimentos ferroviários? Nesse caso não se pode supor a previsão de enormes ganhos e a demanda insaciável que produziram a “arrancada” do algodão, mesmo quando entre 1830-1840 os benefícios potenciais da revolução técnica foram melhor compreendidos que no século XVIII. Nem a demanda de transporte ferroviário (razoavelmente previsível por ocasião dos primeiros investimentos maciços), nem os lucros que poderiam ser esperados, podem explicar a paixão com a qual o público dos investidores britânicos se lançou na construção das estradas de ferro. Muito menos pode dar conta da perturbação mental que tomou os investidores durante *booms* especulativos como a “loucura ferroviária” das décadas de 1830 a 1850. Na verdade, como é sabido, muitos investidores perderam seu dinheiro, e, para a maioria dos que restaram, as vias férreas acabaram sendo antes um cofre-forte, do que um investimento lucrativo.

Dispomos realmente de esboços para uma explicação deste processo. Já faz tempo, é reconhecido que as vias férreas transformaram o mercado de capitais, criando uma saída para as economias das classes abastadas, e absorvendo “a maior parte das 60 milhões de libras esterlinas que constituíam, cada ano, o excedente de capital britânico à procura de oportunidades de investimento”. Mas, não seria razoável inverter esta afirmação e sustentar que as estradas de ferro foram *criadas* pela pressão do excedente que se acumulava, diante da impossibilidade de encontrar uma saída adequada nas indústrias já existentes, que não estavam em condições de absorver novos capitais? A pressão foi particularmente intensa nesse período (como de maneira geral é admitido) porque a alternativa mais óbvia – exportar os excedentes de capital –, tinha sido temporariamente desincentivada pelas violentas experiências padecidas por aqueles que investiram na América meridional e setentrio-

nal. Do ponto de vista dos investidores, se as estradas de ferro não tivessem existido, teria sido preciso inventá-las. (...)

Neste artigo limitei-me a apresentar algumas questões fundamentais da história econômica que se relacionam com a origem e o desenvolvimento da revolução industrial britânica, em detrimento da análise de muitos aspectos tradicionais do tema, assim como também de alguns problemas contíguos. Pode ser afirmado com tranquilidade que o interesse pelas origens e o desenvolvimento da revolução industrial britânica é muito maior hoje do que no passado. Também não há dúvida de que estamos cada vez mais perto de uma formulação clara do problema, e, talvez, de algumas hipóteses adequadas, mas a discussão ainda hoje continua sendo nebulosa e obscura. Espero que este ensaio possa contribuir para torná-la mais transparente.

Hobsbawm, Eric J. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo, Global, 1979, pp. 112-5, 121-3 e 124-5.

12. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O SÉCULO XIX

Maurice Dobb

O texto selecionado, do economista inglês M. Dobb, permite compreender a Revolução Industrial a partir de perspectivas até então pouco conhecidas. O autor chama a atenção para os riscos de se reduzir a Revolução Industrial a uma homogeneidade que ela não teve. É ele próprio quem adverte: "A desigualdade do desenvolvimento, como aquele entre indústrias diversas, foi um dos traços principais do período. Não só as histórias das diversas indústrias, e mesmo de seções de uma só indústria (quanto mais da indústria nos diferentes países), deixam de coincidir no tempo em suas etapas principais, como ocasionalmente a transformação estrutural de determinada indústria se mostrou um processo arrastado por mais de meio século".

Dobb relaciona, ainda, algumas das características e implicações do processo de industrialização como, por exemplo, a subordinação absoluta do produtor direto ao capital. Observa, no entanto, que, paralelamente ao avanço da grande indústria capitalista verificou-se "a sobrevivência da indústria doméstica e da manufatura simples na segunda metade do século XIX..." e, que tal fenômeno representou "um obstáculo a qualquer crescimento firme e geral do sindicalismo, quanto mais da consciência de classe".

Por fim, o autor chama a atenção para a relação existente entre revolução da técnica, especialização e divisão do trabalho, produtividade da mão-de-obra e acumulação de capital.

A essência da transformação estava na mudança do caráter da produção que, em geral, associava-se à utilização de máquinas movidas por energia não humana e não animal. Marx afirmou que a transformação crucial foi, na verdade, a adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo: a partir daquele momento, “a máquina toma o lugar de mero implemento”, sem levar em conta “se a força motriz vem do homem ou de outra máquina”. O importante é que “um mecanismo, depois de acionado, executa com suas ferramentas as mesmas operações antes executadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes”. Ao mesmo tempo, Marx mostra que “a máquina individual conserva um caráter anão enquanto for trabalhada apenas pela força do homem”, e que “sistema algum de maquinaria poderia ser adequadamente desenvolvido antes que a máquina a vapor tomasse o lugar da força motriz anterior”.

De qualquer forma, essa transformação crucial, quer a localizemos na passagem da ferramenta da mão humana para um mecanismo, quer na adaptação do implemento a uma nova fonte de energia, transformou radicalmente o processo de produção. Ela não só exigiu que os trabalhadores se concentrassem num só lugar de trabalho, a fábrica (isso já acontecera às vezes no período anterior ao que Marx chamou de “manufatura”), como impôs ao processo de produção um caráter coletivo, como a atividade de uma equipe meio mecânica e meio humana. Uma característica desse processo de equipe foi a extensão da divisão do trabalho a um grau de complexidade jamais testemunhado, e sua extensão, além disso, a um grau inimaginável dentro do que constituía – tanto funcional quanto geograficamente –, uma única unidade ou equipe de produção.

Outra característica foi a necessidade crescente no sentido de que as atividades do produtor humano se conformassem aos ritmos e movimentos do processo mecânico: uma mudança técnica de equilíbrio que teve seu reflexo sócio-econômico na crescente dependência do trabalho em relação ao capital e no papel cada vez maior desempenhado pelo capitalista como força disciplinadora e coatora do produtor humano em suas operações detalhadas. Andrew Ure, em sua *Philosophy of Manufactures*, anunciou triunfalmente como o “grande objetivo” da nova maquinaria ter ela levado à “igualdade do trabalho”, dispensando as aptidões especiais do operário qualificado “dotado de vontade própria e intratável” e reduzindo a tarefa dos operários “ao exercício de vigilância e destreza” – faculdades que, quando concentradas em um processo, rapidamente são levadas à perfeição nos jovens.

Nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira,

independentemente de outros, enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos. A ferramenta característica desse período, diz Mantoux, era “passiva na mão do trabalhador; sua força muscular, sua habilidade natural ou adquirida, ou sua inteligência determinam a produção até o menor detalhe”. As relações de dependência econômica entre os produtores individuais ou entre produtor e mercador não eram diretamente impostas pelas necessidades do próprio ato de produção, mas por circunstâncias externas a ele: eram relações de compra e venda do produto acabado ou semi-acabado, ou então relações de dívida relativas ao fornecimento das matérias-primas ou ferramentas da profissão.

Isso continuou verdadeiro até mesmo com relação à “manufatura simples”, onde o trabalho se congregava num só lugar, mas em geral como processos paralelos e atomísticos de unidades individuais e não como atividades interdependentes que precisassem ser integradas num organismo para funcionar. Enquanto na situação antiga o pequeno mestre independente, incorporando em si a unidade de instrumentos de produção humanos e não humanos, só conseguira sobreviver porque estes últimos continuavam modestos e nada mais eram do que um apêndice da mão humana, na situação nova não conseguia mais sustentar-se, tanto porque o tamanho mínimo de um processo de produção unitário se tornara grande demais para ele controlar, como porque a relação entre os instrumentos humanos e mecânicos de produção se transformara. Era agora necessário capital para financiar o equipamento complexo requerido pelo novo tipo de unidade de produção: e criara-se um papel para um tipo novo de capitalista, não mais apenas como usuário ou comerciante em sua loja de armazém, mas como capitão de indústria, organizador e planejador das operações da unidade de produção, corporificação de uma disciplina autoritária sobre um exército de trabalhadores que, destituídos de sua cidadania econômica, tinham de ser coagidos ao cumprimento de seus deveres onerosos a serviço de outro pelo açoitado alternado da fome e do supervisor do patrão. (...)

Muitos dos que buscaram descrever a Revolução Industrial como uma série contínua de transformações que perdurou além mesmo do século XIX, em vez de uma modificação feita de uma só vez, parecem ter empregado o termo como sinônimo de uma revolução puramente técnica. Ao fazer isso, perderam de vista a importância especial dessa transformação na estrutura da indústria e nas relações sociais de produção, consequência da modificação técnica em certo nível crucial. Se focalizarmos a atenção na modificação técnica *per se*, é ao mesmo tempo verdadeiro e importante que, uma vez lançada em sua nova carreira, essa modificação constitua um processo *contínuo*. Na verdade, temos de encarar o fato de que, uma vez vinda a transformação crucial, o sistema industrial embarcou em toda uma série de revoluções na técnica de produção, como traço notável da época do capitalismo amadurecido. O progresso técnico

passara a ser um elemento do mundo econômico aceito como normal, e não como algo excepcional e intermitente. Com a chegada da força a vapor, foram abolidos os limites anteriores à complexidade e tamanho da maquinaria e à magnitude das operações que esta podia executar. Em certa medida, a revolução da técnica adquiriu até um ímpeto cumulativo próprio, porquanto cada avanço da máquina tendia a trazer, em consequência, uma especialização maior das unidades da equipe humana que a operava. E a divisão do trabalho, simplificando os movimentos individuais, facilitava ainda outras invenções, pelas quais esses movimentos simplificados eram imitados por uma máquina. A essa tendência cumulativa, juntaram-se duas outras: a primeira no sentido de uma produtividade crescente da mão-de-obra, e portanto (dada a estabilidade ou, pelo menos, nenhum aumento comparável de salários reais) a um fundo cada vez maior de mais-valia, do qual se derivava nova acumulação de capital; e a segunda no sentido de uma concentração cada vez maior da produção e da propriedade do capital. Como se aceita hoje em dia, essa última tendência, filha da complexidade crescente do equipamento técnico, é que iria preparar o terreno para uma outra transformação crucial na estrutura da indústria capitalista, e gerar o “capitalismo da sociedade por ações”, monopolista (ou semimonopolista ou quase monopolista) em grande escala, da era atual.

Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 185-92.

13. OS RESULTADOS HUMANOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Eric J. Hobsbawm

O texto de Hobsbawm procura contemplar os aspectos sociais da Revolução Industrial, de suas origens à primeira metade do século XIX. O autor examina de que maneira, tanto no plano material como no espiritual e moral, as diversas classes da sociedade inglesa foram afetadas pela Revolução Industrial. Observa, ainda, que mais importante do que a discussão acerca da quantidade de bens de consumo que passaram a estar disponíveis aos homens, é preciso não perder de vista que a Revolução Industrial “não representou um simples processo de adição e subtração, mas sim uma mudança social fundamental”.

Os trechos selecionados permitem uma reflexão sobre o modo de vida, tanto das classes proprietárias como dos produtores diretos.

O debate a respeito dos resultados humanos da Revolução Industrial ainda não se libertou inteiramente dessa atitude. Nossa tendência ainda é perguntar: ela deixou as pessoas em melhor ou em

pior situação? E até que ponto? Para sermos mais precisos, interrogamo-nos qual foi o volume de poder aquisitivo, ou bens, serviços e assim por diante, que o dinheiro pode comprar, que ela proporcionou a que quantidade de indivíduos, supondo-se que uma dona-de-casa possuidora de uma máquina de lavar roupa esteja em melhor situação do que outra, destituída desse eletrodoméstico (o que é razoável), mas também supondo (a) que a felicidade individual consiste numa acumulação de coisas tais como bens de consumo e (b) que a felicidade social consiste na maior acumulação possível de tais coisas pelo maior número possível de indivíduos (o que não é verdade). Tais questões são importantes, mas também conduzem a equívocos. Saber se a Revolução Industrial deu à maioria dos britânicos mais ou melhor alimentação, vestuário e habitação, em termos absolutos ou relativos, interessa, naturalmente, a todo historiador. Entretanto, ele terá deixado de apreender o que a Revolução Industrial teve de essencial, se esquecer que ela não representou um simples processo de adição e subtração, mas sim *uma mudança social fundamental*. Ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-las irreconhecíveis. Ou, para sermos mais exatos, em suas fases iniciais ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem. Contudo, raramente ela lhes indicou como fazê-lo.

Existe, na verdade, uma relação entre a Revolução Industrial como provedora de conforto e como transformadora social. As classes cujas vidas sofreram menor transformação foram também, normalmente, aquelas que se beneficiaram de maneira mais óbvia em termos materiais (e vice-versa). Ninguém é mais complacente que um homem rico ou coroado de êxito e que também se sente à vontade num mundo que parece ter sido construído com vista a pessoas exatamente como ele.

Assim, salvo para melhor, a aristocracia e os proprietários da terra britânicos foram pouquíssimo afetados pela industrialização. Suas rendas inflaram com a procura de produtos agrícolas, com a expansão das cidades (em solos de sua propriedade) e com o desenvolvimento de minas, forjas e estradas de ferro (situadas em suas propriedades ou que passavam por elas). E mesmo quando os tempos eram ruins para a agricultura – como aconteceu entre 1815 e a década de 1830 – era improvável que empobrecessem. Sua predominância social permaneceu intacta, seu poder político continuou inalterado no campo, e mesmo no conjunto do país não se abalou muito, ainda que a partir da década de 1830 fossem obrigados a levar em conta as suscetibilidades de uma poderosa e militante classe média de empresários provincianos. É bem possível que, a partir de então, nuvens comesçassem a toldar o céu azul da vida aristocrática, mas ainda assim, pareciam maiores e mais carregadas do que realmente

eram porque os primeiros cinquenta anos da industrialização haviam sido anos fantasticamente áureos para os proprietários de terras e títulos nobiliárquicos. (...)

Igualmente plácida e próspera era a vida dos numerosos parasitas da sociedade aristocrática rural, tanto a alta como a baixa – aquele mundo de funcionários e fornecedores da nobreza e dos proprietários de terras, e as profissões tradicionais, entorpecidas, corruptas e, à medida que se processava a Revolução Industrial, cada vez mais reacionárias. A Igreja e as universidades inglesas pachorreavam, acomodadas em suas rendas, privilégios e abusos, protegidas por suas relações com a nobreza, enquanto viam sua corrupção ser atacada com maior dureza na teoria do que na prática. Os advogados, e aquilo que passava por ser um funcionalismo público, eram incorrigíveis. (...)

A classe média vitoriosa e os que aspiravam a essa condição estavam contentes. O mesmo não acontecia aos pobres, aos trabalhadores (que, pela própria essência, constituíam a maioria), cujo mundo e cujo estilo de vida tradicionais tinham sido destruídos pela Revolução Industrial, sem que fossem substituídos automaticamente por qualquer outra coisa. É essa desagregação que forma o cerne da questão dos efeitos sociais da industrialização.

Numa sociedade industrial, a mão-de-obra é em muitos aspectos diferente da que existe na sociedade pré-industrial. Em primeiro lugar, é formada em maioria absoluta por “proletários”, que não possuem qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebem por seu trabalho. (...)

Em segundo lugar, o trabalho industrial – e principalmente o trabalho numa fábrica mecanizada – impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferente dos ritmos pré-industriais de trabalho, – que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar. (...)

Em terceiro lugar, na era industrial o trabalho passou a ser realizado cada vez mais no ambiente sem precedentes da grande cidade; e isso a despeito do fato de a mais antiquada das revoluções industriais efetuar grande parte de suas atividades em vilas industrializadas de mineiros, tecelões, fabricantes de pregos e correntes e outros trabalhadores especializados. (...)

Em quarto lugar, nem a experiência, nem a tradição, nem a sabedoria nem a moralidade da era pré-industrial proporcionavam orientação adequada para o tipo de comportamento exigido por uma economia capitalista.

Hobsbawm, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1983, pp. 74-5 e 79-82.

14. A CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Friedrich Engels

Em 1845 era publicado, em Leipzig, Alemanha, a primeira edição do livro A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, de autoria de Friedrich Engels (1820-1895), um dos fundadores do materialismo histórico. Embora se trate de uma obra clássica, a primeira edição brasileira foi publicada, integralmente, apenas em 1986, ou seja, pouco mais de 140 anos depois da edição original.

Conforme o próprio Engels afirma, “da primeira à última página, foi um auto de acusação contra a burguesia inglesa que levantei”. De fato, a partir da análise do trabalho do autor pode-se perceber as dramáticas condições de vida a que foram relegados os produtores diretos a partir da Revolução Industrial. Despojados de meios próprios de subsistência, os trabalhadores são obrigados, por uma mera questão de sobrevivência, a ingressar no mundo do trabalho em condições, no mínimo, desumanas. Os relatos de Engels, apoiados em farta documentação, nesse caso, falam por si.

A compreensão da situação da classe trabalhadora leva Engels a terminar seu trabalho com uma advertência às classes dominantes: “O abismo que separa as classes cava-se cada vez mais, o espírito de resistência penetra cada vez mais nos operários, a exasperação torna-se mais viva, as escaramuças isoladas na guerrilha concentram-se para se transformar em combates e em manifestações mais importantes, e bastará, em breve, um ligeiro choque para desencadear a avalanche. Então, um verdadeiro grito de guerra ecoará em todo o país: Guerra aos palácios, paz nos casebres!, mas então será muito tarde para que os ricos possam ainda se defender”.

Os trechos selecionados revelam, na sua totalidade, em vários aspectos, a extensão do drama dos trabalhadores ingleses do século XIX.

1. IDADE DOS OPERÁRIOS, PROPORÇÃO HOMENS/MULHERES, CONDIÇÕES DAS CRIANÇAS

Retiraremos do discurso em que, a 15 de março de 1844, Lord Ashley apresentou a sua moção sobre a jornada de 10 horas à Câmara dos Comuns alguns dados que não foram refutados pelos industriais sobre a idade dos operários e a proporção de homens e mulheres. Estes dados só se aplicam a uma parte da indústria inglesa. Dos 419.590 operários de fábrica do império britânico (em 1839), 192.887 (ou seja, quase metade) tinham menos de 18 anos e 242.996 eram do sexo feminino, dos quais 112.192 menores de 18 anos. Segundo estes números, 80.695 operários do sexo masculino têm me-

nos de 18 anos, e 96.599 são adultos, ou seja, 23%, portanto *nem sequer um quarto do total*. Nas fábricas de algodão, 56,25% do conjunto do pessoal eram mulheres, 69,5% nas fábricas de lã, 70,5% nas fábricas de sedas e 70,5% nas fiações de linho. Estes números chegam para demonstrar como os trabalhadores adultos do sexo masculino são afastados. Mas basta entrar na fábrica mais próxima para se ver a coisa efetivamente confirmada. O resultado inevitável é a alteração da ordem social existente, que, precisamente porque é imposta, tem conseqüências muito funestas para os operários. Sobreretudo o trabalho das mulheres desagrega completamente a família; porque, quando a mulher passa cotidianamente 12 ou 13 horas na fábrica e o homem também trabalha aí ou em outro emprego, o que acontece às crianças? Crescem, entregues a si próprias como a erva daninha, entregam-nas para serem guardadas fora por um shilling ou shilling e meio por semana, e podemos imaginar como são tratadas. É por essa razão que se multiplicam de uma maneira alarmante, nos distritos industriais, os acidentes de que as crianças são vítimas por falta de vigilância. As listas estabelecidas pelos funcionários de Manchester encarregados de verificar os acidentes indicam (segundo o relatório do *Fact. Inq. Comm. Rep. of Dr. Hawkins*, p. 3): em 9 meses, 69 mortes por queimaduras, 56 por afogamento, 23 em conseqüência de quedas, 67 por causas diversas, num total de 215 acidentes mortais, enquanto em Liverpool, que não é uma cidade fabril, houve, em 12 meses apenas, 146 acidentes mortais. Os acidentes nas minas de carvão não são incluídos para estas duas cidades. É preciso notar que o *coroner* de Manchester não tem autoridade sobre Salford, sendo a população dos dois distritos mais ou menos idêntica. O *Manchester Guardian* relata em todos os números, ou quase, um ou vários casos de queimaduras. Acontece que a mortalidade geral das crianças também aumenta devido ao trabalho das mães e os fatos atestam-no de maneira alarmante. As mulheres voltam à fábrica muitas vezes três ou quatro dias após o parto, deixando, bem entendido, o recém-nascido em casa. Na hora das refeições correm para casa para amamentar a criança e comer um pouco. Mas pode-se facilmente imaginar em que condições se efetua este aleitamento! Lord Ashley relata as declarações de algumas operárias:

M. H. de 20 anos tem duas crianças, a menor é um bebê e o mais velho toma conta da casa e do irmão; vai para a fábrica de manhã, pouco depois das 5 horas, e volta às 8 horas da noite. Durante o dia, o leite corre-lhe dos seios a ponto de os vestidos se molharem.

H. W. tem três, sai de casa segunda-feira de manhã às 5 horas e só volta sábado às 7 horas da noite. Tem então tantas coisas a fazer para as crianças que não se deita antes das 3 horas da manhã. Acontece-lhe muitas vezes estar molhada até os ossos pela chuva e trabalhar nesse estado. "Os meus seios fizeram-me sofrer horivelmente e fiquei inundada de leite."

O emprego de narcóticos com o fim de manter as crianças sossegadas não deixa de ser favorecido por este sistema infame e está agora disseminado nos distritos industriais. O Dr. Johns, inspetor-chefe dos distrito de Manchester, é de opinião que este costume é uma das causas principais das convulsões mortais muito freqüentes. O trabalho da mulher na fábrica desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade baseada na família, as conseqüências mais desmoralizantes, tanto para os pais como para as crianças.

2. AS NOVAS CONDIÇÕES DO TRABALHO E A MORALIDADE

Mas isto não é nada. As conseqüências morais do trabalho das mulheres nas fábricas ainda são bem piores. A reunião de pessoas dos dois sexos e de todas as idades na mesma oficina, a inevitável promiscuidade que daí resulta, o amontoamento num espaço reduzido de pessoas que não tiveram nem formação intelectual nem moral não são fatos de efeito favorável no desenvolvimento do caráter feminino. O industrial, mesmo se presta atenção a isso, não pode intervir senão quando o escândalo é flagrante. Não poderia estar informado da influência permanente, menos evidente, que exercem os caracteres dissolutos sobre os espíritos mais morais e em particular sobre os mais jovens e, por conseguinte, não pode evitá-la. Ora, esta influência é precisamente a mais nefasta. A linguagem empregada nas fábricas é, segundo diversas descrições dos comissários de fábricas, em 1833, como “inconveniente”, “má”, “imprópria”, etc. A situação é, em menor grau, a que constatamos em grande proporção nas cidades. A concentração da população tem o mesmo efeito sobre as mesmas pessoas, quer seja numa grande cidade ou numa fábrica relativamente pequena. Se a fábrica é pequena, a promiscuidade é maior e as ligações inevitáveis. As conseqüências não se fazem esperar. Uma testemunha de Leicester disse que preferia ver a sua filha mendigar do que deixá-la ir para a fábrica, que a fábrica é um verdadeiro inferno, que a maior parte das mulheres da vida estão naquela situação devido à sua permanência na fábrica. Uma outra em Manchester “não tem nenhum escrúpulo em afirmar que três quartos das jovens operárias de fábrica dos 14 aos 20 anos já não são virgens”. O comissário Cowell emite a opinião de que a moralidade dos operários de fábrica se situa um pouco abaixo da média da classe trabalhadora em geral e o Dr. Hawkins afirma:

É difícil dar uma estimativa numérica da moralidade sexual, mas, tendo em conta as minhas próprias observações, a opinião geral daqueles com quem falei, assim como o teor dos testemunhos que me forneceram, a

influência da vida na fábrica sobre a moralidade da juventude feminina parece justificar um ponto de vista bastante pessimista.

Acontece que a servidão da fábrica, como qualquer outra e mesmo mais que todas as outras, confere ao patrão o *Jus primae noctis*. Deste modo o industrial é também o dono do corpo e dos encantos das suas operárias. A ameaça de demissão é uma razão suficiente para, em 90 ou 99% dos casos, anular qualquer resistência da parte das jovens que, além disso, não têm disposições particulares para a castidade. Se o industrial é suficientemente infame (e o relatório da comissão cita vários casos deste gênero), a sua fábrica é ao mesmo tempo o seu *harém*. O fato de nem todos os industriais fazerem uso do seu direito não altera nada a situação das moças. Nos princípios da indústria manufatureira, na época em que a maior parte dos industriais eram novos ricos sem educação que só respeitavam as regras da hipocrisia social, não abandonavam por nada o exercício dos seus direitos adquiridos.

3. AS CONDIÇÕES DO TRABALHO INFANTIL

A elevada mortalidade que se verifica entre os filhos dos operários, e particularmente dos operários de fábrica, é uma prova suficiente da insalubridade à qual estão expostos durante os primeiros anos. Estas causas também atuam sobre as crianças que sobrevivem, mas evidentemente os seus efeitos são um pouco mais atenuados do que naquelas que são suas vítimas. Nos casos mais benignos, têm uma predisposição para a doença ou um atraso no desenvolvimento e, por consequência, um vigor físico inferior ao normal. O filho de um operário, que cresceu na miséria, entre as privações e as vicissitudes da existência, na umidade, no frio e com falta de roupas, aos nove anos está longe de ter a capacidade de trabalho de uma criança criada em boas condições de higiene. Com esta idade é enviado para a fábrica, e aí trabalha diariamente seis horas e meia (anteriormente oito horas, e outrora de doze a catorze horas, e mesmo desesseis) até a idade de treze anos. A partir deste momento, até os dezoito anos, trabalha doze horas. Aos fatores de enfraquecimento que persistem junta-se também o trabalho. É verdade que não podemos negar que uma criança de nove anos, mesmo filha de um operário, possa suportar um trabalho cotidiano de seis horas e mais sem que daí resultem para o seu desenvolvimento efeitos nefastos *visíveis*, de que este trabalho seria a causa evidente. Mas temos que confessar que a permanência na atmosfera da fábrica, sufocante, úmida, por vezes de um calor morno, não poderia em qualquer dos casos melhorar a sua saúde. De qualquer maneira, é dar prova de irresponsabilidade sacrificar à cupidez de uma burguesia insensível os anos de vida das crianças, que deveriam ser exclusivamente consagrados ao desenvolvimento físico e intelectual, e privar as crianças da escola e do ar

puro, para as explorar em proveito dos senhores industriais. Claro, a burguesia diz-nos: “Se não empregarmos as crianças nas fábricas, elas ficarão em condições de vida desfavoráveis ao seu desenvolvimento”, e no conjunto este fato é verdadeiro. Mas que significa este argumento, posto no seu justo lugar, senão que a burguesia coloca primeiro os filhos dos operários em más condições de existência e que explora em seguida estas más condições em seu proveito? Ela evoca um fato de que é tão culpada como do sistema industrial, justificando a falta que comete hoje com aquela que cometeu ontem. Se a lei sobre as fábricas não lhes prendesse um pouco as mãos, verificaríamos como estes burgueses “bondosos” e “humanos”, que no fundo não edificaram as fábricas senão para o bem dos operários, tomariam a defesa dos interesses dos trabalhadores. Vejamos um pouco como eles agiram antes de serem vigiados pelos inspetores de fábrica! O seu próprio testemunho, o relatório do *Factories Inquiry Commission*, de 1833, deve confundir-los.

O relatório da Comissão Central constata que os fabricantes raramente empregavam crianças de cinco anos, freqüentemente as de seis anos, muitas vezes as de sete anos e a maior parte das vezes as de oito ou nove anos; que a duração do trabalho atingia, por vezes, 14 a 16 horas por dia (não incluindo as horas das refeições), que os industriais toleravam que os vigilantes batessem e maltratassem as crianças, e eles próprios agiam muitas vezes do mesmo modo; relata-se mesmo o caso de um industrial escocês que perseguiu a cavalo um operário de dezesseis anos, que fugira, trouxe-o de volta obrigando-o a correr diante dele à velocidade do seu cavalo no trote, batendo-lhe continuamente com um grande chicote. Nas grandes cidades, onde os operários mais resistiam, é verdade que tais casos eram menos freqüentes. No entanto, mesmo esta longa jornada de trabalho não aplacava a voracidade dos capitalistas. Era preciso por todos os meios fazer com que o capital investido nas construções e em máquinas fosse rentável, era necessário fazê-lo trabalhar o mais possível. É por isso que os industriais introduziram o escandaloso sistema de trabalho noturno. Em algumas fábricas havia duas equipes de operários, cada qual suficientemente numerosa para fazer funcionar toda a fábrica; uma trabalhava as doze horas do dia, a outra as doze horas da noite. Não é difícil imaginar as consequências que fatalmente teriam sobre o estado físico das crianças, e mesmo dos adolescentes e adultos, esta privação permanente do repouso noturno, que nenhum sono diurno poderia substituir. Sobre-

excitação do sistema nervoso ligada a um enfraquecimento e a um esgotamento de todo o corpo, tais eram as consequências inevitáveis.

Engels, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1986, pp. 165-6, 170-1 e 172-4.

15. CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DA PRODUÇÃO MECANIZADA SOBRE O TRABALHADOR

Karl Marx

Em sua obra máxima, O Capital, cujo primeiro volume foi publicado em 1867, Karl Marx (1818-1883), no capítulo 13, parte 3, examina as consequências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador na nova sociedade industrial então em desenvolvimento.

Apoiado em farta documentação (jornais, relatórios médicos, investigações orientadas pelo próprio Parlamento inglês, etc.) e, baseando-se, inclusive, no trabalho escrito por F. Engels, em 1845, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, examinado anteriormente, o filósofo e teórico alemão apresenta um quadro bastante real das novas condições de vida impostas à classe trabalhadora.

É importante observar que K. Marx estabelece uma conexão entre a extensão do trabalho à toda uma família operária, aí incluídas mulher e crianças, e a consequente desvalorização da força de trabalho do homem adulto. Em decorrência, aumenta a mais-valia a ser explorada e, por conseguinte, verifica-se maior acumulação de capital.

O texto possibilita, ainda, melhor conhecimento acerca do trabalho infantil, aludindo à lei fabril de 1844, e sua exigência de que as crianças deveriam passar três horas por dia em “escolas” para poder empregar-se. As “escolas”, por sua vez, deveriam emitir certificados de presença das crianças, sem os quais, os empregadores não podiam contratá-las.

A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Essa obliteração forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer da instrução elementar condição compulsória para o emprego “produtivo” de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de

educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava freqüentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essa obrigatoriedade e nas suas manhas e trapagens para se furtarem a ela.

Toda crítica deve ser dirigida contra a legislatura que promulgou uma lei ilusória que, ostentando o pretexto de cuidar da instrução das crianças, não contém nenhum dispositivo que assegure a consecução desse objetivo. Essa lei estabelece apenas que as crianças sejam encerradas “por determinado número de horas” (três horas) “por dia entre as quatro paredes de um local chamado escola, e que o empregador receba por isso semanalmente certificado subscrito por uma pessoa que se qualifique de professor ou professora”.

Antes da lei fabril emendada, de 1844, não eram raros os certificados de freqüência à escola, subscritos com uma cruz por professores ou professoras que não sabiam escrever.

Ao visitar uma dessas escolas que expediam certificado, fiquei tão chocado com a ignorância do mestre-escola que lhe perguntei: Por favor, o senhor sabe ler? Responde ele: Ah! sei somar. Para justificar-se, acrescentou: em todo caso, estou à frente dos meus alunos.

Quando se elaborava a lei de 1844, os inspetores de fábrica denunciaram a situação lamentável das pretensas escolas, cujos certificados eram obrigados a aceitar como legalmente válidos. Tudo o que conseguiram foi que, a partir de 1844,

o mestre-escola tinha de escrever, com seu próprio punho, o número do certificado escolar, subscrivendo-se com seu nome e sobrenome.

Sir John Kincaid, inspetor de fábrica na Escócia, narra experiências semelhantes em suas funções oficiais.

A primeira escola que visitamos era mantida por uma senhora Ann Kilin. Quando lhe pedi para soletrar o sobrenome, cometeu logo um erro começando-o com a letra C, mas corrigindo-se imediatamente disse que seu sobrenome começava com K. Olhando suas assinaturas nos livros de certificados escolares, reparei que o escrevia de maneiras diferentes, não deixando sua letra nenhuma dúvida quanto à sua incapacidade para ensinar... Ela mesma confessou que não sabia fazer os registros... Numa segunda escola, a sala de aula tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças que grunhiam algo ininteligível. Mas, não é apenas nesses lugares miseráveis que as crianças recebem atestados de freqüência escolar e nenhum ensino; existem muitas escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante do perturbador amontoado de meninos de todas as idades, a partir de três anos. Sua subsistência, miserável, depende totalmente do número dos *pence* recebidos do maior número possível de crianças que consegue empilhar num quarto. Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta

de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças. Estive em muitas dessas escolas e nelas vi filas inteiras de crianças que não faziam absolutamente nada, e a isto se dá o atestado de frequência escolar; e esses meninos figuram na categoria de instruídos, de nossas estatísticas oficiais. (...)

Com o afluxo predominante de crianças e mulheres na formação do pessoal de trabalho combinado, quebra a maquinaria finalmente a resistência que o trabalhador masculino opunha, na manufatura, ao despotismo do capital.

Marx, Karl. *O Capital*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, Livro I, v. 1, pp. 456-9.

16. MÁQUINAS, MULTIDÕES, CIDADES E PERDAS

Maria Stella Martins Bresciani

Em artigo publicado na Revista Brasileira de História, a historiadora Maria Stella Martins Bresciani consegue perceber algumas das contradições básicas da nova sociedade do trabalho nascida com a Revolução Industrial. Observa que nessa sociedade o desenraizamento e a perda da identidade se constituem em experiências dramáticas para o homem. A autora chama nossa atenção para um aspecto contraditório, irônico e, ao mesmo tempo, perturbador, que perpassa essa nova experiência da humanidade, pois o triunfo da máquina era apresentado como a expressão concreta do domínio do homem sobre a natureza. No entanto, foi essa mesma máquina que teve o poder de transformar a estrutura social e, por conseguinte, aprisionar e escravizar o próprio homem à uma ordem exterior a ele. A partir de então, a prof^a Maria Stella nos revela as perdas que a nova sociedade do trabalho impôs ao homem.

Para além da força emocional da retórica poética e literária em geral, presente nos textos dos homens cultos do século XIX, aparecem com igual impacto os delineamentos de uma nova sensibilidade. Convencidos de estarem vivendo no limiar de uma “nova era”, prenhos de um potencial transformador ainda não avaliado, eles se lançaram à empresa de anotar em seus escritos os sinais visíveis dessa novidade de dimensões desconhecidas e assustadoras. O sentido de desenraizamento expresso na perda de identidade social e de formas de orientação multisseculares, aparece de maneira recorrente elaborando a imagem de uma *crise* de proporção e conteúdo inéditos. Sem dúvida, os termos desarraigado e desenraizado falam do homem arrancado de sua íntima relação com a natureza, mas paradoxalmente apontam para a nova condição humana de vencedor da natureza. Afinal, atribuíam-se aos engenhos astuciosos fabricados pelos

homens – as máquinas com seus mecanismos irresistíveis e incansáveis – essa vitória na guerra com a rude natureza. A máquina foi apontada como expressão simbólica e material dessa vitória que logrou emancipar o homem do limitado destino de ser subjugado aos imperativos do mundo físico. À máquina o século XIX conferiu todo o poder transformador e produtor da abundância e apostou nela como possibilidade, não muito remota, de superação do reino da necessidade (superação de um mundo sempre às voltas com a escassez de recursos para manter o crescimento ilimitado do gênero humano), mas também a ela foi conferido o poder transformador da *estrutura social* (the fabric of society), o que colocava em algo exterior ao próprio homem a potência movimentadora do novo *sistema social* (social system).

Máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido. Registros de perdas e de imposições violentas encontram-se nos escritos de homens que se auto-representaram contemporâneos de um *ato inaugural*... É a constituição dessa “nova sensibilidade” que procuro acompanhar neste artigo, na certeza de que, hoje, o sentido de emancipação da máquina em relação ao homem se expressa na aceitação de uma lógica interna ao próprio progresso técnico e repõe a insólita experiência vivida pelo homem quando considerou, a si mesmo, por sua astúcia, vitorioso sobre a natureza.

Para penetrar nos meandros dessa nova sensibilidade decidi percorrer alguns textos, onde literatos, médicos, advogados, filósofos, filantropos, estadistas, em suma, o homem letrado em geral, expressaram o sentimento de perdas diversas e de viverem situações paradoxais: registros semelhantes encontrei também em depoimentos de trabalhadores rurais e fabris, de vendedores ambulantes, artistas de rua, enfim de toda a grande parcela da população que subsiste através do trabalho de suas mãos.

Quais perdas?

A *representação do tempo* regido pela natureza perde-se e junto com ela a medida do tempo relacionada às tarefas cíclicas e rotineiras do trabalho. Se desfaz um ajuste entre o ritmo do mundo físico e as atividades humanas, o que implica a dissolução de uma relação imediata, natural e inteligível de compulsão da natureza sobre o homem. Perda que implica a imposição de uma nova concepção do tempo: abstrato, linear, uniformemente dividido a partir de uma convenção entre os homens, medida de valor relacionada à atividade do comerciante e às longas distâncias. Tempo a ser produtivamente aplicado, que se define como tempo do patrão – tempo do trabalho, cuja representação aparece como imposição de uma

instância captada pelo intelecto, porém, presa a uma lógica própria, exterior ao homem, que o subjugua. Delineia-se uma primeira exterioridade substantivada no relógio, concomitantemente artefato e mercadoria.

Na *atividade do trabalho* uma outra perda. A unidade do homem com suas condições de produção e com a finalidade dessa produção definida pelas suas próprias e limitadas necessidades cinde-se numa dupla exterioridade: de extensões inorgânicas de seu corpo orgânico, as ferramentas se autonomizam materializando-se na máquina, vale dizer, tornando dispensável a arte de suas mãos: de finalidade da produção, o homem passa a ser uma das engrenagens de um processo que objetiva repor a própria produção. O trabalhador despojado das condições objetivas do trabalho é reduzido à mera subjetividade, à força de trabalho.

Os *sistemas de trabalho* com base em relações pessoais se desfazem substituídos pela impessoalidade das relações do mercado. O vínculo entre o mestre-artesão e seu aprendiz, certeza de trabalho, e aquisição de uma destreza específica e de uma identidade profissional rompe-se; a relação patrão-operário tem um caráter puramente mercantil e sobre ela se erige uma representação que a coloca em uma instância transcendente ao homem – a lei da oferta e da procura inscrita na natureza das relações humanas – que, produto da atividade intelectual, passa a ser interpretada como princípio férreo de ordenação do social.

Uma última perda: o homem, em especial o trabalhador fabril e urbano em geral, arrancado dos vilarejos e impelidos a levar uma vida agressiva nas cidades. Perda do *habitat tradicional*, onde conjugava-se o trabalho artesanal com o labor dos campos; onde toda a família encontrava condições de trabalho e onde a vida não aparecia cindida em tempo do patrão e lugar do trabalho contrapostos a tempo do descanso e lugar de morar.

O registro de cada uma dessas perdas se fez presente no decorrer de três séculos, pelo menos, e culmina nos inícios do século XIX, na percepção de que o homem ao sobrepujar-se à natureza havia caído na armadilha de sua própria astúcia. A cidade moderna representa o momento culminante desse longo processo e também o lugar onde se acumulam homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontra levada às últimas conseqüências. Fascínio e medo; a cidade configura o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabricadas) de vida.

É ainda importante anotar a solidariedade entre o conjunto dessas perdas e a elaboração intelectual de uma distância entre o homem e seus semelhantes; a elaboração da figura de um sujeito de conhecimento capaz de estabelecer um distanciamento considerado

necessário para a observação e avaliação da natureza. A relação de exterioridade, corrente na avaliação da natureza, estende-se, no século XIX, como experiência de conhecimento para as relações entre os homens. O olhar analítico e classificador procura imobilizar em momentos sucessivos de avaliação tudo aquilo que vê em constante movimento e que precisa permanecer em contínua movimentação. O fluxo ininterrupto dos homens no trabalho, dos homens se deslocando pelas ruas, dos homens ocasionalmente fora do trabalho, dos homens que tiram seu sustento trabalhando nas ruas, dos homens que vagam recusando-se a trabalhar, dos homens que se mantêm através de expedientes pouco confessáveis: tudo é submetido a esse olhar avaliador. A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção. Não por acaso, à frase de Vitor Hugo: "A França observa Paris e Paris observa o faubourg Saint Antoine" (*Os Miseráveis*), corresponde um axioma da polícia londrina. "Guarda-se St. James vigiando-se St. Giles."

Nos dois casos, os objetos de constante vigilância são os bairros operários, cujo potencial de revolta é considerado mais ameaçador, onde, portanto, os sinais da revolução podem ser detectados. Nesses anos cinquenta do século passado, tinha-se já formulado um quadro conceitual que, recolhendo inúmeras experiências de investigação da *nova sociedade*, permitia distinguir na diversidade aparente duas entidades distintas e antagônicas. É parte dessa nova sensibilidade a expressão "Duas Nações", cunhada por Disraeli para falar do abismo existente entre ricos-civilizados e pobres-selvagens. Descontado o apelo emocional, a expressão possui uma força explicativa plástica, pois remete imediatamente para a imagem de uma sociedade cindida em duas partes irreconciliáveis, com identidades próprias e diferenciadas.

Bresciani, Maria Stella Martins. *Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (A Cidades no Século XIX)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, 1984/85, v. 5, nº 8/9, pp. 36-40.

A partir do momento da consolidação do capitalismo, as condições de vida e de trabalho do nascente proletariado tornaram-se extremamente precárias. Tais condições eram ainda mais insuportáveis à medida que contrastavam de maneira brutal com o novo estilo de vida desenvolvido pela burguesia industrial. É dentro deste contexto que se desenrola o movimento operário europeu ao longo do século XIX. Este movimento desdobra-se, inicialmente, em formas de resistência que se traduzem no *ludismo*, expressão do protesto da nascente classe operária. Num segundo momento, por volta de meados do século, configura-se o *movimento cartista*, que tinha como objetivo possibilitar ao proletariado até mesmo uma representação política. É possível perceber, pois, um amadurecimento da luta e da resistência dos trabalhadores.

Já na segunda metade do século, surgiram as primeiras associações de trabalhadores (*trade unions*) que, embora inicialmente apresentassem um caráter assistencialista, vieram a dar origem aos sindicatos.

Paralelamente às lutas operárias do século XIX, no plano teórico, notadamente a partir da publicação do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, desenvolvia-se o socialismo científico ou marxismo. Fundamentando seu pensamento na dialética hegeliana, na economia política inglesa e no socialismo, o marxismo propunha uma nova teoria da história: o materialismo histórico, segundo o qual a história se desenvolve dialeticamente, a partir das relações de produção existentes e predominantes em cada sociedade. Estas, corresponderiam à infra-estrutura e, em última instância, determinariam a superestrutura política, jurídica e ideológica da sociedade.

Segundo Marx e Engels, a superação de um modo de produção por outro estaria diretamente relacionada às lutas de classe que caracterizariam a história da sociedade humana. Partindo do princípio de que no capitalismo a produção da riqueza era socializada mas sua apropriação se dava apenas pelos que detinham os meios de produção, Marx e Engels estudaram o caráter contraditório do modo de produção capitalista e perceberam que as transformações seriam aceleradas a partir da organização e conscientização da classe operária.

Assim, percebe-se a estreita relação existente entre o marxismo e o movimento operário europeu durante a segunda metade do século XIX. A formação das Associações Internacionais dos Trabalhadores (AIT) reflete a forte influência do socialismo no movimento operário.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. A partir da leitura dos textos de Henderson, Engels e Hobsbawm pode-se afirmar que o movimento ludita foi ingênuo e ineficaz? Justifique a sua resposta.
2. Relacione os objetivos da Associação Internacional dos Trabalhadores.
3. Por que para Bakunin é indispensável a luta contra o Estado?
4. Por que a Comuna de Paris assinala o nascimento das revoluções proletárias?
5. Quais são os pontos básicos do Revisionismo da Social-Democracia e que se manifestam à época da II Internacional?
6. Segundo a *Declaração sobre a guerra*, por que as guerras são contrárias aos interesses da classe operária?

17. O LUDISMO

W. O Henderson

Uma das primeiras manifestações de revolta dos operários contra a sua miserável situação foi o ludismo, movimento de protesto caracterizado pela destruição das máquinas e que ocupou os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX. Trata-se de uma reação que possui grande importância e significado, revelando a seriedade dos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial.

O texto a seguir aprofunda algumas questões referentes ao ludismo, expressão que deriva do nome de Ned Ludd, tecelão que teria se destacado pela liderança do movimento. Chama-se a atenção para a brutalidade da reação oficial que, juntamente com o aprofundamento de uma consciência de classe maior, inviabilizou o ludismo. Por volta de 1820, os trabalhadores iniciavam novas formas de resistência.

O movimento *luddite* em Inglaterra, que atingiu o auge em 1811-1812, começou como um levantamento dos fabricantes de meias no condado de Nottingham. Nessa altura, a manufatura de meias era ainda uma indústria caseira. A malha produzia-se em máquinas manuais, em pequenas oficinas, mas os artífices eram empregados por patrões que possuíam as máquinas e as matérias-primas. Em 1811, os operários das meias queixaram-se de que os patrões

estavam lançando no mercado quantidades excessivas de produto ao mesmo tempo barato e vistoso, e, para se manterem em concorrência, diminuíam os salários, tornando mais dura a vida dos operários. Estes pediam o regresso aos métodos tradicionais de produção e venda e às tabelas anteriores de pagamento e serviam-se do terror como principal argumento. Estavam tão bem organizados que se podia pensar que um único cérebro planejava todos os movimentos contra os industriais. Contudo, parece provável que vários chefes dos bandos destruidores de máquinas, que aterrorizavam a região, usassem o nome terrível de "General Ludd". Os *luddites* agiam em grupos de cerca de cinquenta e invadiam, rápidos, uma aldeia após outra para destruir as máquinas de malhas, desaparecendo tão silenciosamente como tinham chegado, sem que as autoridades os conseguissem apanhar. Em 1812, o movimento *luddite* espalhou-se até a região de lã de West Riding e as cidades algodoeiras do Lancashire e do Cheshire. No *Times* de 16 de junho afirmava-se que uma deputação de proprietários do Lancashire tinha vindo a Londres informar o Governo de que os *luddites* haviam instalado no condado várias forjas para poderem fabricar chuchos. No Yorkshire, os mais graves incidentes foram o assalto noturno à fábrica de William Cartwright, em Liversedge, e o assassinato do industrial William Horsfall, quando regressava a casa vindo do mercado de Huddersfield.

Supunha-se que os ataques *luddites* à vida e à propriedade dos industriais faziam parte de uma conspiração geral dos trabalhadores para derrubar o governo. Robert Southey pensava que só o exército podia salvar o país desta "insurreição dos pobres contra os ricos", enquanto Walter Scott declarava que "o país estava todo minado". O Parlamento organizou comissões secretas para acompanhar a situação e foi informado de que os insurretos dos distritos revoltados possuíam uma organização de tipo militar. Aos magistrados locais foram então enviados reforços que lhes permitissem lutar contra os destruidores de máquinas e, em janeiro de 1813, foram enforcados 17 em Iorque: três pelo assassinato de Horsfall e os outros pelo ataque à fábrica de Cartwright. Estas medidas ajudaram a restaurar a lei e a ordem, embora houvesse novas revoltas e destruição de máquinas em Midlands em junho de 1816, quando 53 máquinas foram partidas na fábrica de Heathcote Boden, em Loughborough.

Henderson, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Verbo/Edusp, 1979, pp. 178-80.

18. O LUDISMO NA ORIGEM DOS MOVIMENTOS OPERÁRIOS

Friedrich Engels

Também para Engels o movimento de quebra às máquinas não passou despercebido. Em seu clássico A Situação da Classe Tra-

balhadora na Inglaterra o tema é abordado. O autor observa que o ludismo insere-se como uma etapa importante na construção de uma consciência operária, mas não a primeira. Antes dela, o crime e o roubo destacaram-se como uma reação no limite do desespero com as novas condições geradas pela sociedade industrial. É o próprio Engels quem afirma: "A primeira forma, a mais brutal e a mais estéril que esta revolta assumiu foi o crime".

O texto possibilita, ainda, a compreensão de que essa primeira reação, comentada anteriormente, foi ineficaz. Os próprios trabalhadores perceberam a necessidade de forjar novas formas de luta. É dentro desse contexto que se insere o movimento ludita, comentado a seguir por Engels.

A revolta dos operários contra a burguesia começou pouco depois do início do desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases. Este não é o local indicado para expor detalhadamente a importância histórica destas diversas fases para a evolução do povo inglês. Sou obrigado a reservar a abordagem destas questões para um estudo posterior e a limitar-me, por enquanto, aos fatos, na medida em que podem servir para caracterizar a situação do proletariado inglês.

A primeira forma, a mais brutal e a mais estéril, que esta revolta assumiu foi o crime. O operário vivia na miséria e na indigência e via outros que gozavam de situação melhor. A sua razão não conseguia compreender por que era precisamente ele que tinha que sofrer nestas condições, ele que fazia bem mais pela sociedade do que um rico ocioso. Por outro lado, a necessidade venceu o respeito inato pela propriedade — começou a roubar. Vimos que o número de delitos aumentou com a expansão da indústria e que o número anual de prisões está em relação constante com os fardos de algodão vendidos no mercado.

Mas em breve os operários tiveram de constatar a ineficácia deste método. Com os seus roubos, os delinquentes não podiam protestar contra a sociedade senão isoladamente, individualmente; todo o poderio da sociedade caía sobre cada criminoso e esmagava-o com a sua enorme superioridade. Além disso, o roubo era a forma menos evoluída e consciente de protesto e, por essa simples razão, nunca foi a expressão geral da opinião pública dos operários, mesmo que eles a aprovassem tacitamente. A classe operária começou a se opor à burguesia quando resistiu violentamente à introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento industrial. Deste modo, os primeiros inventores (Arkwright e outros) começaram por ser perseguidos e as suas máquinas destruídas; mais tarde deu-se um grande número de revoltas contra as máquinas, que se desenrola-

ram quase exatamente como as revoltas dos impressores da Boêmia em junho de 1844¹; as oficinas foram demolidas e as máquinas, destruídas.

Esta forma de oposição, também ela, não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual. Atingindo o fim imediato, o poder da sociedade recaía com toda a sua violência sobre os recalcitrantes sem defesa e castigava-os como queria, enquanto continuavam a introduzir as máquinas. Era preciso encontrar uma nova forma de oposição.

NOTA:

1. Engels refere-se muitas vezes na sua introdução a estas revoltas que tiveram lugar na Boêmia e na Silésia.

Engels, Friedrich *op. cit.*, pp. 242-3.

19. QUAL A EFICÁCIA DA DESTRUIÇÃO DE MÁQUINAS?

Eric J. Hobsbawm

Com muita frequência, discute-se sobre a eficácia do movimento ludita, examinado nos textos anteriores. Para muitos, não teria passado de uma reação desesperada, ingênua e ineficaz dos trabalhadores industriais. No entanto, é possível fazer uma nova leitura do movimento, e é o que se propõe E. J. Hobsbawm. O autor se questiona até que ponto o ludismo foi, de fato, significativo para o movimento operário, observando que ele não foi “de maneira alguma a arma desesperadamente ineficiente que se tem feito parecer”.

Chegamos agora ao último e mais complexo problema: qual a eficácia da destruição de máquinas? É justo afirmar, acho eu, que a negociação coletiva através do tumulto foi pelo menos tão eficiente como qualquer outro meio de exercer pressão sindical, e provavelmente *mais* eficiente do que qualquer outro meio disponível antes da era dos sindicatos nacionais para grupos tais como os tecelões, marinheiros e mineiros. Isso não é afirmar muito. Os homens que não gozam da proteção natural dos pequenos números e escassas habilidades de aprendiz, que podem ser salvaguardadas pela entrada restrita no mercado e monopólios de contratação das firmas, estavam em qualquer caso obrigados normalmente a ficar na defensiva. O sucesso deles portanto devia ser medido pela sua capacidade de manter as condições estáveis – por exemplo, níveis de salários estáveis – contra o desejo perpétuo e bem anunciado dos patrões de reduzi-los ao nível da fome. Isto exigiu uma luta incessante e eficiente. Pode-se alegar que a estabilidade no papel era minada constantemente pela lenta inflação do século XVIII, que fraudava com firmeza o jogo contra os assalariados; mas seria pedir demais das atividades do século XVIII enfrentar isso. Dentro dos seus limites, dificilmente se pode negar que os tecelões de seda de Spitalfields se beneficiaram com os seus tumultos. As disputas dos barqueiros, marinheiros e mi-

neiros no Nordeste, das quais temos registros, terminaram, não raro, com a vitória ou um compromisso aceitável. Além do mais, o que quer que tenha acontecido nos engajamentos individuais, o tumulto e a destruição de máquinas proporcionaram aos trabalhadores reservas valiosas em todas as ocasiões. O patrão do século XVIII estava constantemente consciente de que uma exigência intolerável produziria, não uma perda de lucros temporários, mas a destruição de equipamento importante. Em 1829 a Comissão dos Lordes perguntou a um proeminente gerente de minas de carvão se a redução dos salários nas minas do Tyne e do Wearside podia “ser efetuada sem perigo para a tranqüilidade do distrito, ou risco de destruição de todas as minas, com toda a maquinaria, e o valioso capital nelas investido”. Ele achava que não. Inevitavelmente, o empregador que se defrontava com esses riscos fazia uma pausa antes de provocá-los, com medo de que “sua propriedade e talvez sua vida (pudessem) correr perigo em conseqüência”. “Muito mais patrões do que se podia esperar”, notou Sir John Clapham com injustificada surpresa, apoiaram a manutenção das Leis dos Tecelões de Seda de Spitalfields, porque sob elas, alegavam eles “o distrito viveu num estado de quietude e repouso”.

Podem o tumulto e a destruição de máquinas, contudo, deter o avanço do progresso técnico? Comprovadamente não podem deter o triunfo do capitalismo industrial como um todo. Numa escala menor, no entanto, eles não são, de maneira alguma, a arma desesperadamente ineficiente que se tem feito parecer. Assim, supõe-se que o medo dos tecelões de Norwich impediu a introdução de máquinas lá. O ludismo dos tosquiadores do Wiltshire em 1802 certamente adiou a generalização da mecanização; uma petição de 1816 nota que “no tempo da Guerra não havia nenhuma percha¹ nem Bastidores em Trowbridge mas lamento relatar que estão agora aumentando Todo Dia”. Por paradoxal que pareça, a destruição pelos indefesos trabalhadores rurais em 1830 parece ter sido a mais eficiente de todas. Embora as concessões salariais fossem em breve perdidas, as máquinas de debulhar não voltaram de maneira alguma na velha escala. Quanto desse sucesso foi devido aos homens, quanto ao ludismo latente ou passivo dos próprios empregadores, não podemos, contudo, determinar. No entanto, qualquer que seja a verdade na questão, a iniciativa veio dos homens, e até esse ponto eles podem reivindicar uma parcela importante em qualquer desses sucessos.

NOTA

1. Máquina composta de vários tambores guarnecidos de corda para tornar paralelo o pêlo dos estofos. (N. do T.)

Hobsbawm, Eric J. *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 26-7.

20. A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), sendo que um de seus fundadores foi Karl Marx, que conseguiu impor suas idéias fundamentais, as quais transparecem no preâmbulo dos estatutos aprovados. Para Marx essa Associação era de fundamental importância, uma vez que ela poderia significar maior clareza de objetivos por parte da totalidade do movimento. O texto abaixo é o preâmbulo dos estatutos da Internacional.

Considerando

que a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora;

que a luta em prol da emancipação da classe trabalhadora não constitui uma luta em prol de prerrogativas de monopólio de classe, mas antes uma luta em prol de direitos e deveres equitativos e de aniquilamento de qualquer domínio de classe;

que a subjugação econômica do trabalhador a quem se privou dos meios para o trabalho, isto é, das fontes de vida, constitui a raiz da servidão sob todas as suas formas – a miséria social, a atrofia mental e a dependência política;

que, pois, a emancipação econômica da classe trabalhadora constitui o grande objetivo final, ao qual se há de subordinar, como objetivo final, qualquer movimento político;

que todas as tentativas até agora empreendidas visando esse objetivo fracassaram por falta de acordo entre os múltiplos ramos do trabalho de cada país e pela ausência de uma união fraterna entre as classes trabalhadoras dos diversos países;

que a emancipação da classe trabalhadora não constitui tarefa nem local nem nacional, mas é uma tarefa social que compreende todos os países em que existe a sociedade moderna e cuja solução depende da cooperação prática e teórica dos países mais adiantados;

que o movimento que atualmente se renova, da classe trabalhadora nos países industriais da Europa, enquanto desperta novas esperanças, também representa uma solene advertência contra uma recaída dos antigos enganos e insta a uma congregação imediata dos movimentos ainda dispersos; por estes motivos foi fundada a *Associação Internacional dos Trabalhadores*.

E declara:

que todas as sociedades e indivíduos que a ela se filiam reconhecem a verdade, a justiça e a moralidade como regra de seu comportamento recíproco e para com todos os homens, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade. Considera que é dever de cada qual conquistar os direitos humanos e civis não apenas para si pró-

prio, mas para todo aquele que cumpre o seu dever. Não há deveres sem direitos, não há direitos sem deveres.

Abendroth, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 35-6.

21. BAKUNIN E SUAS IDÉIAS

Angel J. Capelletti

Durante as reuniões da I Internacional avultaram as disputas ideológicas entre Marx e Bakunin. Tais disputas se davam mais na questão dos caminhos a trilhar para se chegar à sociedade comunista, uma vez que enquanto Marx advogava a necessidade de um período de ditadura do proletariado, Bakunin era radicalmente contra, alegando que todo Estado é opressor e como tal deve ser suprimido. O texto abaixo, com fragmentos das idéias de Bakunin, poderá ser útil para clarificar essas diferenças.

O socialismo, que não poderá se realizar a não ser através de uma revolução proletária, necessariamente violenta (devido às características da burguesia e do Estado), equivale à tomada da terra e dos instrumentos de trabalho por parte dos trabalhadores. Trata-se de transferir à sociedade (mas não ao Estado) os meios de produção. Por outro lado, todos os homens estarão obrigados a trabalhar. A cada um se exigirá o que for capaz de dar segundo sua capacidade física e intelectual; e a cada um se retribuirá também de acordo com o que efetivamente deu.

Bakunin é assim partidário do coletivismo, conserva em princípio o sistema de salários e do direito exclusivo ao fruto do próprio trabalho. (...) O comunismo integral, que compreende a supressão do salário, parece-lhe talvez um chamado à irresponsabilidade e à preguiça. Em todo o caso, a idéia do comunismo encontra-se, para ele, vinculada à do Estado como novo e universal padrão.

Para Bakunin, com efeito, a luta contra o capitalismo e a burguesia é inseparável da luta contra o Estado. Acabar com a classe que detém os meios de produção sem liquidar ao mesmo tempo com o Estado é deixar aberto o caminho para a reconstrução da sociedade de classes e para um novo tipo de exploração social. O princípio e a meta do Estado é a conquista. Nenhum Estado se constitui a não ser pela submissão de um povo a um poder soberano, pela força das armas ou pelo engano e pela astúcia. Mas nenhum Estado se conforma tampouco com o poder que exerce sobre um território e sobre um povo, mas pela sua própria natureza, tende a expandir-se e a conquistar os Estados que o cercam(...)

Por esta razão, a revolução deverá ser, para Bakunin, simultaneamente dirigida contra a classe dominante (a que detém a proprie-

dade dos meios de produção) e contra o Estado (ou seja, o governo, qualquer que seja sua denominação ou forma). Pretender abolir primeiro a propriedade privada e liquidar as classes, esperando que o Estado vá se destruindo por si mesmo, como pretendem os marxistas, significa desconhecer o caráter ativo do Estado, que não é um simples produto ou uma superestrutura, mas que, ao mesmo tempo que é engendrado é criador da classe dominante.

Capelletti, Angel J. *La Ideologia Anarquista*. Barcelona, Editorial Laia, 1985, pp. 100-2. (Tradução dos organizadores.)

22. “VIVE LA COMUNE!”

Karl Marx

A Comuna de Paris é o resultado de lutas sociais que vinham se desenvolvendo na França há muito tempo. Na verdade, em suas origens é nítida a confrontação burguesia x proletariado. No entanto, a Comuna tem, ainda, razões de ordem circunstancial: a derrota francesa na guerra franco-prussiana de 1870-71, o prolongado cerco da capital por tropas prussianas, as humilhantes condições do Tratado de Paz impostas pelos vencedores (e prontamente aceitas pela burguesia francesa), além da crise econômica agravada pela guerra.

Acrescente-se a tradição revolucionária das massas populares, herança do movimento de 1789 e têm-se um quadro que irá possibilitar um levante operário e a organização de um governo proletário, em Paris, enquanto o governo francês, em Versalhes, em comum acordo com os prussianos, preparam a tomada da capital.

Sabe-se que uma das condições impostas pelos prussianos no Tratado de Paz foi o desarmamento da população de Paris. Quando o governo francês tentou efetivar essa exigência, encontrou viva reação do proletariado da capital, que organizou, a partir de 18 de março de 1871, um governo independente, autônomo e proletário: a Comuna de Paris.

Essa insurreição operária não poderia ter passado despercebida a Karl Marx que, em obra publicada na época (A Guerra Civil em França), analisou o movimento. O texto selecionado nos possibilita algumas reflexões sobre o tema.

Na madrugada de 18 de Março, Paris acordou com o rebentamento do trovão de *Vive la Commune!*. Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês?

“Os proletários da capital” — dizia o Comitê Central no seu manifesto do 18 de Março — “no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha

chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos (...) O proletariado (...) compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder.

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos. (...)

O poder de Estado, aparentemente voando alto acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o alfobre mesmo de todas as suas corrupções. A sua própria podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste *regime*. Ao mesmo tempo, o imperialismo é a forma mais prostituída e derradeira do poder de Estado que a sociedade da classe média nascente tinha começado a elaborar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese direta do Império foi a Comuna. O grito de “república social” com o qual a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas havia de pôr de lado a forma monárquica da dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta república.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos Rurais para restaurar e perpetuar o velho poder governamental que o Império lhes legara. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do cerco, tinha-se desembaraçado do exército e o substituíra por uma Guarda Nacional que era, na sua massa, composta por operários. Esse fato tinha agora de ser transformado numa instituição. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de *salários de operários*. Os

direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.

Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o “poder dos curas”; pelo desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos dominantes. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos mas a própria ciência liberta das grilhetas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto.

Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjeta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser eletivos, responsáveis e revogáveis. (...)

Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus “superiores naturais” e, em circunstâncias de dificuldade sem exemplo, executaram a sua obra modestamente, conscienciosamente e eficazmente – executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica, um quinto do mínimo requerido para uma secretária de certo conselho escolar de Londres – o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a flutuar sobre o *Hotel de Ville*.

Marx, Karl. *A Guerra Civil em França*. Lisboa: Editorial Avante; Moscou: Edições Progresso, 1983, pp. 62, 65-6 e 70.

23. A II INTERNACIONAL E O REVISIONISMO

Anne Kriegel

Após o encerramento da I Internacional, a situação europeia experimentou sensíveis mudanças, particularmente no que tange ao surgimento e desenvolvimento económico da Alemanha. A rápida

dustrialização daquele país levou ao aparecimento de uma classe operária numerosa e forte, reunida, com seus sindicatos, no Partido Social-Democrata. Este Partido terá, portanto, uma nítida preeminência nos congressos da II Internacional. A grande questão, que se coloca como uma ruptura no seio do movimento socialista, é o chamado Revisionismo: alguns líderes da Social-Democracia, como Bernstein, fazem colocações que virtualmente anulam os postulados marxistas. O texto abaixo procura explicar essas idéias e os debates que elas provocam.

A reviravolta do século traduziu-se mais profundamente no domínio ideológico, pela crise revisionista.

Com Engels, morre em 1895 o homem que gozava, no movimento socialista, de uma autoridade incontestada e universal. Ora, este desaparecimento acontece no momento onde se afirma necessário um enorme esforço teórico: a velha estratégia, baseada na iminência de uma catástrofe, onde se afundaria o capitalismo minado pelas suas contradições, mostra-se inadaptada. É então que E. Bernstein se interroga sobre o marxismo, que julga ultrapassado pela evolução da sociedade moderna. Sugere uma atualização sistemática, numa obra editada em 1899: *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*.

O revisionismo bernsteiniano define-se negativamente pela sua renúncia aos princípios e às conseqüências políticas do marxismo; e positivamente, pelo desejo de restabelecer a “unidade da teoria e a unidade entre teoria e prática”. No plano filosófico, Bernstein agarra-se à corrente neokantiana: para ele, a filosofia não é um sistema de conceitos, mas uma ciência da qual a política não pode ser o produto. Opondo-se ao materialismo histórico, crê poder verificar que, nos países evoluídos, a luta de classes é um fenômeno em vias de desaparecimento ou, pelo menos, de atenuação. As novas condições da vida política, econômica e social, devidas em parte ao próprio movimento operário, os modernos meios de pressão permitem considerar uma *humanização* nas relações sociais. Pondo em causa os mecanismos econômicos da sociedade capitalista, propõe-se repensar as teorias marxistas de mais-valia, da concentração capitalista, a lei da acumulação que implica a polarização das riquezas. Insiste na capacidade de adaptação, a extraordinária maleabilidade da sociedade capitalista. As crises, em particular, não são inelutáveis, o que implica a rejeição da teoria de um desmoronamento automático. Em conseqüência disso, Bernstein preconiza um socialismo de tipo novo, cujo ponto-chave é o estabelecimento de relações pacíficas entre nações e classes, um socialismo baseado na convicção de que o capitalismo deve progressiva e pacificamente evoluir para o socialismo. Praticamente, conclui que é necessário “ter a coragem de se emancipar de uma fraseologia ultrapassada nos fatos e de aceitar ser

um partido de reformas socialistas e democráticas”. Foi o que o levou a recusar reivindicar para o proletariado a exclusividade do Poder.(...)

A Social-democracia deve, pois, sair do seu isolamento, procurar a aliança com a esquerda, que, sem desprezar a luta social, recusa a ditadura do proletariado. Deste modo, o socialismo torna-se um objetivo que será alcançado, não pela via de uma revolução sangrenta, mas por um processo de reformas: um trabalho quotidiano paciente, de dentro, deve transformar a sociedade capitalista.

Logo a seguir à publicação da obra de Bernstein, os seus contemporâneos compreendem que não se trata de uma simples heresia nem de um exercício especulativo. Os debates cedo ultrapassam o âmbito alemão. Contudo, a discussão limita-se ao campo doutrinário e abstrato: negligencia a análise das mudanças objetivas verificadas na sociedade contemporânea e as conseqüências táticas que essas mudanças implicam para a política social-democrata.

Na defesa do marxismo e contra Bernstein, tomaram posição todos os grandes nomes da social-democracia, à frente dos quais Kautsky; este afirma que as mudanças verificadas – de que não nega a existência – não passam de fenômenos de conjuntura: a acalmia é provisória e a aparição do imperialismo conduzirá, a longo prazo, ao agravamento do antagonismo entre as classes. (...)

Kautsky e os teóricos do “centro” ortodoxo criticam Bernstein, em nome da conservação do marxismo; além disso, consideram a tentativa bernsteiniana como sendo o reflexo da crise de crescimento que atravessa então o socialismo. Pelo contrário, a ala esquerda alemã (onde se faz notar uma jovem militante, de origem polaca, Rosa Luxemburgo) afirma-se, também, desejosa de renovação – mas dentro da linha marxista e para eliminar qualquer ação reformista.

Estas três posições são admiravelmente resumidas nestes três aforismos:

– De Bernstein: “Tudo está no movimento, nada se encontra no objetivo final”.

– De Rosa Luxemburgo: “Tudo reside no objetivo final, nada existe no movimento”.

– De W. Liebknecht: “O essencial é o objetivo final, mas é necessário o movimento para se aproximar do objetivo”.

Kriegel, Anne. *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Lisboa, Bertrand, 1974, pp. 56-9.

24. A DECLARAÇÃO SOBRE A GUERRA DA II INTERNACIONAL

Durante os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial ocorreram muitas discussões no interior da II Internacional a respeito da participação dos operários na mesma. A posição da chamada "ala esquerda" pode ser percebida claramente neste documento: ela é contrária ao envolvimento dos trabalhadores. Este não envolvimento implicava também a tentativa dos partidos operários de bloquear a liberação de créditos. Entretanto, tal não foi a posição do Partido Social-Democrata alemão. Costuma-se afirmar que o "nacionalismo falou mais alto do que o socialismo". Créditos de guerra solicitados pelo governo foram aprovados com o voto dos social-democratas. O documento abaixo foi aprovado no Congresso de Stuttgart, em 1907.

As guerras entre Estados capitalistas são, geralmente, a consequência de sua competição sobre o mercado mundial, porque cada Estado, além de assegurar seus mercados, tende a dominar outros novos, principalmente através da dominação de povos estrangeiros e da conquista de suas terras.(...)

As guerras são, portanto, a essência do capitalismo e não terminarão enquanto o sistema capitalista não for suprimido ou então quando a amplitude dos sacrifícios em homens e em dinheiro exigidos pelo desenvolvimento da técnica militar e as revoltas provocadas pelos armamentistas levem os povos a renunciar a este sistema.

A classe trabalhadora, entre a qual se recrutam de preferência os combatentes, e que deve suportar os maiores sacrifícios materiais, é adversária natural das guerras, porque estas estão em contradição com o objetivo que aquela persegue: a criação de uma nova ordem econômica, baseada na concepção socialista, destinada a traduzir em realidade a solidariedade dos povos.

Por isso o Congresso considera que é um dever de todos os trabalhadores e de seus representantes nos parlamentos combater com todas as suas forças os exércitos de terra e mar, assinalando o caráter de classe da sociedade burguesa e os elementos que impõem a continuidade dos antagonismos nacionais; de rechaçar todo apoio financeiro à política de guerra, assim como esforçar-se para que a juventude proletária seja educada nas idéias socialistas da fraternidade entre os povos, despertando sistematicamente sua consciência de classe.

Pla, Alberto J. *Historia del Movimiento Obrero*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1984, v. 2, p. 124. (Tradução dos organizadores.)

A primeira metade do século XIX, na Europa, assistiu a uma série de novas revoluções burguesas. Conforme destaca o historiador inglês Hobsbawm, foram “ondas revolucionárias” que varreram a Europa, destacando-se as de 1830 e 1848.

Importa lembrar que, em 1815, após a queda de Napoleão Bonaparte, os reacionários governos europeus tentaram dar uma nova feição à Europa. No entanto, as decisões do Congresso de Viena pecaram pela superficialidade. A burguesia européia irá desmontar todo o edifício da reação, principalmente em 1830 e 1848. É fundamental, no entanto, verificar que as transformações econômicas e sociais ocorridas até aquele momento, levavam para a cena política os novos quadros do proletariado. E, desta forma, as lutas burguesas tinham dois alvos concretos: de um lado a aristocracia do Antigo Regime, de outro, o proletariado.

1830 assinala a derrota da aristocracia. Os decênios seguintes verão a ascensão da burguesia e sua consolidação no poder. Já 1848 assinala a derrota do proletariado. O movimento de luta operária experimentará então um descenso, vindo a manifestar-se com mais intensidade apenas em 1871, com a Comuna de Paris. Esta última assinalar, sem dúvida, o fim do ciclo de revoluções burguesas e o início de um novo ciclo, o das revoluções proletárias.

Analisando esta última etapa revolucionária, a de 1848, Marx assim se expressou: “O proletariado de Paris foi obrigado pela burguesia a fazer a revolução de junho. Nisso já estava contida sua condenação. (...) E as suas reivindicações, que eles queriam arrancar à República de fevereiro, desmesuradas quanto à forma, pueris quanto ao conteúdo, e, por isso, ainda burguesas, cederam lugar à palavra de ordem audaz e revolucionária: Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!

Ao transformar a sua sepultura em berço da república burguesa, o proletariado obrigara esta, ao mesmo tempo, a manifestar-se na sua forma pura como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho” (Marx, Karl. *As Lutas de Classes na França, 1848-1850*. São Paulo, Global, 1986, p. 74).

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. O que caracteriza a onda revolucionária de 1830, segundo Eric Hobsbawm?
2. Conforme Rudé, qual o significado da revolução de 1830 para a classe operária francesa? Em que consistia a sua ideologia inicial?
3. Como Eric Hobsbawm relaciona a conjuntura econômica com a revolução de 1848?
4. Como se apresentam as controvérsias entre autores marxistas e não marxistas sobre a revolução de 1848?
5. A partir do documento 29 estabeleça os aspectos mais significativos das reivindicações do Partido Comunista Alemão.

25. AS ONDAS REVOLUCIONÁRIAS

Eric J. Hobsbawm

Hobsbawm já inscreveu seu nome entre os grandes historiadores que analisaram com acuidade o século XIX. A trilogia por ele escrita (A Era das Revoluções: 1789-1848; A Era do Capital: 1848-1874 e A Era dos Impérios: 1875-1914) constitui-se num referencial obrigatório para todos os que estudam esse período. Do primeiro volume retiramos o texto a seguir, onde o autor procura identificar as “ondas revolucionárias” que se abateram sobre o mundo na primeira metade do século passado. Evidentemente, dada a dimensão da obra, o presente texto procura apenas indicar essas ondas, sem entrar em maiores detalhes, o que só se conseguirá com a leitura da obra completa.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. (A Ásia e a África permaneciam até então imunes: as primeiras revoluções em grande escala na Ásia, o “Movimento Indiano” e a “Rebelião Taiping”, só ocorreram na década de 1850.) A primeira ocorreu em 1820-4. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e a Grécia (1821) como seus epicentros. Fora a grega, todas essas insurreições foram sufocadas. A Revolução Espanhola reviveu o movimento de libertação na América Latina, que tinha sido derrotado após um esforço inicial, ocasionado pela conquista da Espanha por Napoleão em 1808, e reduzido a alguns refúgios e grupos. (...)

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34, e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Andrew Johnson (1829-37), embora não diretamente ligada aos levantes europeus, deve ser entendida como parte dela. Na Europa, a derrubada dos

Bourbon na França estimulou várias outras insurreições. Em 1830, a Bélgica conquistou sua independência da Holanda; em 1830-1, a Polônia foi subjugada somente após consideráveis operações militares, várias partes da Itália e da Alemanha estavam agitadas, o liberalismo prevalecia na Suíça — um país muito menos pacífico naquela época do que hoje —, enquanto se abria um período de guerras na Espanha e em Portugal. A agitação atingiu até mesmo a Grã-Bretanha, graças em parte à erupção do seu vulcão local, a Irlanda, que garantiu a Emancipação Católica em 1829 e houve o reinício da agitação reformista. O Ato de Reforma de 1832 corresponde à Revolução de Julho de 1830 na França, e de fato tinha sido poderosamente estimulado pelas novas de Paris. Este período é provavelmente o único na história moderna em que acontecimentos políticos na Grã-Bretanha correram paralelamente aos do continente europeu, a ponto de que algo semelhante a uma situação revolucionária poder-se-ia ter desenvolvido em 1831-2, não fosse a restrição dos partidos Tory (conservador) e Whig (liberal). É o único período do século XIX em que a análise da política britânica nesses termos não é totalmente artificial.

A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos 50 anos seguintes seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia — que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas —, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. Seu sistema político, na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica, era fundamentalmente o mesmo: instituições liberais salvaguardadas contra a democracia por qualificações educacionais ou de propriedades para os eleitores — havia inicialmente só 168 mil eleitores na França — sob uma monarquia constitucional; de fato, algo muito semelhante à primeira fase burguesa mais moderada da Revolução Francesa, a da Constituição de 1791. Nos EUA, entretanto, a democracia jacksoniana dá um passo além: a derrota dos proprietários oligarcas antidemocratas (cujo papel correspondia ao que agora estava triunfando na Europa Ocidental) pela ilimitada democracia política colocada no poder com os votos dos homens das fronteiras, dos pequenos fazendeiros e dos pobres das cidades. Foi uma espantosa inovação, e os pensadores do liberalismo moderado que eram realistas o suficiente para saber que, mais cedo ou mais tarde, as ampliações do direito de voto seriam inevitáveis, examinaram-na de perto e com muita ansiedade, notadamente Alexis de Tocqueville, cuja obra *Democracia na América*, de 1835, chegou a melancólicas conclusões sobre ela. Mas, como veremos, 1830 determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe

operária como força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa.

Por trás destas grandes mudanças políticas estavam grandes mudanças no desenvolvimento social e econômico. Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico; de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia. E na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental em geral, este ano determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851.

A terceira e maior das ondas revolucionárias, a de 1848, foi o produto desta crise. Quase que simultaneamente, a revolução explodiu e venceu (temporariamente) na França, em toda a Itália, nos Estados alemães, na maior parte do império dos Habsburgo e na Suíça (1847). De forma menos aguda, a intranquilidade também afetou a Espanha, a Dinamarca e a Romênia; de forma esporádica, a Irlanda, a Grécia e a Grã-Bretanha. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos como esta conflagração espontânea e geral, que conclui a era analisada neste livro. O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, “a primavera dos povos” de todo um continente.

Hobsbawm, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 127-30.

26. A REVOLUÇÃO DE 1830

George Rudé

A grande preocupação de G. Rudé em seu livro Ideologia e Protesto Popular é a compreensão das idéias dos grupos em luta. Já tivemos oportunidade de comentar sobre o autor anteriormente. No trecho abaixo, sobre a Revolução de 1830 na França, é analisada a questão ideológica deste movimento, que, para o autor, apresenta uma singularidade extremamente significativa, pois é o momento onde se pode ver o nascimento da classe operária francesa, exatamente no mesmo momento em que a burguesia conseguia completar as tarefas iniciadas em 1789.

Em julho de 1830 Carlos X, o segundo dos monarcas da Restauração, foi derrubado do trono por uma aliança de burgueses

liberais (embora ricos), aos quais negara as liberdades consagradas pela Carta de 1814, e *ouvriers* dos vários ofícios de Paris. Depois de três dias de luta – *les Trois Glorieuses* – o pretendente orleanista, Luís Felipe, foi elevado ao trono por um acordo político de banqueiros e jornalistas, e aclamado pelo povo na Municipalidade. Esse é o resumo da narrativa tradicional da revolução. Mas é claro que ela encerra outros aspectos, como os historiadores modernos – muitos dos quais norte-americanos – bem mostraram. Em primeiro lugar, o resultado não agradou a todos: dos dois aliados, *la blouse et le re-dingote*, como os chamou Edgar Newman, *a blouse* (trabalhadores) foram enganados, e a vitória explorada no interesse exclusivo do *re-dingote* (os empregadores). Mas os trabalhadores se recusaram a tirar as castanhas do fogo para a burguesia e, tendo desempenhado seu papel, começaram a apresentar reivindicações próprias. Foram os tipógrafos, cujos empregos dependiam da sobrevivência dos jornais de Paris, que deram o exemplo: ficaram tão alarmados com as antiliberais Ordenanças de *Saint Cloud* de Carlos X quanto os jornalistas e políticos burgueses. Por isso, foram os primeiros a sair às ruas, liderando os outros trabalhadores de Paris, que David Pinkney mostrou terem constituído o grosso dos manifestantes (como seus antecessores em julho de 1789). Seus motivos eram duplos: proteger seus empregos e liberdades e expressar seu ressentimento patriótico, juntamente com seus aliados burgueses, contra as ações despóticas do rei Bourbon. Mas havia outros motivos também: a revolução eclodiu na esteira de uma profunda crise econômica que provocou acentuado aumento no preço dos alimentos, e muitos tinham suas idéias próprias sobre o governo que se devia seguir. Não era, como se disse com frequência, a República, mas segundo o estudo de Newman sobre o que o povo realmente queria em 1830, um retorno a Napoleão.

Entre esses fatos, porém, e como sempre, havia também outras formas de retorno ao passado: os motins de alimentos ao estilo antigo explodiram como em 1775, em reação ao alto preço do pão; os camponeses de Ariège, disfarçados de *demoiselles*, expulsaram os guardas florestais para defender seus direitos tradicionais aos pastos; em nome da “liberdade”, os trabalhadores destruíram máquinas que os privavam do direito de trabalhar e, também em nome da “liberdade”, mas de um modo muito mais significativo dos novos tempos, exigiram o direito de organizar-se em associações de trabalhadores, ou sindicatos, para defender seus salários e condições de trabalho.

Assim, a revolução de 1830, no que se relaciona com a burguesia liberal, completou a “tarefa inacabada” da primeira revolução, dando um abrigo constitucional seguro aos “princípios de 1789”. Não obstante, nesse processo, a solução criou “tarefas inacabadas” de um outro tipo, como as experiências dos anos seguintes mostrariam. Para os *ouvriers*, a luta iniciada em 1830 foi apenas o começo. Os primeiros jornais dos trabalhadores, o *Journal des*

Ouvriers e outros, começaram a surgir em 1831, e dedicavam muitas colunas à gritante necessidade de associação. Outros acontecimentos das décadas de 1830 e 1840 também foram de primordial importância, de modo que, antes de passarmos à revolução de 1848, devemos examinar a série de insurreições operárias deflagradas primeiro em Lyon e mais tarde em Paris, bem como a evolução ideológica que as acompanhou. No curso dessas batalhas, lutando tanto na frente econômica como no plano político, nasceu a classe operária francesa.

Rudé, George *op. cit.*, pp. 107-9.

27. A ONDA REVOLUCIONÁRIA EM 1848

Eric J. Hobsbawm

Já fizemos referência à importância da obra de Hobsbawm para a compreensão do século XIX. Neste pequeno trecho, analisando especificamente a Revolução de 1848, o autor nos mostra as questões políticas associadas à conjuntura de crise econômica como os elementos fundamentais que detonaram o processo revolucionário.

Teoricamente, a França de Luís Felipe devia ter partilhado da flexibilidade política da Grã-Bretanha, da Bélgica, da Holanda e dos países escandinavos. Na prática, isto não aconteceu, pois embora fosse claro que a classe governante da França — os banqueiros, financistas e um ou dois grandes industriais — representava somente uma parcela dos interesses da classe média e, além disso, uma parcela cuja política econômica não era apreciada pelos elementos industriais mais dinâmicos, bem como pelos diversos velhos resíduos feudais, a lembrança da Revolução de 1789 se constituía em um obstáculo para a reforma. A oposição consistia não só de uma burguesia descontente, mas também de uma classe média inferior politicamente decisiva, especialmente em Paris (que votou contra o governo a despeito do restrito sufrágio em 1846). Aumentar o direito de voto poderia dar uma abertura aos jacobinos em potencial, os radicais que, ao menos para o veto oficial, eram revolucionários. O primeiro-ministro de Luís Felipe, o historiador Guizot (1840-48), preferiu assim deixar o alargamento da base social do regime ao desenvolvimento econômico, que automaticamente aumentaria o número de cidadãos com qualificação (de proprietário) para entrar na política. De fato isto aconteceu. O eleitorado subiu de 176 mil, em 1831, para 241 mil, em 1846. Porém, isto não era o suficiente. O medo da república jacobina manteve rígida a estrutura política francesa, e a situação política se tornou cada vez mais tensa. Nas condições da Inglaterra, uma campanha política pública, através de dis-

curios de banquetes, como a campanha lançada pela oposição francesa em 1847, teria sido perfeitamente inofensiva. Sob as condições francesas, ela foi o prelúdio da revolução.

Como as outras crises na política da classe governante europeia, coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas – e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flandres, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. A situação variava de um país para outro e dentro de cada um deles, e – felizmente para os regimes existentes – as populações mais miseráveis, como as da Irlanda e de Flandres, ou alguns dos trabalhadores de fábricas nas províncias encontravam-se entre as pessoas politicamente menos maduras: os empregados da indústria algodoeira dos departamentos do norte da França, por exemplo, vingavam-se de seu desespero nos igualmente desesperados imigrantes belgas que invadiam aquelas regiões, em vez de se vingarem contra o governo ou mesmo contra os empregadores. Além do mais, no mais industrializado dos países, a pior situação de descontentamento fora embotada pelo grande avanço na construção ferroviária e industrial da metade da década de 1840. Os anos de 1846-8 foram maus, mas não tão maus como os de 1841-2, e o mais importante é que foram apenas uma pequena depressão no que era agora, visivelmente, uma inclinação ascendente de prosperidade econômica. Porém, tomando-se a Europa Ocidental e Central como um todo, a catástrofe de 1846-8 foi universal e o estado de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado.

Hobsbawm, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 330-32.

28. A REVOLUÇÃO DE 1848: DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Andreas Dorpalen

As discussões historiográficas sobre as revelações do século passado são mais freqüentes sobre os movimentos de 1848 do que com relação aos de 1830. No artigo a seguir, extraído da Enciclopédia Marxismo y Democracia, o autor mostra quais as grandes correntes, dividindo-as em dois blocos, o dos autores marxistas e o dos não-marxistas, entendendo que elas são por natureza profundamente contrastantes.

Historiadores não marxistas começaram a interessar-se tardiamente pelos movimentos revolucionários de 1848-9.

Para os investigadores franceses, a Revolução de 1789 continua sendo “a revolução”, enquanto concediam escassa atenção à de 1848, considerada como mero entreato desagradável que tornou manifesta a falta de resolução dos pequenos burgueses ou dos proletários radicais. Para os historiadores alemães, 1848 significa o ano da extravagância doutrinária ou da ingenuidade política. O “ano louco” foi completamente obscurecido pelos sucessos da política da unidade nacional de Bismarck. Os italianos tinham perspectivas similares relativamente a seus próprios movimentos revolucionários.

Quando a investigação sobre os problemas de 1848 tornou-se mais séria, mostrou-se interesse preferencial pelas atitudes políticas. Historiadores alemães e austríacos viram nesses fatos um exemplo bem-intencionado, mas errado, para conseguir a unificação da Alemanha (...) ou uma etapa da história dos partidos políticos e dos movimentos liberais. (...)

Por ocasião do centenário da Revolução foram revistos os julgamentos anteriores. A investigação dedicou-se particularmente ao estudo do “significado econômico e social das sublevações”. (...)

Historiadores burgueses acentuam atualmente, cada vez mais, a *importância das classes inferiores da sociedade* como reserva de forças revolucionárias. Pouca atenção havia sido dada a esses levantamentos das massas revolucionárias, já que elas não se achavam representadas em absoluto nos governos recém-constituídos e apenas o estavam nos parlamentos em pequena escala. Pelo contrário, destaca-se agora o fato de que as sublevações eram, em primeiro lugar, movimentos de massas. (...)

Em contraposição aos não-marxistas, que consideravam as Revoluções, em regra geral, como processos violentos e destrutivos, ainda que aceitem retrospectivamente seus resultados, os marxistas consideravam as Revoluções como acelerações “legais” da “evolução progressiva da sociedade”, “motores da história”, tal como as chamava Marx e merecem, portanto, seu aplauso. Nessa perspectiva, a missão das Revoluções de 1848 foi facilitar a transição da ordem absolutista-feudal à capitalista-burguesa (exceto na França, onde já se havia alcançado o estágio de luta entre burguesia e proletariado). Os líderes das Revoluções serão julgados, portanto, na medida em que levaram a cabo a “missão histórica” que lhes cabia. (...)

As diferenças essenciais, sem dúvida, existem e continuarão existindo em vista das concepções totalmente distintas dos dois campos sobre a natureza dos processos históricos e sobre o caráter e visão das Revoluções. Para os marxistas ortodoxos, que partem de um ponto de vista dialético e do materialismo histórico e dialético, as revoluções de 1848 constituem o ponto culminante “mais legal” do conflito entre feudalismo e capitalismo, e por isso mesmo, uma corroboração destas leis. Por isso são mais conscientes de si mesmos

na crítica e nas consequências finais que os não-marxistas, que não reconhecem nenhuma evolução legal previsível das coisas, considerando as consequências finais como meras hipóteses.

(...) Assim, pois, as novas valorizações dos processos não podem eliminar o abismo entre a consciência marxista de que o desenvolvimento social avança pelo caminho da legalidade e a concepção não-marxista de que o futuro da humanidade é bastante obscuro.

Dorpalen, Andreas. Revolución de 1848. In: Kernig, C. D. (org.). *Marxismo e Democracia. Enciclopedia de conceptos básicos*. Madrid, Ediciones Rioduero, 1975, tomo 9, pp. 18-20 e 23-9. (Tradução dos organizadores.)

29. REIVINDICAÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA NA ALEMANHA, EM 1848

O documento abaixo foi escrito por Marx e Engels, em março de 1848 e teria a finalidade de servir como programa político da Liga Comunista em sua atuação na Revolução que se iniciara naquele país. É interessante observar que este programa foi escrito um mês depois da elaboração do “Manifesto Comunista” e começa pela famosa conclamação que encerrou aquele documento. Também importa observar a preocupação com a unificação alemã, uma vez que essa região ainda não conseguira completar a sua formação, o que, aliás, só seria conseguido em 1870.

“Proletários de todos os países, uni-vos”!

1. Toda Alemanha será declarada uma república una e indivisível.

2. Todo alemão de 21 anos de idade será eleitor e elegível, desde que não tenha sofrido nenhuma condenação criminal.

3. Os representantes do povo serão remunerados, a fim de que também o trabalhador possa tomar assento no parlamento do povo alemão.

4. Armamento geral do povo. No futuro os exércitos serão, ao mesmo tempo, exércitos de trabalhadores, assim o exército não apenas consumirá como antes, mas produzirá mais ainda do que o montante dos seus custos de manutenção. Isso é, além de tudo, um meio para a organização do trabalho.

5. A administração da justiça será gratuita.

6. Todos os encargos feudais, todos os tributos, corvéias, dízimos etc., que até agora têm pesado sobre a população rural, serão abolidos sem qualquer indenização.

7. As terras dos príncipes e as outras propriedades feudais da terra, todas as minas, jazidas etc. serão transformadas em propriedade do Estado. Nessas propriedades rurais será praticada a agricultura em larga escala, e com os meios auxiliares mais modernos da ciência em proveito da coletividade.

8. As hipotecas sobre terras camponesas serão declaradas propriedades do Estado. Os juros dessas hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado.

9. Nas regiões onde o sistema de arrendamento é desenvolvido, a renda da terra ou o arrendamento será pago ao Estado na forma de imposto.

Todas as medidas indicadas nos itens 6, 7, 8 e 9 serão adotadas para reduzir os encargos públicos ou de outra espécie dos camponeses e pequenos arrendatários, sem restringir os meios necessários para suprir os custos estatais e sem pôr em perigo a própria produção.

O verdadeiro e específico proprietário de terras, que não é nem camponês nem arrendatário, não toma parte de modo algum da produção. Seu consumo é, por isso, um mero abuso.

10. Todos os bancos privados serão substituídos por um banco estatal, cujo papel moeda terá curso legal.

Essa medida permitirá regular o crédito no interesse de *tudo* o povo, minando com isso o domínio dos grandes magnatas das finanças. A substituição gradual do ouro e da prata pelo papel moeda barateará o instrumento imprescindível do tráfico burguês, o meio geral de troca, e permitirá que o ouro e a prata sejam empregados no comércio exterior. Por fim, essa medida é necessária para vincular à revolução os interesses dos burgueses conservadores.

11. O Estado tomará em suas mãos todos os meios de transporte: ferrovias, canais, navios a vapor, estradas, correios etc. Serão transformados em propriedade do Estado e postos gratuitamente à disposição da classe privada de meios.

12. Na remuneração de todos os funcionários estatais não haverá nenhuma outra diferença do que esta: os funcionários *com* família, portanto com maiores necessidades, receberão também um salário maior que os restantes.

13. Completa separação entre Estado e Igreja. Os sacerdotes de todas as confissões serão pagos exclusivamente pela sua comunidade voluntária.

14. Restrição do direito de herança.

15. Introdução de altos impostos progressivos e abolição dos impostos de consumo.

16. Construção de oficinas nacionais. O Estado garante a existência de todos os trabalhadores e provê os inaptos para o trabalho.

17. Educação geral e gratuita do povo.

É do interesse do proletariado alemão, da pequena burguesia e dos pequenos camponeses trabalhar com toda energia na positivização dessas medidas. Somente através de sua efetivação, os milhões, que até agora são explorados na Alemanha por poucos, que procurarão continuar a mantê-los em opressão, podem atingir seus direitos e o poder, que lhes pertence como produtores de todas as riquezas.

O Comitê

Karl Marx, Karl Schapper, H. Bauer,
F. Engels, J. Moll, W. Wolff.

Marx, Karl. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo, Ensaio, 1987, pp. 83-6.

O movimento das nacionalidades, no século XIX, é contraditório. Segundo o cientista político François Châtelet, “a ideologia nacionalista, decerto, é bem anterior ao século XIX. Mas foi durante esse período que a Nação passou a ser tomada como tema de análise e de reflexão, e que foi erigida em argumento destinado a justificar um tipo de poder. É difícil distinguir, nela, o que pertence à concepção política e o que resulta do espírito da época, expresso nas obras literárias e nos sentimentos e movimentos populares” (Châtelet, François et alli. *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, p. 96.)

Tal movimento esteve presente em todo o continente europeu, fornecendo o arcabouço ideológico das unificações italiana e alemã, ocorridas quase ao mesmo tempo.

No caso italiano, a unificação ocorreu entre 1850 e 1870. Em 1848, aproveitando-se da onda liberal que varreu a Europa, houve levantes em várias regiões italianas dominadas pela Áustria, reprimidos com violência.

Desde o seu início, a luta pela unificação dividiu-se em duas correntes. Uma, de caráter liberal-republicano representada pelos grupos “Jovem Itália” e “Camisas-Vermelhas”, outra de caráter monarquista, defendida pelo grupo “Risorgimento”, organizado pelo primeiro-ministro do Piemonte, Cavour. A este último grupo se uniram a burguesia e os latifundiários que impuseram os limites da unidade italiana, conservando a estrutura sócio-econômica do Estado italiano.

Já na Alemanha, a unificação foi direcionada pela Prússia, num movimento claramente “de cima para baixo”, contando com o apoio da nobreza junker e da burguesia e afastando completamente os setores populares. A unificação foi completada em 1871, após a vitória sobre os franceses na Guerra Franco-Prussiana. Esta guerra não assinala apenas o momento da unificação. Marca também, profundamente, o inconsciente coletivo da população francesa, vindo a se constituir, naquele país, um forte sentimento nacionalista e revanquista, que explodirá no início do século XX.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Segundo René Rémond, qual foi a contribuição dos historiadores para o movimento das nacionalidades do século XIX?
2. Segundo Leon Pomer, quais foram os limites impostos pela burguesia e pelos latifundiários ao movimento de unificação da Itália?
3. De que forma o texto de Arno Mayer contribui para a discussão da evolução européia, quase sempre apresentada como capitalista, liberal e democrática?
4. Como Eric Hobsbawm associa a idéia de progresso ao movimento das nacionalidades do século XIX?
5. Quais são os reflexos de uma “construção artificial da unidade” apresentados por Crossman?

30. CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DAS NACIONALIDADES

René Rémond

O texto do prof. René Rémond sobre o movimento das nacionalidades nos apresenta um dos elementos que, segundo ele, “delineia a trama da história política e social do século XIX”. A esse movimento, Rémond acrescenta o liberalismo, a corrente democrática e o socialismo, como também delineadores. Entretanto, o autor observa que o fato nacional se sobrepõe, pois é contemporâneo dos três, simultaneamente, estendendo-se por um longo período e também porque diz respeito a vários países. Os problemas relativos à nacionalidade apontados no texto são extremamente significativos para a compreensão das origens dos conflitos mundiais do século XX.

Esse fenômeno, formado de elementos tão diversos, tira sua unidade do fato nacional. A Europa justapõe grupos lingüísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações. Assim como o movimento operário nasceu ao mesmo tempo de uma condição social, que constitui o dado objetivo do problema, e de uma tomada de consciência dessa condição pelos interessados, o movimento das nacionalidades supõe ao mesmo tempo a existência de nacionalidades e o despertar do sentimento de que se faz parte dessas nacionalidades. O fenômeno, portanto, não conta como força, não se torna um fator de mudança senão a partir do momento em que passa a se integrar no modo de pensar, de sentir, em que passa a ser percebido como um fato de consciência, um fato de cultura.

Como tal, ele interessa a todo o ser, ele se endereça a todas as faculdades do indivíduo, a começar pela inteligência. O movimento das nacionalidades no século XIX foi em parte obra de intelectuais, graças aos escritores que contribuem para o renascer do sentimento nacional; graças aos lingüistas, filólogos e gramáticos, que reconstituem as línguas nacionais, apuram-nas, conferem-lhes suas cartas de nobreza; graças aos historiadores, que procuram encontrar o passado esquecido da nacionalidade; graças aos filósofos políticos (a idéia de nação constitui o centro de alguns sistemas políticos). O movimento toca também a sensibilidade, talvez mais ainda do que a inteligência, e é como tal que ele se transforma numa força irresistível, que ele provoca um impulso.

Enfim, ele faz com que intervenham interesses e nele encontramos as duas abordagens, a ideológica e a sociológica, conjugadas. Com efeito, os interesses entram em ação quando, por exemplo, o desenvolvimento da economia apela para o excesso dos particularismos, para a realização da unidade. É assim que devemos encarar o lugar do Zollverein na unificação alemã. Na Itália, é a burguesia comerciante ou industrial que deseja a unificação do país, pois vê nessa idéia a possibilidade de um mercado maior e de um nível de vida mais elevado.

Desse modo, na origem desse movimento das nacionalidades, confluem a reflexão, a força dos sentimentos e o papel dos interesses. Política e economia interferem estreitamente, e é justamente essa interação que constitui a força de atração da idéia nacional pois, dirigindo-se ao homem em sua integridade, ela pode mobilizar todas as suas faculdades a serviço de uma grande obra a ser realizada, de um projeto capaz de despertar energias e de inflamar os espíritos. (...)

Enquanto o domínio do liberalismo fica por muito tempo limitado à Europa Ocidental, todos os países – ou quase todos – conheceram crises ligadas ao fato nacional, mesmo aqueles nos quais a unidade era o resultado de uma história várias vezes secular. Quase todos se encontram às voltas com problemas de nacionalidade: a Grã-Bretanha, com o problema da Irlanda, que se torna cada vez mais grave, transformando-se num problema interno dramático; a França, com a perda da Alsácia e da Lorena em 1871, conserva até a guerra de 1914 a nostalgia das províncias perdidas; a Espanha, onde o regionalismo basco, o particularismo catalão entram em luta com a vontade unificadora e centralizadora da monarquia.

Se isso acontece no que respeita aos países da Europa Ocidental, onde a unidade nacional é antiga, ocorre com muito mais razão quando nos deslocamos para leste, onde as fronteiras ainda são instáveis, onde a geografia política ainda não tomou forma definitiva, onde as nacionalidades estão à procura de si mesmas e em busca de expressão política. A Itália e a Alemanha, para as quais o século XIX é o século de sua futura unidade, a Áustria-Hungria, os Balcãs,

o Império Russo, com as províncias alógenas que resistem à russificação, têm problemas de nacionalidade. Mesmo os países aparentemente mais pacíficos estão às voltas com problemas de nacionalidade, como a Dinamarca, com a guerra dos ducados em 1862, a Suécia, que se desmembra em 1905, a Noruega, com sua luta pela secessão. Fora da Europa, podemos mencionar o nacionalismo dos Estados Unidos; os movimentos da América Latina; o Japão, onde o sentimento nacional inspira o esforço de modernização; a China, onde a revolta dos boxers, em 1900, constitui um fenômeno nacionalista.

O fato nacional, portanto, aparece em escala mundial e não constitui sua menor singularidade o fato de esse movimento, que representa a afirmação da particularidade, constituir-se talvez no fato mais universal da história. Ele está presente na maioria das guerras do século XIX. Trata-se de uma característica que diferencia as relações internacionais anteriores e posteriores a 1789. Na Europa do Antigo Regime, as ambições dos soberanos eram o ponto de origem dos conflitos. No século XIX, o sentimento dinástico deu lugar ao sentimento nacional, paralelamente à mudança da soberania da pessoa do monarca para a coletividade nacional. As guerras da unidade italiana, da unidade alemã, a questão do Oriente, tudo isso procede da reivindicação nacional. (...)

A idéia nacional, por sua necessidade de se associar a outras idéias políticas, de se amalgamar com certas filosofias, pode entrar, por isso, em combinações diversas, que não são predeterminadas. A idéia nacional pode se dar bem, indiferentemente, com uma filosofia de esquerda ou uma ideologia de direita. Aliás, entre 1815 e 1914, o nacionalismo contraiu aliança com a idéia liberal, com a corrente democrática, muito pouco com o socialismo, na medida em que este se define como internacionalista, embora, entre as duas guerras, delineiem-se acordos imprevistos entre a idéia socialista e a idéia nacionalista. Essa espécie de indeterminação do fato nacional, essa possibilidade de celebrar alianças de intercâmbio, explicam as variações de que a história nos oferece mais de um exemplo. Elas explicam, notadamente, que existiam dois tipos de nacionalismo, um de direita e outro de esquerda; um mais aristocrático, outro mais popular: o primeiro, de tendências conservadoras e tradicionalistas, escolhe seus dirigentes e seus quadros entre os notáveis tradicionais: o segundo visa à democratização da sociedade e recruta seu pessoal nas camadas populares.

31. OS LIMITES DA UNIFICAÇÃO ITALIANA

Leon Pomer

O texto do historiador argentino Leon Pomer analisa os limites do liberalismo da burguesia italiana à época da unificação. O autor faz referência aos carbonários, que surgiram no início do século XIX em vários reinos. As sociedades secretas dos carbonários combatiam o imperialismo austríaco e a tirania, na época da restauração européia. Faziam parte das sociedades artesãos, profissionais liberais, suboficiais e outros, que sofreram intensa repressão em virtude das ações diretas e das conspirações. Os carbonários estavam quase sempre isolados das massas que, intimidadas pelo terror, apenas em raras ocasiões entendiam o significado de sua luta.

No processo da unidade italiana – cujo início se dá em 1848 – fica claro que a burguesia evita qualquer aliança com a massa camponesa pobre e oprimida e prefere o compromisso com os latifundiários, ainda mergulhados em idéias feudais. A unidade italiana – o processo de constituição de um Estado único para todo o país – conserva o sistema oligárquico, pelo qual os grandes proprietários da terra mantêm o domínio direto sobre os camponeses. Isto não impede a formação do Estado, mas retarda a eclosão do fenômeno nacional.

Por que isto ocorre? Os liberais moderados, entre os quais se destaca Cavour, líderes da unificação, temem que na Itália se repitam os “escândalos” revolucionários do 89 francês. E temem uma lição histórica ainda mais próxima: a de 1848, quando ocorrem levantamentos populares em grande parte da Europa, inclusive em Milão. Podemos, pois, concluir que, se a estratégia é a unidade política, a tática cuidadosamente escolhida exclui qualquer caminho revolucionário. A história coloca limitações ao acionar agentes que de alguma maneira estão construindo a Itália. Os liberais de Cavour – diz Antonio Gramsci – concebem a unidade do país como uma conquista, um alargamento do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia que o governa; nunca como um movimento nacional que se processa a partir dos estratos mais profundos do povo.

O Estado italiano será mais Estado que nação; será, pois um frágil Estado nacional. Além de tudo isso, porque o sentimento nacional é estranho à grande massa das variadas e muito diferenciadas regiões do país. A lição que deixou o surgimento político dos “carbonários” (revolucionários radicais-democráticos) do sul da Itália é altamente significativa. Quando procuram atrair os camponeses com a proposta de reforma agrária, o fracasso será total. Algo semelhante ao ocorrido na Galícia polonesa em 1846, quando os revolucionários que proclamam a abolição da servidão enfrentam a hostilidade ou a indiferença daqueles a quem pretendem libertar.

Tanto o exemplo italiano como o caso polonês demonstram que o sentimento nacional, ou seja, a representação subjetiva da nacionalidade como patrimônio comum que engloba as diferenças, não é simplesmente um produto da tradição, da cultura ou da religião. Devem existir condições sociais – e já falamos diversas vezes nelas – para que a consciência nacional triunfe. Hobsbawm afirma que, quando em 1830 desencadeia-se na Europa uma onda de nacionalismo, “...para as massas, em geral, a prova da nacionalidade era ainda a religião: os espanhóis se definiam por serem católicos, os russos por serem ortodoxos (...). Também na Alemanha, a mitologia patriótica havia exagerado muito o grau de sentimento nacional contra Napoleão...”

A história demonstrou reiteradamente – e com exemplos de um passado mais recente – que determinadas postulações ideológicas e políticas, por mais justas e bem intencionadas que possam ser, encontram-se tão distantes da consciência popular que esta acaba por rechaçá-las ou menosprezá-las. Nos movimentos nacionais, como em qualquer grande movimento social, o voluntarismo das elites (intelectuais, políticas e sociais) não foi suficiente para que o povo aceitasse sua mensagem. O significado que uma mensagem pode ter para o povo não pode ser considerado se se desconhece o contexto cultural e social em que se movem os interlocutores e o tipo de receptividade que sua consciência desenvolve.

Outra lição é que onde o Estado se constitui antes que a nação, esta receberá o impacto da ação estatal, que é a ação e o pensamento do grupo político que assumiu a condução do Estado. Neste caso, os valores comuns da nacionalidade serão preferencialmente aqueles que o Estado tenha escolhido como os mais idôneos para assegurar sua dominação. Os valores emanados do povo e gerados por ele serão deixados de lado, quando não eliminados de vez.

Pomer, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1985, pp. 40-4. (Coleção Discutindo a História.)

32. A NOBREZA ITALIANA À ÉPOCA DA UNIFICAÇÃO

Arno J. Mayer

A obra do prof. Arno Mayer, A Força da Tradição, discute o “modelo explicativo” do andamento da sociedade européia pós-revolução industrial e pós-revolução francesa, como observa o prof. Francisco Foot Hardman na apresentação da mesma. No que diz respeito à unificação italiana, o texto selecionado analisa a força da nobreza italiana, quebrando o mito do poder da burguesia e de

sua ascensão crescente. A leitura dará a dimensão das divergências entre a "nobreza inferior" e a aristocracia original de Roma, fundamental para as relações entre o Estado e a Igreja.

Por certo, até o *Risorgimento*, a grande nobreza fundiária, quase inseparável da hierarquia aristocrática da Igreja, praticamente presidiu a classe dominante da Itália. Daí em diante, os elementos profissionais e mercantis começaram a avançar, mas muito mais dentro da classe governante que da dominante. Não é certo que, após a unificação, a nobreza italiana, tanto do norte como do sul, tenha entrado em acelerada decomposição e pouco lhe restasse além de seu *status* social em rápida decadência. O que é mais importante é que os próprios líderes do *Risorgimento*, temerosos em relação às classes inferiores, tinham tido o cuidado de não afastar a nobreza fundiária, à qual eles e seus sucessores consideravam como força essencial para a ordem na sociedade maciçamente agrária da Itália.

O próprio conde Camilo Benso di Cavour encarnava uma relevante característica da classe dominante italiana desde o século XIV. Como o filho mais novo de uma família nobre, fez fortuna dedicando-se à agricultura e às finanças, sem de modo algum trair ou macular sua casta. A nobreza italiana fora, através dos séculos, um amálgama de famílias agrárias e comerciais. Enquanto os maiores nomes do capitalismo mercantil adquiriam títulos e propriedades rurais, as antigas famílias feudais se ramificavam para o comércio e os negócios. Mas a fusão gradual entre eles assumiu uma forma nobiliárquica. Os mercadores e banqueiros ricos negavam suas próprias origens sociais adquirindo vastas propriedades rurais e buscando títulos. O resultado foi que mesmo as cidades que extraíam sua vitalidade do capitalismo mercantil geravam um patriciado solidamente nobiliárquico.

É certo que a nobreza italiana nunca deteve as prerrogativas militares dos *Junker* ou os benefícios da arena nacional onde a nobreza inglesa forjava suas convenções e sua ascendência política. Mesmo assim, a elite era mais feudalista que burguesa. Não obstante a revogação do feudalismo, os camponeses continuavam enfeudados por seus senhores rurais, numa sociedade agrária onde ainda prevalecia o grande latifúndio. Os donos da terra mantinham seu controle excessivo em larga medida porque o crescimento demográfico exorbitante obrigava os pequenos rendeiros e diaristas rurais a aceitarem sua própria superexploração. Além do mais, no caso de levantes rurais, os grandes proprietários sempre podiam empregar sua autoridade ou influência política local e regional para fazer com que o Estado restaurasse a ordem.

Em todo caso, a nobreza italiana, inclusive seu componente aristocrático, pode ter sido proporcionalmente a maior da Europa. Ela estava oculta, em parte, pois, à exceção dos nomes principescos que figuravam no *Almanaque de Gotha*, pouca diferença havia entre

os nomes nobres e plebeus. Mesmo levando em conta os que artificialmente alongavam seus nomes, a maioria da nobreza não podia ser reconhecida de pronto somente pelo nome. Contudo, havia grandes famílias conhecidas local, regional e até nacionalmente.

Embora dividida entre papistas “negros” e nacionalistas “brancos”, a aristocracia da capital constituía um formidável *establishment* social. Os descendentes de papas e cardeais eram os nobres mais antigos e ricos. Não surpreende que, após 1870, os Barberini, Borghese e Chigi, bem como a maioria dos Colonna e Orsini, recusassem a transferir sua lealdade do Vaticano para o Palácio Quirinal. Mesmo entre os membros inferiores da antiga nobreza romana havia poucos nacionalistas declarados, embora essa nobreza inferior afinal se unisse à nobreza mais recente de comerciantes e banqueiros que estavam entre os primeiros a gravitar em torno da corte da Casa de Sabóia. Em suma, a aristocracia original de Roma, com poucas exceções, apoiava o Santo Papa em seu desafio à nação italiana secular, ao passo que o resto da nobreza sustentava as forças conservadoras da sociedade civil e política pós-unificação, agrupando-se em torno da coroa.

Mayer, Arno J. *A Força da Tradição – A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 128-9.

33. A IDÉIA DE PROGRESSO

Eric Hobsbawm

O texto do historiador inglês Eric J. Hobsbawm, extraído do capítulo “A Construção das Nações”, do livro A Era do Capital, apresenta-nos uma característica bastante peculiar do movimento das nacionalidades do século XIX: a idéia de progresso. Segundo o autor, havia na Europa do século passado dois tipos de nações: a semi-histórica e a histórica. Enquanto que para as do primeiro tipo os argumentos históricos eram suficientes para que a unificação se realizasse, as do segundo tipo necessitavam de um outro princípio para fundamentar a sua transformação de nações em Estado-nações soberanos.

A Europa, deixando de lado o resto do mundo, estava dividida evidentemente em “nações” cujas aspirações em fundar Estados não deixava, pelo certo ou pelo errado, nenhuma dúvida, e em “nações” a cerca das quais havia uma boa dose de incerteza quanto a aspirações semelhantes. O melhor guia para o primeiro tipo era o fato

político, a história institucional ou a história cultural das tradições. A França, Inglaterra, Espanha e Rússia eram inegavelmente “nações” porque possuíam Estados identificados com os franceses, ingleses, etc. (...)

A Alemanha era uma nação por força de que seus numerosos principados (apesar de nunca unidos em um único estado territorial) terem constituído outrora o então chamado “Sagrado Império Romano da Nação Germânica” e formado por outro lado a Federação Germânica, mas também porque todos os alemães de educação elevada partilhavam a mesma língua escrita e literatura. A Itália, apesar de nunca ter sido uma entidade política enquanto tal, possuía talvez a mais antiga das literaturas comuns à sua própria elite. (...)

O critério “histórico” de nacionalidade implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis, com o povo comum. Mas o argumento ideológico para o nacionalismo era bem diferente e muito mais radical, democrático e revolucionário. Apoiava-se no fato de que, o que fosse que a história ou a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses, os tchecos eram tchecos e não alemães, os finlandeses não eram russos e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro. (...)

O ponto significativo aqui é que a típica nação “a-histórica” ou “semi-histórica” era também uma pequena nação, e isto colocava o nacionalismo do século XIX diante de um dilema que tem sido raramente reconhecido. Pois os grandes defensores da “nação-estado” entendiam-se não apenas como nacional, mas também como “progressista”, isto é, capaz de uma economia, tecnologia, organização de Estado e força militar viáveis, ou em outras palavras, que precisava ser territorialmente grande. Terminava por ser, na realidade, a unidade “natural” do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista. “Unificação”, assim como “independência”, era o princípio básico, e onde argumentos históricos para unificação não existissem — como era o caso da Alemanha e Itália — esta era, quando possível, formulada como um programa. (...)

O argumento mais simples daqueles que identificavam nações-estados com o progresso era negar o caráter de “nações reais” aos povos pequenos e atrasados, ou então argumentar que o progresso iria reduzi-los a meras idiossincrasias dentro das grandes “nações reais”, ou mesmo levá-los a um desaparecimento *de fato* por assimilação a algum *Kulturvolk*. Isso não parecia fora da realidade. Depois de tudo, a participação como membro na Alemanha não impedia os mecken-burgueses de falar em seu dialeto, que era mais próximo do holandês que do alto-alemão e que nenhum bávaro conseguia entender, como também não evitava que os eslavos lusitanos não aceitassem (como ainda discutem) um estado basicamente

alemão. A existência dos bretões, e uma parte dos bascos, catalães e flamengos, para não mencionar aqueles que se comunicam em provençal ou na *Langue d'oc*, parecia perfeitamente compatível com a nação francesa da qual faziam parte, e os alsacianos criaram um problema apenas porque uma outra grande nação-estado – a Alemanha – disputava-os. Além disso, havia exemplos de pequenos grupos lingüísticos, cujas elites de instrução elevada olhavam para frente sem remorsos em relação ao desaparecimento de seus próprios idiomas. Muitos gauleses em meados do século XIX estavam resignados a isto, e alguns viam mesmo com prazer este processo, na medida em que facilitasse a penetração do progresso numa região atrasada.

Havia um forte elemento de diferenciação e talvez um mais forte de patrocínio especial em tais argumentos. Algumas nações – as maiores, as “avançadas”, as estabelecidas, incluindo certamente a própria nação do ideólogo – estavam destinadas pela história a prevalecer ou (se o ideólogo preferisse uma conceituação darwinista) a serem vitoriosas na luta pela existência; e outras não. Todavia isso não deve ser entendido como simplesmente uma conspiração de parte de algumas nações para oprimir outras, embora porta-vozes das nações desprezadas não devessem ser repreendidos por pensar assim. Pois o argumento era dirigido não apenas contra as línguas e culturas regionais das nações como também contra intrusos; também não pretendia seu desaparecimento, mas apenas seu “rebaixamento” da qualidade de “língua” para a de “dialeto”. Cavour não negou aos habitantes da Savóia o direito de falar sua própria língua (mais próxima do francês do que do italiano), numa Itália unificada: ele mesmo falava-a por razões domésticas. Ele e outros italianos nacionalistas apenas insistiam em que deveria haver somente uma língua e um meio de instrução oficiais, em outras palavras o italiano, e que as outras deveriam sumir, evaporar-se da melhor forma que pudessem. Da maneira como as coisas seguiam, nem os sicilianos nem os sardenhos insistiram na sua nacionalidade separada, portanto seus problemas poderiam ser redefinidos, na melhor das hipóteses, como “regionalismo”. Este fenômeno apenas se tornou politicamente significativo uma vez que um pequeno povo reclamou pela sua nacionalidade, como os tchecos fizeram em 1848, quando seus porta-vozes recusaram o convite dos liberais alemães para tomar parte no parlamento de Frankfurt. Os alemães não negaram que eles fossem tchecos. Apenas entenderam, o que era correto, que todos os tchecos de boa cultura liam e escreviam alemão, partilhavam da alta cultura alemã e que, portanto (incorretamente) eram alemães. O fato de que a elite tcheca também falasse tcheco e partilhasse da cultura do povo

simples local parecia ser politicamente irrelevante, como as atitudes do povo simples em geral e do campesinato em particular.

Hobsbawm, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 103-6. (Coleção Pensamento Crítico, v. 12.)

34. A MENSAGEM DO REI VÍTOR EMANUEL AO PARLAMENTO

Em 1870, a unificação da Itália foi completada com a anexação de Roma. Essa foi uma das etapas mais difíceis da união dos vários Estados independentes que compunham a Itália. Em 1860, a unidade estava praticamente consumada, após a anexação da Itália meridional pelo reino de Piemonte-Sardenha. A anexação dos territórios romanos foi mais difícil porque Napoleão III defendeu o papa na sua oposição à integração. Essa só foi possível depois da queda do Segundo Império francês e da instauração da Terceira República. Vítor Emanuel, rei do Piemonte-Sardenha, foi proclamado rei da Itália antes mesmo da ocupação de Roma. Ele dirigiu-se ao parlamento reunido pela primeira vez em Roma e em sua mensagem podemos perceber que ele entendia a nação-estado italiana não apenas como nacional, mas também como progressista, como observou o historiador inglês Eric Hobsbawm.

Senadores e Deputados, Senhores:

A tarefa a que consagramos nossa vida está terminada. Depois de longos sofrimentos de expiação a Itália se restaurou, bem como Roma. Aqui, onde nosso povo, depois de séculos de separação, encontra-se pela primeira vez reunido na pessoa de seus representantes; aqui, onde reconhecemos a mãe-pátria de nossos sonhos, tudo nos fala de grandeza; mas, ao mesmo tempo, lembra-nos nossos deveres. A alegria que experimentamos não nos deve fazer esquecer-los...

Proclamamos a separação entre Igreja e Estado. Havendo reconhecido a absoluta independência da autoridade espiritual, estamos convencidos de que Roma, a capital da Itália, continuará a ser a pacífica e respeitada sede do Pontificado. Desse modo, teremos sucesso em tranquilizar as consciências dos homens. Foi assim, pela firmeza de nossas resoluções e pela moderação de nossos atos, que fomos capazes de apressar a unidade nacional sem alterar as nossas amistosas relações com as potências estrangeiras...

Os assuntos econômicos e financeiros pedem, além disso, nossa mais cuidadosa atenção. Agora que a Itália está criada é necessário fazê-la próspera, pondo em ordem suas finanças; só teremos

sucesso nisso perseverando nas virtudes que foram a fonte de nossa regeneração nacional. Boas finanças serão o meio de reforçar nossa organização militar. Nosso mais ardente desejo é a paz e nada pode fazer-nos acreditar que ela pode ser perturbada. Mas a organização do exército e da marinha, o suprimento de armas, as obras para a defesa do território nacional pedem longo e profundo estudo. O futuro nos exigirá uma severa prestação de contas por qualquer negligência de nossa parte. Examinareis as medidas que vos serão apresentadas com aquele objetivo por meu governo...

Senadores e deputados, uma vasta faixa de atividades se abre diante de vós; a unidade nacional que hoje atingimos terá, espero, o efeito de tornar menos amargas as lutas de partidos, cuja rivalidade não terá, de agora em diante, nenhum outro objetivo que o do desenvolvimento das forças produtivas da nação.

Eu me regozijo vendo que nossa população já dá provas inequívocas de seu amor ao trabalho. O despertar econômico está estreitamente associado ao despertar político. Os bancos se multiplicam, como as instituições comerciais, as exposições de produtos da arte e da indústria e os congressos dos eruditos. Devemos, vós e eu, favorecer esse movimento produtivo, dando ao mesmo tempo mais atenção e eficiência à educação profissional e científica, e abrindo ao comércio novas avenidas de comunicação e novos desaguadouros...

Um brilhante futuro se abre diante de nós. Cabe-nos corresponder às bênçãos da Providência, mostrando-nos dignos de levar entre as nações os gloriosos nomes de Itália e Roma.

Vítor Emanuel e a Unificação da Itália. In: Ribeiro, Pedro Freire. *Grande História Universal*. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1973, fasc. 34.

35. ROMÂNTICOS E DEMOCRATAS NA ALEMANHA

R. H. S. Crossman

As idéias do autor desse texto ficam mais claras quando se conhece as condições em que foi produzida a obra "Biografia do Estado Moderno" (The Estate). Segundo Crossman, quando escreveu este livro, "o futuro da democracia ocidental havia sido posto gravemente em dúvida, e parecia que o nosso século teria de ser descrito como o 'século do homem totalitário'. (A obra) veio à luz pública pela primeira vez nos meses de verão de 1933, antes e depois dos Tratados de Munique". O item IV do capítulo dedicado ao Liberalismo Nacional e ao Imperialismo, intitulado Românticos e Democratas na Alemanha de antes da guerra, procura investigar as conseqüências da construção artificial, segundo ele, da nova Alemanha.

A solução de Bismarck ao problema nacional foi altamente artificiosa e dava poucas satisfações às aspirações do pensamento progressista do século XIX. Ao derrotar a Áustria e continuar permitindo-lhe a sobrevivência, garantiu-se um aliado para o Império Alemão. Porém este aliado era tão fraco que não pôde resistir às consequências da Primeira Guerra Mundial. Ao construir o Império Alemão a partir da direção prussiana, deixando aos outros Estados e a seus soberanos considerável liberdade federal, Bismarck criou uma nova nação, que nunca percorreria a etapa da revolução nacionalista. Fora unificada de cima e não desde as bases, cristalizando uma estrutura bismarckiana que dependia da habilidade de seus fundadores para obter força e coerência. O homem da rua não participara de sua construção nem de seu governo, o qual conservava muitos elementos da autocracia do século XVII. Em resumo, é possível afirmar que a modernização da Alemanha representou obra superficial de um só homem.

Essa característica da superficialidade da vitória alemã e de seu resultado foi percebida por muitos pensadores, mas especialmente por Nietzsche (1844-1900). Embora odiasse a democracia e o humanismo, não era partidário da *Kultur* guilhermina. Sabia que a nação alemã recém-construída figurava como assunto um pouco delicado. Em 1873 publicou a notável profecia seguinte:

Uma grande vitória é um grande perigo: a natureza humana suporta a vitória de modo pior que a derrota. Com certeza, parece mais fácil obter um triunfo do que se prevenir contra seus resultados, os quais se apresentam como derrotas das piores. De todas as consequências de nossas vitórias sobre os franceses, a pior é a ilusão, aliás predominante na Alemanha de hoje em dia, de que a cultura alemã também saiu vitoriosa em Sedan, devendo ser coroada com os louros de tal triunfo. Esta tolice é perniciosa, independentemente de ser tolice (existem equívocos que trazem benefícios à saúde), por poder transformar nossa vitória numa posterior derrota, a dissipação e o desenraizamento total do espírito alemão em favor do Império Alemão.

Nietzsche sabia que a nova Alemanha não possuía vida espiritual própria, que ela era um assunto de tijolos e argamassa, de aço e ferro, de eficiência técnica e de preparação militar. Para ele, a nova Alemanha carecia da tradição cultural da França e da Inglaterra, de que o povo alemão pudesse orgulhar-se ainda em tempos sombrios.

Como Nietzsche era um pensador contraditório, emotivo e apolítico, teve condições de expressar tal sentimento de profundo desacordo e de automortificação, que pairava sobre o Império Alemão mesmo no apogeu de seus maiores triunfos. Entre 1870 e 1914, a Alemanha passou a ser uma das grandes nações fabris do mundo, atingindo posição notável em termos de poder militar. Sua indústria estava muito mais bem organizada do que a de qualquer outro país, e

seu movimento trabalhista ultrapassava o de todos os demais. Considerava-se que os alemães *representavam os melhores capitalistas* e os melhores socialistas do momento. Porém, debaixo deste manto de auto-segurança, notava-se um sentimento de inferioridade. Debaixo da aparência de unidade, descobria-se uma aterradora capacidade de mútua destruição. Afinal, a nova Alemanha era uma construção artificial e o sentimento natural de unidade nacional estava pervertido e reprimido. Se, saída para a ação, expressava-se unicamente através da filosofia, de reflexões e de movimentos místicos.

Durante a última parte do século XIX, o pensamento alemão dividia-se em dois focos de interesse. Existiam a atividade da administração e o trabalho cotidiano e, de outro lado, colocava-se o desejo de alcançar um tipo de vida desvinculado de qualquer uma das formas existentes. A nova Alemanha era um Estado-Nação, mas não era uma nação. Os alemães sonhavam com o *Volk* (povo-nação), que não deveria obedecer aos mandatos da *Gemeinschaft* (comunidade), a qual realmente expressava suas aspirações interiores. A cultura alemã não concordava com a política alemã, o espírito alemão não concordava com a mente alemã.

Tais tendências subterrâneas de descontentamento não se refletiam completamente nas meditações filosóficas nem na vida política. Dominadas pelo colossal êxito material do novo Império, as idéias circulantes pareciam “ocidentais” e eram tidas como respeitáveis. O imperialismo e o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo, confrontavam-se na imprensa e nas salas de conferências, enquanto durante todo esse tempo a força revolucionária das novas idéias estava separando a mente alemã das idéias burguesas vigentes na França e na Inglaterra. O alemão era conduzido a um romantismo nacional que concebia a revolução como etapa da destruição da razão burguesa e dos “direitos” burgueses, culminando com a criação de novo e único Estado alemão, dotado de um modo próprio de raciocinar, de uma justiça alemã e de uma comunidade alemã. Uma vez mais a teoria de Rousseau, referente à “vontade geral”, sofreria transformação, convertendo-se na *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) de Müller van de Bruck e de Adolf Hitler.

Porém, durante os cinquenta anos posteriores à guerra Franco-Prussiana, esse movimento foi subterrâneo ou puramente cultural. Os liberais alemães, postos frente ao fato consumado, aceitavam facilmente a renúncia de seus anseios democráticos, em troca da promessa de unidade nacional e de poder internacional. Sustentavam então a *Kulturkampf* contra o Sul católico, cuja lealdade ao Império era duvidosa. Utilizados por Bismarck, os liberais alemães só tardiamente tentaram resistir, depois de terem sido afastados por ele. As classes médias alemãs haviam aderido à direção política dos *junkers* prussianos, assumindo a ideologia deles e integrando-a à Revolução Industrial, sob seu controle.

A nova Alemanha passava a ser uma imensa burocracia. O Parlamento, sem poder controlar os serviços militares e a política externa, era impotente. Sem preocupação com a responsabilidade ministerial, o Kaiser e o Chanceler tinham plenos poderes. Manejando todos os artifícios do sufrágio universal (salvo na Dieta prussiana), Bismarck concentrou todo o poder nas mãos da minoria governante, que se curvou de imediato à tradição militarista dos *junkers* da Prússia. Contra tal Estado autocrático, apoiado pela Igreja Católica por ter reconhecido os direitos dela, cresceu uma oposição liberal-democrática. Os liberais das regiões do sul, em respeito às suas tradições de monarquia constitucional, uniram-se aos social-democratas, que controlavam o voto dos operários organizados. Estes liberais do sul acabaram sonhando com um governo constitucional baseado no modelo inglês. Como se colocavam na posição de ardentes partidários da nova Alemanha e do industrialismo, interessavam-se profundamente pelo desenvolvimento do comércio exterior da Alemanha, não sendo revolucionários em qualquer sentido. Nada mais desejavam do que humanizar o Império Alemão, introduzindo o controle do Parlamento sobre a política externa e sobre os serviços militares, propondo o sufrágio universal na eleição para a Dieta prussiana. Tais reformas representavam tudo o que criam ser imprescindível para transformar a Alemanha num Estado progressista. Muitos dos chamados marxistas alemães acreditavam que o socialismo viria com certeza, desde que se efetivassem estas mudanças.

Crossman, R. H. S. *Biografia do Estado Moderno*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, pp. 136-8. (Coleção História e Política, v. 12).

Em 1914, 85% das terras do planeta eram áreas coloniais. O dado é impressionante e nos revela de que maneira a Europa tornou-se “senhora do mundo”. Tal número é o reflexo de um novo movimento imperialista ocorrido principalmente a partir dos anos 70 do século passado.

A análise do imperialismo europeu do final do século XIX e início do século XX já foi empreendida por um sem-número de especialistas. Dificilmente se poderá negar, no entanto, “que a divisão do globo tinha uma dimensão econômica”, como afirma Eric Hobsbawm. A análise da evolução do capitalismo naquele momento, associada à constatação de uma crise do sistema, principalmente a partir de 1873, permite-nos compreender as razões do imperialismo.

As transformações que se operavam no capitalismo eram as tendentes à monopolização. A expressão *capitalismo monopolista* é utilizada tradicionalmente para se conceituar essa época. Fusões, acordos geraram a integração das empresas (trustes, cartéis, *holdings* etc.), o que, por sua vez implica cada vez maiores excedentes de capitais. Percebe-se, portanto, que estas transformações, tendo ocorrido simultaneamente com a emergência de uma grande depressão, criaram uma impossibilidade de reinvestimento de capitais na própria produção, tornando-se necessário exportar capitais, ao mesmo tempo em que se buscavam novos mercados consumidores.

Em que pese a existência de outros elementos motivadores, os fatores citados acima constituem a razão fundamental da expansão européia.

Importa destacar que naquele momento formulou-se um emaranhado de explicações culturais, humanitárias e filosóficas para explicar a necessidade do imperialismo. A ideologia imperialista, de fundo essencialmente racista, procurava utilizar as novas informações propiciadas pelo pensamento liberal e evolucionista, justificando a “seleção natural” entre “civilizados” e “atrasados”.

Na impossibilidade de esgotar o tema do imperialismo, priorizou-se exatamente essas duas questões.

Procure refletir sobre as seguintes questões, enquanto lê os textos e documentos selecionados:

1. De que forma Harry Magdoff distingue o imperialismo econômico do imperialismo não-econômico?
2. Segundo Albert Memmi, em que consiste o privilégio do colonizador?
3. A partir da leitura dos textos de Memmi e Sartre, sintetize a maneira pela qual o colonizador constrói a imagem do colonizado.
4. Como Eric Hobsbawm amplia o conceito de “imperialismo social”?
5. Faça um comentário crítico do Tratado entre a França e o Rei Peter.

36. O IMPERIALISMO E SUAS INTERPRETAÇÕES

Harry Magdoff

Tema essencialmente polêmico, o imperialismo vem sendo analisado desde o século passado por historiadores, economistas, sociólogos e também por aqueles que procuram extrair “lições” para a sua prática política revolucionária. Seria praticamente impossível, num curto trecho, dar conta de todas estas interpretações. Temos que nos ater a algumas delas, pelo seu caráter clássico. O trecho selecionado, de Magdoff, sintetiza bem essas questões. Seria recomendável que o leitor procurasse entrar em contato com as obras citadas no decorrer do trecho, se desejasse um aprofundamento do tema.

Analistas sérios de ambos os lados da controvérsia reconhecem que estão envolvidos no caso grande número de fatores: os principais expoentes do imperialismo econômico admitem que estiveram também em jogo influências políticas, militares e ideológicas; analogamente, numerosos autores que questionam a tese do imperialismo econômico concordam em que os interesses econômicos desempenham um papel significativo no particular. O problema, contudo, é o de atribuir prioridade às causas.

Imperialismo econômico. O pai da interpretação econômica do novo imperialismo foi o economista liberal britânico John Atkinson Hobson. Em seu fecundo trabalho *Imperialism: A Study* (publicado em 1902), mencionou ele o papel de tais forças como o patriotismo, a filantropia e o espírito de aventura na promoção da causa imperialista. Conforme a interpretava, contudo, a questão crítica era saber por que a energia desses elementos ativos assumira a forma especial de expansão imperialista. Hobson identificou a causa nos interesses financeiros da classe capitalista como “o acelerador do motor impe-

rial". A política imperialista teria que ser considerada como irracional se encarada do ponto de vista da nação como um todo: os benefícios econômicos obtidos eram muito menores do que os custos de guerras e armamentos, enquanto reformas sociais necessárias eram postas de lado na excitação da aventura imperial. Mas era de fato racional aos olhos de uma minoria de grupos de interesses financeiros. E o motivo disso, na opinião de Hobson, era a saturação persistente do capital na indústria. A pressão de capital carente de oportunidades de investimento derivava em parte da má distribuição da renda: o baixo poder aquisitivo de massa bloqueia a absorção de bens e de capitais pelo país. Além disso, o modo de agir das maiores firmas, especialmente as que operam em trustes e conglomerados, fomenta restrições à produção, procurando evitar os riscos e o desperdício da superprodução. Em virtude disso, as grandes firmas têm poucas oportunidades de investir na expansão da produção interna. O resultado da má distribuição da renda e do comportamento monopolista é a necessidade de abrir novos mercados e criar novas oportunidades de investimento em países estrangeiros.

O estudo de Hobson, porém, abrangeu um espectro mais amplo do que a análise do que ele chamou de sua raiz econômica. Examinou também os aspectos associados ao novo imperialismo, tais como as transformações políticas, as atitudes raciais e o nacionalismo. O livro em seu todo causou forte impressão e influenciou profundamente pensadores marxistas, que estavam se tornando muito interessados na luta contra o imperialismo. O mais influente dos estudos marxistas foi um pequeno volume escrito por Lenine em 1916, intitulado *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. A despeito de numerosas semelhanças, no fundo há uma grande diferença entre os contextos das análises de Hobson e Lenine e também entre suas respectivas conclusões. Enquanto Hobson pensava que o novo imperialismo servia aos interesses de certos grupos capitalistas, acreditava também que poderia ser eliminado por reformas sociais, ao mesmo tempo sustentando que persistiria o sistema capitalista. Isso exigiria que se restringissem os lucros das classes cujos interesses estavam estreitamente vinculados ao imperialismo, e uma distribuição mais eqüitativa da renda, de modo que os consumidores pudessem adquirir toda a produção da nação. Lenine, por outro lado, julgava que o imperialismo estava tão profundamente integrado na estrutura e funcionamento normal do capitalismo avançado que acreditava que somente sua derrubada revolucionária, com sua substituição pelo socialismo, libertaria o mundo.

Lenine, note-se, colocou as questões do imperialismo em um contexto mais amplo do que os simples interesses de um setor particular da classe capitalista. Segundo ele, o próprio capitalismo mudara em fins do século XIX; além disso, uma vez que isso ocorrera mais ou menos na mesma época em algumas das principais nações capitalistas, o fato explicaria por que se iniciara a nova fase do

desenvolvimento capitalista justamente nessa época. Essa nova fase, acreditava Lenine, envolvia mudanças não só políticas e sociais, mas também econômicas; mas sua essência econômica era a substituição do capitalismo competitivo pelo capitalismo monopolista, ou uma fase mais avançada na qual o capital financeiro, ou uma aliança entre grandes firmas industriais e bancárias, dominaria a vida econômica e política da sociedade. A competição continuaria, mas entre um número relativamente menor de gigantes, que poderiam controlar grandes setores da economia nacional e internacional. Eram esse capitalismo monopolista e a resultante rivalidade gerada entre nações capitalistas monopolistas que fomentavam o imperialismo; por seu lado, os processos do imperialismo estimulariam o desenvolvimento ulterior do capital monopolista e sua influência sobre toda a sociedade.

A diferença entre o paradigma mais complexo de Lenine e o de Hobson destaca-se claramente no tratamento que deram à exportação do capital. Da mesma forma que Hobson, Lenine sustentava que a crescente importância das exportações de capital era um aspecto-chave do imperialismo, embora atribuisse tal fenômeno a muito mais do que a mera superabundância de recursos. Considerava também que a aceleração da migração do capital tinha origem no desejo de obter controle exclusivo das fontes de matérias-primas e enrijecer o domínio sobre mercados estrangeiros. Ele, portanto, mudou a ênfase do problema geral do capital excedente, inerente ao capitalismo em todas as suas fases, para os imperativos do controle de matérias-primas e mercados na fase monopolista. Com essa perspectiva, Lenine ampliou também o conceito de imperialismo. Uma vez que o impulso era para dividir o mundo entre grupos de interesse monopolista, a rivalidade conseqüente se estenderia à luta por mercados nas principais nações capitalistas, bem como nos países capitalistas menos avançados e nos países coloniais. Essa rivalidade seria intensificada devido ao desenvolvimento desigual de diferentes nações capitalistas: os retardatários tentariam agressivamente conquistar uma fatia dos mercados e das colônias controladas por aqueles que lá chegaram antes e que, naturalmente, opunham-se a uma redivisão. Outras forças – políticas, militares, ideológicas – entrariam em jogo na formulação dos delineamentos da política imperialista, muito embora Lenine insistisse em que essas influências germinavam apenas no canteiro do capitalismo monopolista.

Imperialismo não-econômico. Talvez a teoria alternativa mais sistemática do imperialismo tenha sido aquela proposta por Joseph Alois Schumpeter, um dos economistas mais conhecidos da primeira metade do século XX. Seu ensaio *Zur Soziologie des Imperialismus* (*A Sociologia do Imperialismo*) foi publicado inicialmente na Alemanha, em 1919, sob a forma de dois artigos. (...)

Um estudo de impérios, começando com os primeiros dias da história escrita, levou Schumpeter a concluir que o imperialismo apresenta três características genéricas: 1) Na sua raiz há uma tendência persistente para a guerra e a conquista, amiúde dando origem a uma expansão irracional, destituída de qualquer válido objetivo militar. 2) Essa ânsia não é inata ao homem. Evoluiu de experiências traumáticas quando povos e classes foram transformados em guerreiros a fim de evitar a extinção; a mentalidade e os interesses de classes guerreiras sobrevivem, contudo, e influenciam os fatos, mesmo depois de desaparecida a necessidade vital de guerras e conquistas. 3) A tendência para a guerra e a conquista é mantida e condicionada pelos interesses internos das classes dominantes, amiúde sob a liderança dos indivíduos que têm mais a ganhar econômica e socialmente com as guerras. Não fossem esses fatores, acreditava Schumpeter, o imperialismo teria sido varrido para a lata de lixo da história à medida que amadurecia a sociedade capitalista, porquanto o capitalismo na sua forma mais pura é antitético ao imperialismo e floresce melhor no clima de paz e livre comércio. Não obstante a natureza pacífica inata do capitalismo, contudo, emergem grupos de interesses que se beneficiam com conquistas agressivas no exterior. Sob o capitalismo monopolista, a fusão de grandes bancos e cartéis cria um poderoso e influente grupo social que pressiona em busca de controle exclusivo de colônias e protetorados, tendo em vista obter lucros mais altos.

Apesar da semelhança entre a discussão de Schumpeter do monopólio e a de Lenine e outros marxistas, uma diferença crucial se mantém em pé. O capitalismo monopolista no marco de referências de Lenine constitui um afloramento natural de estágio prévio do capitalismo competitivo. Mas, segundo Schumpeter, trata-se de um enxerto artificial no capitalismo competitivo mais natural, tornado possível pelo efeito catalítico do resíduo herdado da precedente sociedade feudal. Argumentou Schumpeter que o capitalismo monopolista só pode crescer e prosperar sob a proteção de altas barreiras alfandegárias; sem esse escudo haveria ainda indústria em grande escala, mas não cartéis ou outros tipos de organização monopolista. Uma vez que as barreiras tarifárias são erguidas por decisão política, é o Estado e não um processo econômico natural que promove o monopólio. Por conseguinte, será na natureza do Estado – e, em especial, naqueles aspectos que combinam a herança do Estado autocrático anterior, a velha máquina de guerra, e os interesses e idéias feudais, juntamente com interesses capitalistas – que iremos descobrir a causa do imperialismo. A forma particular do imperialismo nos tempos modernos seria afetada pelo capitalismo e este em si modificado pela

experiência imperialista. Segundo a análise de Schumpeter, contudo, o imperialismo nem era produto necessário nem inevitável do capitalismo.

Magdoff, Harry. *Imperialismo: Da Era Colonial ao Presente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 38-41.

37. O RETRATO DO COLONIZADO PRECEDIDO PELO RETRATO DO COLONIZADOR

Albert Memmi

Alberto Memmi é autor de um texto considerado já clássico sobre o imperialismo. Ao contrário dos textos cheios de números e análises, Memmi nos fornece, segundo Roland Corbisier, que prefaciou a tradução brasileira, um livro que não deixa de "refletir a realidade, de nos revelar o que há de essencial nesse mecanismo, nessa engrenagem inumana, impiedosa, implacável, que, depois de desfigurar e aviltar o colonizado e corromper o colonizador, desemboca, inevitavelmente, no terrorismo e na tortura". É o relato de alguém que viveu, como colonizado, a realidade do imperialismo. Os dois trechos selecionados procuram traçar um quadro geral das questões postas por Memmi. A leitura do livro, evidentemente, é indispensável.

O COLONIZADOR

Os motivos econômicos do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém acredita mais na *missão* cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Em nossos dias, ao menos, a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade.

É suficiente, aliás, interrogar o europeu das colônias: que razões o levaram a expatriar-se e, principalmente, a persistir em seu exílio? Acontece que ele fala também em aventura, em pitoresco e em expatriação. Mas, por que não os procurou na Arábia, ou simplesmente na Europa Central, onde não se fala sua própria língua, onde não encontra um grupo importante de compatriotas seus, uma administração que o serve, um exército que o protege? A aventura comportaria mais imprevisto; essa expatriação, no entanto, mais certa e de melhor qualidade, teria sido de duvidoso *proveito*: a expatriação colonial, se é que há expatriação, deve ser, antes de mais nada, bastante lucrativa. Espontaneamente, melhor que os técnicos da linguagem, nosso viajante nos proporá a melhor definição da

colônia: nela ganha-se mais, nela gasta-se menos. Vai-se para a colônia porque nela as situações são garantidas, altos os ordenados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais rendosos. Ao jovem diplomado oferece-se um posto, ao funcionário uma promoção, ao comerciante reduções substanciais de impostos, ao industrial matéria-prima e mão-de-obra a preços irrisórios.

Mas, seja: suponhamos que exista esse ingênuo, que desembarque por acaso, como viria a Toulouse ou a Comar.

Precisaria de muito tempo para descobrir as vantagens de sua nova situação? Pelo fato de ser percebido mais tarde, o sentido econômico da viagem colonial nem por isso deixa de impor-se, e rapidamente. O europeu das colônias pode também, é claro, amar essa nova região, apreciar o pitoresco dos seus costumes. Mas, mesmo repellido pelo seu clima, mal à vontade no meio de suas multidões estranhamente vestidas, saudoso do seu país natal, o problema doravante é o seguinte: deve aceitar esses aborrecimentos e esse mal-estar em troca das vantagens da colônia?

Bem cedo não esconde mais; é freqüente ouvi-lo sonhar em voz alta: alguns anos ainda e comprará uma casa na metrópole... uma espécie de purgatório em suma, um purgatório remunerado. Doravante, mesmo farto, enjoado de exotismo, algumas vezes doente, ele se prende: a armadilha funcionará até a aposentadoria ou mesmo até a morte. Como retornar à metrópole, onde lhe seria necessário reduzir seu padrão de vida pela metade? Retornar à lentidão viscosa de sua carreira metropolitana?

O INDÍGENA E O PRIVILEGIADO

Tendo descoberto o lucro, por acaso ou porque o havia procurado, o colonizador não tomou ainda consciência, apesar disso, do papel histórico que deverá desempenhar. Precisa dar mais um passo no conhecimento de sua nova situação: falta-lhe compreender igualmente a origem e a significação desse lucro. A bem dizer, isso não tardará muito. Poderia demorar muito tempo para ver a miséria do colonizado e a relação dessa miséria com seu bem-estar? Percebe que esse lucro só é tão fácil porque tirado de outros. Em suma, faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio *privilégio*.

Sabia, sem dúvida, que a colônia não era povoada unicamente por colonos ou colonizadores. Tinha mesmo alguma idéia dos colonizados graças aos livros de leitura de sua infância; tinha visto no cinema certo documentário sobre alguns de seus costumes, escolhidos de preferência pela sua estranheza. Mas, esses homens pertenciam precisamente aos domínios da imaginação, dos livros ou do espetáculo. Não lhe diziam respeito, ou muito pouco, indiretamente, por intermédio de imagens comuns a toda a sua nação, epopéias mi-

litares, vagas considerações estratégicas. Inquietavam-no um pouco desde que tinha decidido ir ele mesmo para a colônia; não mais, porém, do que o clima, talvez desfavorável, ou a água que diziam ser por demais calcária. E eis que esses homens, subitamente, deixam de ser simples elemento de cenário geográfico ou histórico, e instalam-se em sua vida.

Nem mesmo pode decidir-se a evitá-los: deve viver em relação constante com eles, pois é essa relação mesma que lhe permite esta vida, que decidiu procurar na colônia; é essa relação rendosa, que cria o privilégio. Encontra-se em um dos pratos de uma balança que carrega, no outro, o colonizado. Se seu nível de vida é elevado, é porque o do colonizado é baixo; se pode beneficiar-se de mão-de-obra, de criadagem numerosa e pouco exigente, é porque o colonizado é explorável impunemente e não se acha protegido pelas leis da colônia; se obtém tão facilmente postos administrativos, é porque esses postos lhe são reservados e porque o colonizado deles está excluído; quanto mais respira à vontade mais o colonizado sufoca.

Tudo isso não pode deixar de ser por ele descoberto. Não é ele que correria o risco de ser convencido pelos discursos oficiais, pois esses discursos são redigidos por ele, ou por seu primo, ou por seu amigo; as leis que estabelecem seus direitos exorbitantes e os deveres dos colonizados, é ele que as concebe, e, porque é incumbido de sua aplicação, está necessariamente no segredo das instruções discriminatórias, muito pouco discretas, aliás, referentes às classificações nos discursos e à distribuição dos empregos. Se pretendesse ficar cego e surdo em relação ao funcionamento de toda a máquina, bastaria que recolhesse os resultados: ora, é ele o beneficiário de todo o empreendimento.

O USURPADOR

É impossível, finalmente, que não verifique a *ilegitimidade* constante de sua situação. Ilegitimidade que, além disso, é de certa maneira dupla. Estrangeiro, chegado a um país pelos acasos da história, conseguiu não apenas um lugar, mas tomar o do habitante, e outorgar-se privilégios surpreendentes em detrimento dos que a eles tinham direito. E isso, não em virtude das leis locais, que legitimam de certo modo a desigualdade pela tradição, mas subvertendo normas vigentes e substituindo-as pelas suas.

Revela-se assim duplamente injusto: é um privilegiado e um privilegiado não legítimo, quer dizer, um *usurpador*. E, finalmente, não apenas aos olhos do colonizado, mas aos seus próprios olhos. Se objeta algumas vezes que privilegiados também existem no meio dos colonizados, feudais, burgueses, cuja opulência iguala ou ultrapassa a sua, o faz sem convicção. Não ser o único culpado pode tranquilizar, mas não absolver. Reconheceria facilmente que os privilégios dos autóctones são menos escandalosos que os seus. Sabe também

que os colonizados mais favorecidos serão sempre colonizados, isto é, que certos direitos lhes serão eternamente recusados, que certas vantagens lhes serão estritamente reservadas. Em resumo, a seus olhos como aos olhos de sua vítima, sabe-se usurpador: é preciso que se acomode com esses olhares e com tal situação.

O COLONIZADO

O que é verdadeiramente o colonizado importa pouco ao colonizador. Longe de querer apreender o colonizado na sua realidade, preocupa-se em submetê-lo a essa indispensável transformação. E o mecanismo dessa remodelagem do colonizado é, ele próprio, esclarecedor.

Consiste, inicialmente, em uma série de negações. O colonizado *não* é isso, *não* é aquilo. Jamais é considerado positivamente; ou se o é, a qualidade concedida procede de uma lacuna psicológica ou ética. Assim, no que se refere à hospitalidade árabe que dificilmente pode passar por um traço negativo. Se observarmos bem, verificaremos que o louvor é feito por turistas, europeus de passagem, e não pelos colonizadores, quer dizer europeus instalados na colônia. Tão logo instalado, o europeu não desfruta mais dessa hospitalidade, interrompe as trocas, contribui para erguer barreiras. Rapidamente muda de palheta para pintar o colonizado, que se torna ciumento, ensimesmado, exclusivista, fanático. Que é feito da famosa hospitalidade? Já que não pode negá-la, o colonizador ressalta, então, suas sombras, e suas desastrosas consequências.

Decorre da irresponsabilidade, da prodigalidade do colonizado, que não tem o senso da previsão, da economia. Do importante ao fêlé, as festas são belas e generosas, com efeito, mas vejamos o que se segue. O colonizado se arrufna, pede dinheiro emprestado e finalmente paga com o dinheiro dos outros! Fala-se, ao contrário, da modéstia da vida do colonizado? Da tão famosa ausência de necessidades? Isso é menos uma prova de prudência que de estupidez. Como se, enfim, todo traço reconhecido ou inventado devesse ser o índice de uma negatividade.

Assim se destroem, uma após outra, todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se para ele, com efeito, opaca. É inútil, pretende ele, procurar, *prever* as atitudes do colonizado ("Eles são imprevisíveis"...). ("Com eles nunca se sabe!"). Uma estranha e inquietante impulsividade parece-lhe comandar o colonizado. É preciso que o colonizado seja bem estranho, em verdade, para que permaneça tão misterioso após tantos anos de convivência... ou então, devemos pensar que o colonizador tem boas razões para agarrar-se a essa impenetrabilidade.

Outro sinal dessa despersonalização do colonizado: o que se poderia chamar a *marca do plural*. O colonizado jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem direito ao afogamento no coletivo anônimo. (“*Eles* são isso... *Eles* são todos os mesmos”). Se a doméstica colonizada não vem certa manhã, o colonizador não dirá que *ela* está doente, ou que *ela* engana, ou que *ela* está tentada a não respeitar um contrato abusivo. (Sete dias em sete: as domésticas colonizadas raramente se beneficiam do descanso hebdomadário concedido às outras.) Afirmará que “não se pode contar com *eles*”. Isso não é uma cláusula de estilo. Recusa-se a encarar os acontecimentos pessoais, particulares, da vida de sua doméstica; essa vida na sua especificidade não o interessa, sua doméstica não existe como *indivíduo*.

Enfim o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de infelicidade: nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre de escolher-se colonizado ou não colonizado.

Que pode restar-lhe, ao cabo desse esforço obstinado de desnaturação? Não é mais, certamente, um *alter ego* do colonizador. Ainda é apenas um ser humano. Tende rapidamente para o objeto. A rigor, ambição suprema do colonizador *deveria existir somente em função das suas necessidades, isto é, ser transformado em puro colonizado*.

Nota-se a extraordinária eficácia dessa operação. Que importante dever temos em relação a um animal ou a uma coisa, com que se parece cada vez mais o colonizado? Compreende-se então que o colonizador possa permitir-lhe atitudes, julgamentos tão escandalosos. Um colonizado dirigindo um automóvel é um espetáculo ao qual o colonizador se nega a habituar-se; nega-lhe toda normalidade, como a uma pantomima simiesca. Um acidente, mesmo grave, que atinja o colonizado, quase faz rir. Uma multidão de colonizados metralhada, o faz dar de ombros. Aliás, a mãe indígena chorando a morte de seu filho, a mulher indígena chorando seu marido, não lhe recordam senão vagamente a dor da mãe ou da esposa. Esses gritos desordenados, esses gestos insólitos, bastariam para esfriar sua paixão, se chegasse a nascer. Recentemente, um autor nos contava com bom humor como, a exemplo da caça, encurralava-se em grandes jaulas indígenas revoltados. Que se tivesse imaginado e depois ousado construir essas jaulas e talvez mais ainda, que se tenha deixado os repórteres fotografarem as prisões, prova bem que, no espírito de seus organizadores, o espetáculo nada mais tinha de humano.

Memmi, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, pp. 21-6 e 80-3.

38. MOVIMENTO OPERÁRIO E IMPERIALISMO

Eric J. Hobsbawm

Determinados aspectos motivadores do Imperialismo muitas vezes quedam à margem, uma vez que tradicionalmente se enfatiza a questão das mudanças que se operavam dentro dos países capitalistas como fundamentais. Desta forma, a questão da exportação de capitais ou da necessidade de mercados consumidores monopoliza a atenção dos historiadores. Não estamos querendo diminuir a importância desses fatores, apenas lembrar que o Imperialismo pode ser muito útil também para atender a outras necessidades, particularmente aquelas de controle social. É o que Hobsbawm tenta mostrar no trecho a seguir, extraído de sua obra A Era dos Impérios, que completa a trilogia, iniciada com A Era das Revoluções e continuada com a Era do Capital.

Na verdade, o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática teve uma relação nítida com o surgimento do “novo imperialismo”. A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado “imperialismo social”, isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras. Não há dúvida de que todos os políticos eram perfeitamente conscientes dos benefícios potenciais do imperialismo. Em alguns casos – notadamente na Alemanha – o surgimento do imperialismo foi basicamente explicado em termos da “primazia da política interna”. A versão de Cecil Rhodes do imperialismo social, que pensou basicamente nos benefícios econômicos que o império, direta ou indiretamente, podia proporcionar às massas descontentes, foi talvez a menos relevante. Não há provas válidas de que a conquista colonial como tal tenha tido muita relação com o nível de emprego ou com os rendimentos reais da maioria dos operários dos países metropolitanos, e a idéia de que a emigração para as colônias propiciaria uma válvula de escape aos países superpovoados foi pouco mais que uma fantasia demagógica. (Na verdade, nunca foi tão fácil encontrar um lugar para onde emigrar como entre 1880 e 1914, e apenas uma ínfima minoria de emigrantes se dirigiu às colônias – ou precisou fazê-lo.)

Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas: e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato dominá-los? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema

político e social representado por esse Estado, justificação e legitimidade. Numa era de política de massa, mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade. Uma vez mais, seus contemporâneos tinham total clareza a este respeito. A cerimônia britânica de coroação de 1902, cuidadosamente remodelada, foi elogiada por visar a expressar “o reconhecimento, por uma democracia livre, de uma coroa hereditária *como símbolo do domínio mundial de sua espécie*” (grifo meu). Em suma, o império era um excelente aglutinante ideológico.

Não é totalmente claro até que ponto essa variante específica de patriotismo exacerbado foi eficaz, especialmente em países onde o liberalismo e a esquerda, mais radical, contavam com fortes tradições antiimperial, antimilitar, anticolonial ou, de maneira mais geral, antiaristocrática. Sabe-se que, em vários países, o imperialismo era extremamente popular entre os novos estratos médios e de colarinhos brancos, cuja identidade social residia, em grande medida, na reivindicação de serem os instrumentos preferenciais do patriotismo. São muito menos numerosos os indícios de qualquer entusiasmo espontâneo dos operários pelas conquistas coloniais, ainda menos pelas guerras, ou, na verdade, de qualquer grande interesse nas colônias, novas ou antigas (à exceção das de povoamento branco). O êxito das tentativas de institucionalizar o orgulho pelo imperialismo, como com a fixação de um “Dia do Império” na Grã-Bretanha (1902), dependia amplamente da mobilização de um público cativo de escolares. (...)

Entretanto, é impossível negar que a idéia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo.

Hobsbawm, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 105.6.

39. TRATADO ENTRE A FRANÇA E O REI PETER, DE GRAND BASSAM

O texto do tratado que publicamos a seguir é bastante elucidativo dos métodos de ação dos colonialistas franceses. Suas disposições são claras com relação a prêmios e punições que serão concedidos aos nativos. Sobretudo, avulta o verdadeiro acinte que se traduz no “pagamento” que será efetuado ao rei Peter pela cessão da soberania de seu país.

O rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka, considerando que é de seu interesse estabelecer relações comerciais com um povo rico e

bom, e organizar-se sob a soberania de seu poderoso monarca, instituem, diante de testemunhas subscritas, os artigos do tratado que se segue, assinado por Charles-Phillippe de Kerhallet, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do brigue-canhoneira *L'Alouette*, e Alphonse Fleuriot de Langle, Primeiro-Tenente da Marinha, Comandante do brigue-canheira *La Malouine*, operando em nome de Edouard Bouet, Capitão de Corveta, Comandante da estação das costas ocidentais da África, e por conseguinte em nome de S. M. Luis Filipe I, Rei dos franceses, seu soberano.

Artigo 1. — A plena soberania do país e do Rio de Grand Bassam é concedida ao Rei dos franceses; os franceses sozinhos terão portanto o direito de aí arvorar seu pavilhão e de aí fazer todas as construções e fortificações que julgarem úteis ou necessárias, comprando as terras dos proprietários atuais.

Nenhuma outra nação poderá estabelecer-se aí em razão da soberania, concedida ao Rei dos franceses.

Artigo 2. — O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka cedem igualmente duas milhas quadradas de terras, quer seja nas margens do rio, quer na praia, uma milha em cada um destes locais.

Artigo 3. — Em troca dessas concessões, será outorgada ao Rei e a seu povo a proteção dos navios de guerra franceses. Ademais, será pago ao Rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

- 10 peças de tecidos sortidos,
- 5 barris de pólvora de 25 libras,
- 10 fuzis de um tiro,
- 1 saco de tabaco,
- 1 barril de aguardente,
- 5 chapéus brancos,
- 1 guarda-sol,
- 2 espelhos,
- 1 realejo.

Os chefes Quachi e Wuaka receberão a metade dos presentes concedidos ao Rei Peter.

Quando da tomada de posse das duas milhas quadradas concedidas, será pago um valor igual, o qual o Rei dividirá com os proprietários atuais da referida terra, conforme convenção estabelecida entre eles.

Artigo 4. — Fica bem entendido que a pacífica navegação e freqüências do rio e de todos os afluentes são asseguradas aos franceses de agora em diante, assim como o tráfego livre de todos os produtos, tanto os do país como os que são trazidos do interior.

O Rei e toda a população sob suas ordens se comprometem, portanto, a se conduzir de boa fé com relação aos franceses, respei-

colleção "Prof. José Sieropol"

tando suas pessoas, propriedades ou mercadorias. Assim, um presente anual facultativo será outorgado ao Rei pelo governo ou pelas partes contratantes como recompensa.

Artigo 5. – Se algumas desavenças surgirem entre as partes contratantes e os nativos, devem ser solucionadas pelo comandante do primeiro navio de guerra que chegar ao país, o qual deve fazer justiça aos culpados não importa a que lado pertençam.

Artigo 6. – Os navios de comércio serão respeitados e protegidos. Eles não serão de nenhuma maneira perturbados em suas relações comerciais ou outras; se um deles naufragasse, conceder-se-ia um terço dos objetos recuperados aos nativos que tivessem cooperado no salvamento.

Artigo 7. – O presente tratado vigorará a partir de hoje quanto à soberania estipulada; do contrário os signatários exporiam seu país aos rigores da guerra que nesse caso lhes fariam os navios de guerra franceses.

Quanto ao pagamento das mercadorias de trocas, realizar-se-á, como diz o artigo 3, após a ratificação do tratado pelo Rei dos franceses.

O dito tratado, lido e relido ao Rei, em francês e em inglês, foi feito em duas vias e de boa fé por nós, no ancoradouro, do Grande Bassam em 19 de fevereiro de 1842 a bordo de *L'Alouette*.

Primeiro-Tenente de Marinha Comandante de <i>L'Alouette</i> Kerhallet	Primeiro-Tenente de Marinha Comandante de <i>La Malouine</i> Fleuriot Peter Quachi Wuaka	Capitão de longo curso Comandante do brigade de Marselha, <i>L'Aigle</i> Assinado Provençal (como testemunha)
---	---	--

Visto e aprovado,
o Capitão de Corveta
Comandante da estação
das costas ocidentais da África. *Bouët*

Tratado entre a França e o Rei Peter, de Grand Bassam. In: Brunschwig, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo, Perspectiva, 1974, pp. 76-8.

40. DOS PRECONCEITOS

Jean-Paul Sartre

Sartre tornou-se um dos maiores críticos do imperialismo francês, principalmente com relação à Argélia. Seus artigos e livros denunciando as atrocidades e, mais do que isso, procurando interpretar o domínio francês, valeram-lhe acerbas críticas. Mas, felizmente, sua voz foi ouvida por muitos. No trecho abaixo, extraído do prefácio que Sartre escreveu para um livro de fotografias de Henri Cartier-Bresson, sobre a China, podemos verificar a questão do preconceito contra os povos colonizados. O texto fala por si.

Na origem do pitoresco há a guerra e a repulsa em compreender o inimigo: na verdade, nossas luzes sobre a Ásia vieram inicialmente de missionários irritados e de soldados. Mais tarde chegaram os viajantes – comerciantes e turistas – que são militares frios: o saque se denomina “shopping” e as violações são praticadas honrosamente nas casas especializadas. Mas a atitude inicial não mudou: mata-se menos frequentemente os indígenas, mas nos desprezam aos montões, o que é a forma civilizada de massacre; experimenta-se o aristocrático prazer de contar as *separações*. “Corto meus cabelos, ele trança os dele; sirvo-me de um garfo, ele usa palitos; escrevo com uma pena de ganso, ele traça sinais com um pincel; tenho idéias direitas, e as suas são curvas: você observou que ele tem horror ao movimento retilíneo, ele só é feliz se tudo vai obliquamente.” Isso se chama o jogo das anomalias: se você encontra uma a mais, se você descobre uma nova razão para não compreender, dar-lhe-ão, no seu país, um prêmio de sensibilidade. Aqueles que recompõem, deste modo, seu semelhante como um mosaico de diferenças irreduzíveis, não precisa admirar-se, se eles se interrogam, em seguida, como se pode ser chinês.

Criança, eu era vítima do pitoresco: tinha tudo feito para tornar os chineses apavorantes. Falavam-me de ovos podres – eles os adoravam –, de homens cerrados entre duas pranchas, de música delicada e dissonante. No mundo que me envolvia havia coisas e animais que chamavam, dentre todos, chineses: eles eram frágeis e terríveis, fiavam entre os dedos, atacavam por trás, explodiam-se repentinamente em alaridos ridículos, sombras que deslizavam como peixes ao longo de um vidro de aquário, lanternas apagadas, requintes inacreditáveis e fúteis, súplicas engenhosas, chapéus sonantes. Havia a alma chinesa, também, da qual me diziam simplesmente que é impenetrável. “Os orientais, veja-você...”. Os negros não me inquietavam; ensinaram-me que eram bons cães; com eles, permanecia-se entre mamíferos. Mas o asiático causava-me medo: como estes caranguejos de arrozais que correm entre dois sulcos, como gafanhotos que se precipitam sobre a grande planície e devastam tudo. Somos reis dos peixes, dos leões, dos ratos e dos macacos; o chinês é um artrópode superior, ele reina sobre os artrópodes.

Sartre, Jean-Paul. De uma China a Outra. In: *Colonialismo e Neo-colonialismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968, p. 7-8.

“Nós, as civilizações, sabemos que somos mortais”. Assim escrevia o poeta francês Paul Valéry, ao findar o conflito conhecido como Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A constatação era dolorosa para os europeus. Afinal, a guerra deflagrada para tentar manter o “equilíbrio europeu” terminava com a Europa destruída e com a afirmação da hegemonia norte-americana. O declínio europeu era evidente.

Entender a Primeira Guerra Mundial não é, como já se fez muito, procurar um “culpado” pela guerra. O Tratado de Versalhes, imposto pelos vencedores à Alemanha, determinava que a culpa pela guerra era desta nação, afirmativa que posteriormente foi muito repetida. Outros autores, notadamente de tendência marxista, procuram isolar esta questão da “culpa”; preferindo reduzir o problema à condição de inevitável conflito produzido pelo imperialismo.

Em análises mais recentes tem-se procurado fugir a este unilateralismo explicativo, reconhecendo-se que a guerra foi o resultado da deterioração das relações internacionais, devido aos conflitos imperialistas, aos nacionalismos exacerbados, aos problemas de fronteiras e, sobretudo, à corrida armamentista que levava a uma estreita associação de interesses entre a grande indústria e os governos.

Importa, sobretudo, relacionar a eclosão da guerra à questão maior, da crise do sistema capitalista, tendo aberto o caminho para que numa das áreas periféricas ocorresse a primeira alternativa concreta de superação do capitalismo: o império russo teve suas contradições agudizadas devido ao envolvimento no conflito e, em 1917, a primeira revolução socialista teve lugar.

Os textos e documentos deste capítulo foram selecionados tendo em vista possibilitar a discussão das questões acima. Buscou-se também, a partir de depoimentos coevos, analisar a vida dos soldados nas trincheiras.

Enquanto os lê, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Como a Primeira Guerra Mundial é analisada a partir de uma concepção marxista-leninista da história?

2. Para Arno Mayer, a Primeira Guerra não pode ser compreendida como um conflito burguês-imperialista. Como ele analisa as origens do conflito?
3. Explique a seguinte afirmação de Hobsbawm: “A Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição”.
4. Quais são as principais conclusões que podem ser tiradas da leitura dos “Quatorze pontos” e do “Tratado de Versalhes”?
5. Qual seria o significado da guerra para os soldados e oficiais que nos descrevem as críticas condições de vida nas trincheiras e no “front” de uma maneira geral?

41. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL – DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Wolfgang Schieder

No trecho apresentado a seguir, discute-se a questão historiográfica referente à Primeira Guerra Mundial, tema que tem suscitado inúmeros debates, tanto por parte dos liberais e revisionistas como dos marxistas. Os primeiros desenvolveram suas teses, em grande parte, a partir das articulações existentes entre a Primeira Guerra Mundial e as implicações políticas suscitadas por esta. Alguns autores, partindo do artigo 231, do Tratado de Versalhes, questionam a culpabilidade da Alemanha como desencadeadora dos conflitos. Pelo artigo citado, era inquestionável a responsabilidade alemã, inclusive sob o aspecto moral. A revisão desta tese é um dos pontos de destaque da historiografia ocidental.

Já a historiografia marxista, a partir do livro O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo, escrito por Lenine, em 1916, portanto com a guerra em andamento, procura estabelecer as conexões existentes entre capitalismo monopolista, imperialismo e guerra mundial, afirmando que esta é uma decorrência natural, previsível e inevitável do imperialismo. Ao mesmo tempo, dialeticamente, conforme observou Lenine, “o monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior”. (Lenine, Vladimir Iliche. Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. 3ª ed., São Paulo, Global, 1985, p. 87.)

Poucos temas da história contemporânea chamaram, imediatamente, a atenção da investigação historiográfica internacional e foram discutidos com tanto cuidado como da Primeira Guerra Mundial. As publicações sobre esta guerra, aproximadamente meio século depois contavam-se aos milhares. Esta surpreendente intensidade investigadora é explicada pelo fato de que o esclarecimento histó-

rico das conexões da Primeira Guerra Mundial afeta imediatamente a interesses políticos, coisa que raras vezes ocorre na ciência da história. (...)

O elemento que desencadeou a polêmica científica sobre a Primeira Guerra Mundial foi o Tratado de Versalhes, cujo *artigo 231* estabelecia o seguinte:

“Os governos aliados declaram que a Alemanha reconhece que a Alemanha e os que lutaram a seu lado são responsáveis, como autores de todas as perdas e danos que os governos aliados e seus associados sofreram, assim como seus habitantes, em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e dos que lutaram a seu lado.”

Sem dúvida alguma, a intenção original e única dos vencedores ao redigir este artigo foi a de assegurar as futuras exigências de reparações de guerra do ponto de vista do Direito público internacional. Mas, como explicou F. Dickmann (1964), nesta mesma Conferência de Paz de Versalhes atribuiu-se também a este artigo um sentido moral, que acabou impondo-se. Sobretudo, os alemães consideraram desde o princípio este artigo exclusivamente como uma condenação moral do império alemão, a quem se declarava o único culpado da guerra. (...)

Depois de 1945, não apenas historiadores alemães, mas também os ingleses e franceses, estavam dispostos a rever seus juízos condenatórios unilaterais. É digno de menção especial a declaração conjunta dos historiadores alemães e franceses de outubro de 1951, assinada, entre outros, por G. Ritter e P. Renouvin.

Nesta declaração se dizia que os documentos não permitiam “atribuir no ano de 1914 a nenhum governo nem a nenhum povo a vontade consciente de desencadear uma guerra européia”. Sobre a Alemanha se dizia: “em 1914, a *política alemã* não tinha como objetivo desencadear uma guerra européia; estava condicionada, primariamente, pelos deveres que lhe impunham sua aliança com a Áustria-Hungria. Para impedir a dissolução do Estado austro-húngaro, considerada perigosa, a Alemanha deu ao governo de Viena garantias que equivaliam a outorgar-lhe carta branca. O governo alemão estava dominado pela crença de que era possível a localização geográfica do conflito com a Sérvia, como havia ocorrido em 1908-1909; ainda que estivesse disposto, em caso de necessidade, a afrontar o perigo de uma guerra européia”.(...)

Na concepção marxista-leninista da história, a Primeira Guerra Mundial ocupa um lugar central. Os historiadores comunistas não lhe atribuem esta posição privilegiada olhando a guerra em si mesma; seu interesse especial por esta guerra procede, antes de tudo, do fato de que ela permitiu a livre atuação das forças que tornaram possível a revolução bolchevique de outubro de 1917. Enquanto o

desencadeamento, o curso e o resultado da guerra tornam manifesta, nos países ocidentais, a crise interna do marxismo tradicional e provocam a decadência dos partidos trabalhadores clássicos de tipo social-democrata, na Rússia, pelo contrário, esta mesma guerra acelera a expansão e o êxito sem igual do socialismo revolucionário de cunho bolchevique. (...)

Sem dúvida, para os historiadores comunistas, a interdependência entre a Revolução de Outubro e a Primeira Guerra Mundial não é importante apenas pelo desenvolvimento histórico dos acontecimentos; para eles possui também um significado fundamental. Com efeito, por esta conexão de acontecimentos se vê confirmada a exatidão de sua teoria geral sobre o imperialismo.

Esta teoria deve sua origem a V. I. Lenine, que a formulou depois de começar a grande guerra. A Primeira Guerra Mundial proporcionou a Lenine algumas experiências concretas que lhe serviram de base e ponto de partida para elaborar sua teoria política da revolução, nutrida de elementos teológicos e imaginada a longo prazo (...). A análise da Primeira Guerra Mundial feita por Lenine estabelece *três teses*, as quais desfrutaram até nossos dias de valor dogmático para a ciência comunista.

1. Para Lenine, a Primeira Guerra Mundial foi, indubitavelmente, uma *guerra imperialista*. No prólogo da edição francesa e alemã de sua obra *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*, resumiu graficamente em 1920 o que havia visto: "... uma guerra de conquistas, uma guerra de latrocínios e espoliações" e uma "guerra pela divisão do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, e das áreas de influência do capitalismo financeiro...". Lenine descartou com isso a idéia de que a Primeira Guerra Mundial ocorreu por objetivos nacionais. Para ele, a guerra foi, desde o princípio, uma contenda entre um punhado de grandes potências que pretendiam explorar e oprimir outros povos. Entre estas grandes potências incluía somente a Inglaterra, Alemanha e Rússia. As intenções dos demais Estados beligerantes ficavam eclipsadas pelas destes três "poderosos bandoleiros". (...)

2. Por se tratar de uma guerra imperialista, a Primeira Guerra Mundial era, na opinião de Lenine, *inevitável*. Esta afirmação se converteu num dogma dentro do campo da ciência marxista-leninista da história. Certamente encerra uma contradição fundamental, que o marxismo-leninismo ortodoxo não resolveu claramente até agora. Para Lenine, a inevitabilidade da Primeira Guerra Mundial baseava-se radicalmente no fato de que foi desencadeada *de acordo com um plano previamente estabelecido*. (...)

3. Lenine partia do fato de que a guerra imperialista tornaria possível *derrubar o sistema capitalista pelo caminho revolucionário*. Para demonstrar a conexão teoricamente exigida entre guerra e

revolução, apresentou a guerra como o resultado final dos antagonismos imanes na ordem econômica capitalista. O fato de que as potências imperialistas tentaram resolver seus problemas mediante uma guerra geral, permitia, na opinião de Lenine, deduzir inexoravelmente que o capitalismo havia alcançado no imperialismo seu “mais alto” e, portanto, seu último “estágio”. Apoiando-se em K. Marx, mas dando à sua dialética histórico-econômica uma maior intensidade no sentido unilateralmente ativista, Lenine concluiu que o capitalismo, depois de transformar-se ultimamente em imperialismo, desembocaria no socialismo tão logo o proletariado, com consciência de classe, aproveitasse sua oportunidade revolucionária. (...)

Os historiadores soviéticos destacam como um dado dogmático a efetiva conexão entre imperialismo, guerra e revolução, enquanto a investigação ocidental a coloca em dúvida e a examina como um problema. Conseqüentemente, a atividade científica dos historiadores soviéticos se reduz a realinhar com materiais históricos concretos os espaços previamente dados com caráter dogmático.

Schieder, Wolfgang. La Primera Guerra Mundial. In: Kernig, C. D. (org.). *Marxismo y Democracia. Enciclopedia de conceptos básicos*. Madri, Ediciones Rioduero, 1975, tomo 4, pp. 47-63. (Tradução dos organizadores).

42. A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A FORÇA DA TRADIÇÃO

Arno J. Mayer

O texto selecionado, extraído do livro A Força da Tradição – A Persistência do Antigo Regime (1848-1914), do historiador norte-americano Arno J. Mayer, recentemente publicado no Brasil (1987), possibilita um repensar da Primeira Guerra Mundial a partir de perspectivas absolutamente inovadoras. Rompendo com uma abordagem já consagrada pela historiografia marxista, que procura estabelecer as conexões existentes entre capitalismo monopolista, contradições inerentes ao capitalismo e eclosão da guerra mundial, Mayer desenvolve uma tese original, segundo a qual, a Primeira Guerra Mundial teria sido uma “derradeira e catastrófica demonstração de força das retaguardas da antimodernidade, antes de serem afinal desalojadas do teatro europeu”.

A guerra não teria, portanto, um caráter burguês-imperialista, mas seria o resultado da persistência de forças características do Ancien Régime que, segundo o autor, não foram sepultadas com a queda da Bastilha, com a Revolução Industrial, apenas aparentemente irreversível e homogênea e com o advento (?) de uma sociedade democrática, liberal e burguesa.

Referindo-se às forças da tradição (forças do Ancien Régime) o autor observa que estas, “embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial”, foram capazes de “retardar o curso da história”, porém, o fizeram apenas recorrendo à violência. A Primeira Guerra Mundial seria, tão-somente, o resultado da persistência dessas mesmas forças.

A intenção deste livro é contribuir para a discussão sobre a *causa causans* e a natureza interna do recente “mar de problemas” da Europa. Ele parte da premissa de que a Guerra Mundial de 1939-1945 estava umbilicalmente ligada à Grande Guerra de 1914-1918, e que esses dois conflitos constituíram nada menos que a Guerra dos Trinta Anos da crise geral do século XX.

A segunda premissa é a de que a Grande Guerra de 1914, ou a fase primeira e protogênica dessa crise geral, foi uma consequência da remobilização contemporânea dos *anciens régimes* da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvendo a impor sua primazia. Por toda a Europa, a partir de 1917, as pressões de uma guerra prolongada afinal abalaram e romperam os alicerces da velha ordem entrincheirada, que havia sido sua incubadora. Mesmo assim, à exceção da Rússia, onde se desmoronou o antigo regime mais obstinado e tradicional, após 1918-1919 as forças da permanência se recobram o suficiente para agravar a crise geral da Europa, promover o fascismo e contribuir para a retomada da guerra total em 1939. (...)

De qualquer forma, nem a Inglaterra nem a França haviam se tornado sociedades civis e políticas industrial-capitalistas e burguesas em 1914. Suas políticas eram tão “obviamente antiquadas” e “obstinadamente preocupadas com sua longevidade” quanto as políticas das outras quatro grandes potências. Todas eram igualmente *anciens régimes* fundados na predominância duradoura das elites agrárias, da agricultura, ou de ambas. (...)

As mentalidades das elites européias provavelmente se arrastavam ainda mais atrás dos desenvolvimentos econômicos que sua vida social e cultural. De qualquer forma, seu arcabouço mental se transformou muito lentamente e foi talvez o mais revelador de seu enraizamento contínuo e aliança com o antigo regime. As classes governantes, em que o elemento feudal se manteve particularmente evidente, estavam de todo imbuídas de valores e atitudes nobiliárquicas. Sua concepção de mundo era consoante com uma sociedade autoritária e hierárquica em vez de liberal e democrática.

Nos anos 1780, uma reação aristocrática em defesa de privilégios fiscais, sociais e burocráticos se tornara uma importante, possivelmente decisiva, causa subjacente e imediata da Revolução Francesa, o primeiro ato da desintegração do *ancien régime* da Europa.

Na época, as nobiliarquias laicas e clericais resistiram a qualquer perda adicional do controle sobre a sociedade política, que se tornara um escudo cada vez mais essencial para seu *status* privilegiado. De forma semelhante, entre 1905 e 1914 as antigas elites passaram a reafirmar e reforçar sua influência política, a fim de defender seu predomínio material, social e cultural. Nesse processo, intensificaram as tensões nacionais e internacionais que produziram a Grande Guerra, abertura do ato final da dissolução do antigo regime na Europa.

Mayer, Arno J. *A Força da Tradição – A Persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 13-25.

43. DA PAZ À GUERRA

Eric J. Hobsbawm

Através do estudo do texto do historiador inglês Hobsbawm é possível compreender o inconsciente coletivo da sociedade europeia no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial. O autor observa, com propriedade, que entre 1871 (término da Guerra Franco-Prussiana) e 1914, o continente europeu não assistiu a nenhum conflito expressivo. “A paz era o quadro normal e esperado das vidas européias.”

No entanto, embora as possibilidades de uma grande conflagração tivesse sido prevista, tanto pelos governos, como pelo grande público em geral, “sua deflagração não era realmente esperada”. São estas contradições que o autor procura captar e que servem como pano de fundo da irrupção do conflito de 1914.

Outro ponto importante analisado por Hobsbawm é aquele que diz respeito à incompetência, tanto dos governos como dos militares, em perceber, realmente, o caráter catastrófico de uma possível guerra. Por fim, o autor faz referências à corrida armamentista e à crescente dependência dos diversos governos europeus em relação aos complexos industriais-militares que vão se estruturando no período anterior a 1914.

A possibilidade de uma guerra generalizada na Europa fora, é claro, prevista, e preocupava não apenas os governos e as administrações, como também um público mais amplo. A partir do início da

década de 1870, a ficção e a futurologia produziram, sobretudo na Grã-Bretanha e na França, *sketches*, geralmente não realistas, sobre uma futura guerra. Na década de 1880, Friedrich Engels já analisava as probabilidades de um guerra mundial, enquanto o filósofo Nietzsche, louca porém profeticamente, saudou a militarização crescente da Europa e predisse uma guerra que “diria sim ao animal bárbaro, ou mesmo selvagem, que existe entre nós”. Na década de 1890, a preocupação com a guerra foi suficiente para gerar o Congresso Mundial (Universal) para a Paz – o vigésimo primeiro estava previsto para setembro de 1914, em Viena –, O Prêmio Nobel da Paz (1897) e a primeira das Conferências de Paz de Haia (1899), reuniões internacionais de representantes majoritariamente céticos de governos e a primeira de muitas das reuniões que tiveram lugar desde então, nas quais os governos declararam seu compromisso decidido, porém teórico, com o ideal da paz. Nos anos 1900, a guerra ficou visivelmente mais próxima e nos anos 1910 podia ser e era considerada iminente.

E contudo sua deflagração não era realmente esperada. Nem durante os últimos dias da crise internacional – já irreversível – de julho de 1914, os estadistas, dando os passos fatais, acreditavam que realmente estivessem dando início a uma guerra mundial. Uma fórmula seria com certeza encontrada, como tantas vezes no passado. (...)

Enquanto apenas alguns observadores civis compreendiam o caráter catastrófico da futura guerra, governos que não o entendiam se lançaram entusiasticamente à corrida para se equipar com os armamentos cuja nova tecnologia o propiciaria. A tecnologia da morte, já em processo de industrialização em meados do século (ver *A Era do Capital*, cap. 4:2), avançou notavelmente nos anos 1880, não apenas devido a uma verdadeira revolução na rapidez e no poder de fogo das armas pequenas e da artilharia, mas também através da transformação dos navios de guerra por meio de motores-turbina, de uma blindagem protetora mais eficaz e da capacidade de carregar muito mais armas. A propósito, até a tecnologia da morte civil foi transformada pela invenção da “cadeira elétrica” (1890), embora os alcoses de fora dos EUA tenham permanecido fiéis a antigos e comprovados métodos, como o enforcamento e a decapitação.

Uma consequência óbvia foi que os preparativos para a guerra se tornaram muito mais caros, especialmente porque os Estados competiam uns com os outros para manter a primeira posição ou ao menos para não cair para a última. Essa corrida armamentista começou de maneira modesta no final da década de 1880 e se acelerou no novo século, em particular nos últimos anos antes da guerra. (...)

Uma consequência de gastos tão elevados foi a necessidade complementar de impostos mais altos, ou de empréstimos inflacioná-

rios, ou de ambos. Mas uma consequência igualmente óbvia, embora muitas vezes deixada de lado, foi que eles cada vez mais fizeram da morte em prol de várias pátrias um subproduto da indústria em grande escala. Alfred Nobel e Andrew Carnegie, dois capitalistas que sabiam o que os transformara em milionários dos ramos de explosivos e aço, respectivamente, tentaram compensar a situação destinando uma parte de sua riqueza à causa da paz. Nesse sentido foram atípicos. A simbiose entre guerra e produção da guerra transformou inevitavelmente as relações entre governo e indústria, pois, como observou Friedrich Engels em 1892, “como a guerra se tornou um setor da *grande industrie... la grande industrie...* se tornou uma necessidade política”. E, reciprocamente, o Estado se tornou essencial para certos setores da indústria, pois quem, senão o governo, constitui a clientela dos armamentos? Os bens que essa indústria produzia eram determinados não pelo mercado, mas pela interminável concorrência dos governos, que os fazia procurar garantir para si um fornecimento satisfatório das armas mais avançadas e, portanto, mais eficientes. E mais, o que os governos precisavam não era tanto da produção real de armas, mas sim da capacidade de produzi-las numa escala compatível com uma época de guerra, se fosse o caso; isso quer dizer que eles tinham que zelar para que suas indústrias mantivessem uma capacidade de produção altamente excedente para tempos de paz. (...)

Contudo, a guerra mundial não pode ser explicada como uma conspiração de fabricantes de armas, mesmo fazendo os técnicos, com certeza, o máximo para convencer generais e almirantes, mais familiarizados com paradas militares do que com a ciência, de que tudo estaria perdido se eles não encomendassem o último tipo de arma ou navio de guerra. Não há dúvida de que a acumulação de armamento, que atingiu proporções temíveis nos últimos cinco anos anteriores a 1914, tornou a situação mais explosiva. Não há dúvida de que havia chegado o momento, ao menos no verão europeu de 1914, em que a máquina inflexível que mobilizava as forças da morte não poderia mais ser estocada. Porém a Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição.

Hobsbawm, Eric J. Da Paz à Guerra. In: *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 419-20, 424-5 e 427.

44. OS QUATORZE PONTOS

A 8 de janeiro de 1918, o presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos, apresentou, perante o congresso norte-americano, um projeto de paz que pretendia ser uma solução justa para o conflito mundial. Estes princípios ficaram conhecidos como os Quatorze Pontos e traduziam uma aspiração, extremamente idealista como se viu depois, de que seria possível uma paz justa, sem humilhações, onde não houvessem vencidos nem vencedores. Esta "paz wilsoniana", "paz sem vitória", pretendia fundamentar as negociações com os alemães, servindo de ponto de partida às futuras conversações.

Aparentemente, as demais potências aliadas (Grã-Bretanha, França, Itália, etc.) concordaram com os termos gerais dos Quatorze Pontos. No entanto, apenas aparentemente. Basta lembrar que, quando da Conferência de Versalhes (1919), o próprio primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau, ironizando as propostas idealistas do presidente norte-americano, afirmou que até Deus contentara-se com dez pontos, mas o presidente Wilson precisava de quatorze.

Importa observar, por fim, que a divulgação pública e internacional dos Quatorze Pontos levaram os alemães à suposição de que os acordos de paz seriam baseados, de fato, nos princípios formulados por Wilson. Os acordos celebrados em Versalhes, em 1919, e que redundaram no conhecido Tratado de Versalhes (1919), revelaram que ingleses e franceses, estes últimos sobretudo, aguardando uma "revanche" desde a derrota na Guerra Franco-Prusiana de 1870-71, tinham outros objetivos.

Entramos nesta guerra porque houve transgressões do direito que atingiram o nosso íntimo e tornaram impossível a vida de nosso povo, a menos que fossem corrigidas e o mundo se assegurasse, uma vez por todas, contra o seu reaparecimento. Portanto, o que queremos nesta guerra não é algo específico nosso. É que o mundo se torne um lugar conveniente e seguro para se viver; e principalmente, que se torne seguro para cada nação amante da paz que, como a nossa, deseja viver a sua vida, determinar as suas instituições, ter garantia de justiça e tratamento condigno pelos outros povos do mundo, contra a força e a agressão egoísta. Praticamente, todos os povos do mundo participam deste interesse e de nossa parte, vemos muito claramente que, a menos que se faça justiça a outros, ela não nos será feita. Portanto, o programa da paz mundial é o nosso programa; como o vemos é este:

I. Pactos de paz explícitos, a que se chega abertamente, depois dos quais não haverá compreensão internacional específica de espécie alguma, mas a diplomacia continuará sempre franca e pública.

II. Liberdade absoluta de navegação das águas, fora das territoriais, igual na paz e na guerra, a não ser nos casos em que os

mares possam ser fechados totalmente ou em parte, pela ação internacional, para reforçar os pactos internacionais.

III. Remoção, quando for possível, de todas as barreiras econômicas e o estabelecimento de uma igualdade de condições de comércio entre todas as nações a favor da paz e que se associam para a sua manutenção.

IV. Garantias adequadas dadas e tomadas de que os armamentos nacionais serão reduzidos ao menor nível, coerente com a segurança interna.

V. Ajustamento livre, aberto e absolutamente imparcial de todas as exigências coloniais, baseado numa rigorosa observação do princípio de que ao determinar todas estas questões de soberania, os interesses das populações interessadas devem ter o mesmo peso que as exigências equitativas do governo, cujo título deve ser determinado.

VI. Retirada de todo o território russo e acordo sobre todas as questões referentes à Rússia como a melhor e mais livre cooperação das outras nações do mundo podem garantir, ao lhe obter uma oportunidade desimpedida e desembaraçada para a determinação independente de seu desenvolvimento político e atuação nacional, e garantir-lhe uma acolhida sincera na sociedade de nações livres, em instituições de sua escolha; e, mais que uma acolhida, também a ajuda de todos os tipos que possa necessitar e desejar. O tratamento concedido à Rússia por suas nações irmãs, nos próximos meses, constituirá a prova decisiva de sua boa vontade, de sua compreensão dos interesses dela, diferenciados dos seus e de sua simpatia inteligente e altruísta.

VII. O mundo inteiro concordará que a Bélgica deve ser evacuada e restaurada, sem qualquer tentativa de limitar a soberania de que goza em comum com todas as outras nações livres. Nenhum outro ato isolado permitirá que se restaure a confiança entre as nações, nas leis que elas estabeleceram e determinaram para o governo de suas relações de umas com as outras. Sem este ato sanador, toda a estrutura e validade da lei internacional ficará danificada para sempre.

VIII. Todo o território francês deveria ser libertado e as partes invadidas restauradas, e o malfeito à França pela Prússia em 1871, na questão da Alsácia-Lorena, que perturbou a paz mundial durante quase cinquenta anos, deveria ser corrigido, a fim de que a paz possa uma vez mais ser garantida no interesse de todos.

IX. Um reajustamento das fronteiras da Itália deveria ser realizado de acordo com linhas de nacionalidade, claramente reconhecíveis.

X. Aos povos da Áustria-Hungria, cujo lugar entre as nações desejamos ver salvaguardado e garantido, deve ser concedida a oportunidade mais livre de desenvolvimento autônomo.

XI. A Rumania, a Sérvia e o Montenegro deveriam ser desocupados; os territórios ocupados, restaurados; concedido à Sérvia um acesso livre ao mar; e as relações dos diversos países balcânicos, de um com o outro, determinadas por conselho amistoso, ao longo de linhas estabelecidas historicamente, de sujeição e nacionalidade; e deveriam ser celebradas as garantias internacionais da independência política e econômica e da integridade territorial dos vários estados balcânicos.

XII. Dever-se-ia garantir soberania às partes turcas do atual Império Otomano, mas às outras nacionalidades, que estão agora sob a lei turca, deve ser garantida uma proteção incontestada e uma oportunidade absolutamente tranqüila de desenvolvimento autônomo, e os Dardanelos deveriam ser abertos permanentemente, como uma passagem livre para os navios e comércio de todas as nações, com garantias internacionais.

XIII. É preciso construir um estado polonês independente, que deve incluir os territórios habitados por populações polonesas indiscutíveis, a quem se deve garantir um acesso livre e garantido ao mar, e cuja independência política e econômica e integridade territorial deve ser assegurada por acordo internacional.

XIV. Uma associação geral de nações deve ser constituída sob acordos específicos, a fim de proporcionar garantias mútuas de independência política e integridade territorial, tanto para grandes estados, quanto para os pequenos...

Certamente, falamos agora em termos excessivamente concretos para admitir qualquer outra dúvida ou pergunta. Através de todo o programa que esbocei, existe um princípio evidente. É o princípio de justiça de todos os povos e nacionalidades, e seu direito a viver em iguais condições de liberdade e segurança, uns com outros, sejam eles fortes ou fracos. A menos que este princípio seja o seu fundamento, parte alguma da estrutura do direito internacional subsistirá.

Fenton, Edwin. *32 Problemas na História Universal*. São Paulo, Edart, 1975, pp. 133-4.

45. O TRATADO DE VERSALHES

Uma vez analisado o idealismo wilsoniano que se traduziu nos Quatorze Pontos, estudados no texto anterior, voltamos nossa atenção às reais condições impostas aos alemães. Sabe-se que a delegação alemã, em Paris, foi tratada, virtualmente, como prisioneira, não tendo sequer participado das negociações que levaram ao Tratado. Ao ser informado das condições impostas à Alemanha, o

chefe de sua delegação recusou-se a assinar o Tratado nos termos em que este se apresentava. Os aliados, então, deram um prazo para que o novo governo alemão (República de Weimar) aceitasse integralmente as cláusulas estipuladas.

Um estudo atento dos vários artigos selecionados nos permite compreender o clima de revanchismo e o desejo de esmagar a nação alemã, consubstanciando-se uma situação, diametralmente oposta, àquilo que fora formulado pelos Quatorze Pontos. Nascia, ali, em Versalhes, o revanchismo alemão.

Artigo 42 – A Alemanha está proibida de manter ou construir quaisquer fortificações, seja na margem esquerda do Reno, seja na margem direita, à oeste de uma linha traçada 50 quilômetros a leste do Reno...

Artigo 45 – Como compensação da destruição das minas de carvão ao norte da França e como pagamento parcial da reparação total devida pela Alemanha, pelos danos resultantes da guerra, a Alemanha cede à França a posse total e absoluta, com direitos exclusivos de exploração, desimpedidos e livres de todas as dúvidas e despesas de qualquer tipo, as minas de carvão situadas na Bacia do Sarre...

Artigo 49 – Na função de depositária, a Alemanha renuncia, a favor da Liga das Nações, ao governo do território definido acima.

Ao fim de quinze anos de ter sido posto em vigor o atual tratado, os habitantes do dito território serão chamados a indicar sob que soberania desejam ser colocados...

[Artigo 51, prefácio] – As Altas Partes Contratantes, reconhecendo a obrigação moral de corrigir o mal praticado pela Alemanha em 1871, tanto aos direitos da França quanto aos desejos da população da Alsácia e da Lorena, separadas de seu país, apesar do protesto solene de seus representantes na Assembléia de Bordeaux, concordam quanto aos seguintes artigos:

Artigo 51 – Os territórios que foram cedidos à Alemanha, de acordo com as Preliminares da Paz, assinados em Versalhes em 26 de fevereiro de 1871 e o Tratado de Frankfurt de 10 de maio de 1871, voltaram ao domínio francês, a partir da data do Armistício de 11 de novembro de 1918.

Serão restauradas as condições dos Tratados que estabelecem a delimitação das fronteiras antes de 1871...

Artigo 80 – A Alemanha reconhece e respeitará rigorosamente a independência da Áustria, dentro das fronteiras que podem ser fixadas num Tratado entre aquele Estado e o Aliado Principal e as Potências Associadas; concorda em que esta independência será inalienável, a não ser com o consentimento do Conselho da Liga das Nações.

Artigo 81 – A Alemanha, de conformidade com a ação já realizada pelas Potências Aliadas e Associadas, reconhece a completa independência do Estado Tchecoslovaco, que incluirá o território autônomo dos Rutenianos, ao sul dos Carpatos. Com isso, a Alemanha reconhece as fronteiras deste Estado, como determinadas pelo Aliado Principal e as Potências Associadas e os outros Estados interessados...

Artigo 87 – A Alemanha, de acordo com a ação já adotada pelas Potências Aliadas e Associadas, reconhece a completa independência da Polônia...

Artigo 89 – A Polônia incumbe-se de conceder liberdade de trânsito a pessoas, bens, navios, transportes, comboios e correios em trânsito entre a Prússia Oriental e o restante da Alemanha, através do território polonês, inclusive das águas territoriais, e tratá-los pelo menos tão favoravelmente quanto as pessoas, bens, navios, transportes, comboios e correios respectivamente de nacionalidade polonesa ou outras mais favorecidas.

Artigo 102 – O Aliado Principal e as Potências Associadas propõem-se a estabelecer a cidade de Danzig, junto com o restante do território descrito no Artigo 100, como uma Cidade Livre. Ela será colocada sob a proteção da Liga das Nações...

Artigo 116 – A Alemanha reconhece e concorda em respeitar a independência permanente e inalienável de todos os territórios que fazem parte do antigo Império Russo, em 1º de agosto de 1914.

... A Alemanha aceita definitivamente a revogação dos Tratados de Brest Litovsk e de todos os outros tratados, convenções e acordos de que participou com o Governo Maximalista [*Bolchevista*] na Rússia.

As Potências Aliadas e Associadas reservam-se formalmente os direitos da Rússia obter da Alemanha a restituição e preparação baseada nos princípios do presente Tratado...

Artigo 119 – A Alemanha renuncia em favor do Principal Aliado e das Potências Associadas todos os seus direitos e títulos sobre as possessões de ultramar...

Artigo 159 – As forças militares alemãs serão desmobilizadas e reduzidas como se prescreve adiante.

Artigo 160 – Numa data que não deve ser posterior a 31 de março de 1920, o Exército Alemão não deve compreender mais que sete divisões de infantaria e três divisões de cavalaria.

Depois daquela data, o número total de efetivos no Exército dos Estados que constituem a Alemanha, não deve exceder de cem mil homens, inclusive oficiais e estabelecimentos de depósitos. O exército dedicar-se-á exclusivamente à manutenção da ordem dentro do território e ao controle das fronteiras.

A força efetiva total de oficiais, inclusive o pessoal administrativo, qualquer que seja sua composição, não deve exceder de quatro mil...

Artigo 198 – As forças armadas da Alemanha não devem incluir quaisquer forças militares ou navais...

Artigo 231 – Os Governos Aliados e Associados afirmam e a Alemanha aceita a sua responsabilidade e de seus Aliados por ter causado todas as perdas e prejuízos a que os Aliados e Governos Associados e seus membros foram sujeitos como uma consequência da guerra, imposta a eles pela agressão da Alemanha e de seus aliados.

Artigo 232 – Os Governos Aliados e Associados reconhecem que os recursos da Alemanha não são adequados, depois de levar em conta as diminuições permanentes desses recursos, que resultarão de outros itens deste Tratado, para realizar a indenização completa por todas essas perdas e danos.

Os Governos Aliados e Associados, contudo, exigem e a Alemanha promete que fará compensações por todos os danos causados à população civil das Potências Aliadas e Associadas e a sua propriedade durante o período de beligerância de cada uma, como uma Potência Aliada ou Associada contra a Alemanha...

Artigo 233 – A quantidade do dano acima pela qual deve ser feita compensação pela Alemanha será determinada por uma Comissão Interaliada...

Esta Comissão considerará as condições e dará ao Governo Alemão uma oportunidade justa de ser ouvido.

Os resultados da Comissão, quanto à quantidade de danos definidos como acima, serão concluídos e notificados ao Governo Alemão em 1º de maio de 1921 ou antes, como representando a extensão das obrigações daquele governo...

Artigo 234 – Depois de 1º de maio de 1921, de tempos em tempos, a Comissão de Reparação considerará os recursos e a capacidade da Alemanha e, depois de dar uma oportunidade justa a seus representantes, de serem ouvidos terá o arbítrio de adiar a data, e modificar a forma de pagamentos, como devem ser fornecidos de acordo com o artigo 233; mas não para cancelar uma parte, a não ser com a autoridade específica dos diversos governos representados na Comissão...

Artigo 428 – Como fiança pela execução do presente Tratado pela Alemanha, o território alemão situado à oeste do Reno, junto às cabeças de ponte, será ocupado pelas tropas Aliadas e Associadas por um período de quinze anos, a partir da entrada em vigor do presente Tratado...

Artigo 431 – Se antes da expiração do período de quinze anos a Alemanha cumprir com todas as promessas resultantes do atual Tratado, as forças de ocupação serão retiradas imediatamente.

Fenton, *op. cit.*, pp. 134-35.

46. A VIDA (?) NAS TRINCHEIRAS

A Primeira Guerra Mundial apresentou duas fases bastante nítidas: num primeiro momento, a guerra de movimento, logo seguida, devido ao flagrante equilíbrio entre os dois lados em luta, de uma guerra de posições fixas, em que as trincheiras tornaram-se comuns. Exércitos inteiros, contando com milhares de homens enfiados em trincheiras, separados por alguns quilômetros de distância, passaram longos meses tentando avançar algumas centenas de metros.

A trincheira, verdadeira marca registrada da Primeira Guerra Mundial, é o reflexo do impasse tático, do equilíbrio de forças e da supremacia defensiva. A vida dentro delas, através de relatos de soldados ingleses, franceses, alemães, etc., era um verdadeiro inferno. Ainda hoje, as descrições que nos chegaram causam espanto e horror ante o grotesco do espetáculo.

Os trechos selecionados revelam com clareza o cotidiano marcado pelo medo, pela fome, pelo desespero, pela nulidade da vida, em síntese, pela degradação moral a que chegou o ser humano. Mas, em um ou outro relato é possível, também, perceber que alguma solidariedade, independente da cor da farda que se está usando, ainda sobrou, talvez para lembrar que, apesar de tudo, os homens ainda eram homens.

1. “A mesma velha trincheira, a mesma paisagem,
Os mesmos ratos, crescendo como mato,
Os mesmos abrigos, nada de novo,
Os mesmos e velhos cheiros, tudo na mesma,
Os mesmos cadáveres no fronte.
A mesma metralha, das duas às quatro,
Como sempre cavando, como sempre caçando,
A mesma velha guerra dos diabos.”
A. A. Milne: Combate no Somme
2. “No alto, nas linhas incompletas, os rapazes ficavam a noite toda – tinha caído muita neve e a chuva completou sua evaporação em água. (...) Uma estaca de madeira ajudara a formar uma camada de terra sobre as paredes encharcadas e um homem pode orgulhar-se disso: parecer parte de uma trincheira. A chuva, a chuva

impiedosa, ensopando e entorpecendo – e, assim, passar a noite inteira. (...) Acabo de chegar de um lugar onde jazem 50.000 corpos, ossos e arame farpado por toda parte. Os próprios esqueletos embranqueciam se alguém saía pela colina terrivelmente atacada e destroçada. Botas e ossos saindo pelas paredes do abrigo da gente e, no entanto: lá se é feliz.”

(Sargento Ernest Broughton)

3. “Ainda estou atolado nesta trincheira. (...) Não me lavei, nem mesmo cheguei a tirar a roupa, e a média de sono, a cada 24 horas, tem sido de duas horas e meia. Não creio que já tenhamos começado a rastejar como animais, mas não acredito que me tivesse dado conta se já houvesse começado: é uma questão de somenos.”

(Capitão Edwin Gerard Venning, França)

4. “As rações chegam às trincheiras inglesas em pacotes de dez, em mulas, e então são levadas adiante por mulas humanas. Não foi trazida água, mas o gelo, das crateras formadas pelas bombas, foi dissolvido para esse fim. (...) Logo passou-se a usar um machado para encher os caldeirões com gelo e obter grandes quantidades de água. Nós a usamos para fazer chá durante vários dias, até que um cara notou um par de botas plantado (...) e descobriu que elas estavam enfiadas em um corpo. (...) Em geral, para dormirmos aquecidos, deitávamo-nos uns junto aos outros, dividindo os cobertores – cada homem levava dois. O frio, no entanto, se mostrou preferível à lama (formada com o degelo). (...) Pelo menos, podíamos nos mover.”

(Sargento E. W. Simon, rio Somme)

5. “O campo de batalha é terrível. Há um cheiro azedo, pesado e penetrante de cadáveres. Homens que foram mortos no último outubro estão meio afundados no pântano e nos campos de nabos em crescimento. As pernas de um soldado inglês, ainda envoltas em polainas, irrompem de uma trincheira, o corpo está empilhado com outros; um soldado apóia o seu rifle sobre eles. Um pequeno veio de água corre através da trincheira, e todo mundo usa a água para beber e se lavar; é a única água disponível. Ninguém se importa com o inglês pálido que apodrece alguns passos adiante. No cemitério de Langermark os restos de uma matança foram empilhados e os mortos ficaram acima do nível do chão. As bombas alemãs, caindo sobre o cemitério, provocaram uma horrível ressurreição. Num determinado momento, eu vi 22 cavalos mortos, ainda com os arreios. Gado e porcos jaziam em cima, meio apodrecidos. Avenidas rasgadas no solo, inúmeras crateras nas estradas e nos campos.”

(De Um Fatalista na Guerra, de Rudolf Binding, que serviu numa das divisões da Jungdeutschland.)

6. “Estamos tão exaustos que dormimos, mesmo sob intenso barulho. A melhor coisa que poderia acontecer seria os ingleses avançarem e nos fazerem prisioneiros. Ninguém se importa conosco. Não somos revezados. Os aviões lançam projéteis sobre nós. Ninguém mais consegue pensar. As rações estão esgotadas – pão, conservas, biscoitos, tudo terminou! Não há uma única gota de água. É o próprio inferno!”

(De uma carta encontrada no bolso de um praça alemão na batalha de Somme)

7. “Ao ouvir alguns gemidos quando eu ia para as trincheiras, olhei para um abrigo ou buraco cavado ao lado e achei nele um jovem alemão. Ele não podia se mover porque suas pernas estavam quebradas. Implorou-me que lhe desse água, eu corri atrás de alguma coisa e encontrei um pouco de café que logo lhe dei para beber. Ele dizia todo o tempo ‘Danke, Kamerad, danke, danke’ (*Obrigado, Camarada, obrigado, obrigado*). Por mais que odeie os boches, quando você os está combatendo, a primeira reação que ocorre ao vê-los caídos por terra e feridos é sentir pena. (...) Nossos homens são muito bons para com os alemães feridos. Na verdade, gentileza e compaixão com os feridos, foram talvez as únicas coisas decentes que vi na guerra. Não é raro ver um soldado inglês e outro alemão lado a lado num mesmo buraco, cuidando um do outro, fumando calmamente.”

(Tenente Arthur Conway Young, França, 16 de setembro de 1916)

Roberts, J. M. (org.). *História do Século XX*. São Paulo, Abril, 1974, v. 2, pp. 796, 953, 960 e 961.

47. NADA DE NOVO NO FRONT

Erich Maria Remarque

Em 1929 era publicado, na Alemanha, o livro Nada de Novo no Front de Eric Maria Remarque. Trata-se de uma obra condenatória dos horrores da Primeira Guerra Mundial, escrita por um homem que serviu no exército alemão tendo sido, inclusive, seriamente ferido. Remarque viu de perto o morticínio das trincheiras e seu livro exerceu profunda influência sobre o pensamento pacifista. Basta lembrar que foi proibido, na Alemanha, quando os nazistas assumiram o poder.

Os trechos selecionados procuram enxergar a guerra por um outro viés, através da ótica de quem esteve no front, ameaçado permanentemente pela destruição e pela morte. O autor, na dedicatória, fala às gerações futuras: “Este livro não pretende ser um

libelo nem uma confissão: apenas procura mostrar o que foi uma geração de homens que, mesmo tendo escapado às granadas, foram destruídos pela guerra.”

Através do relato do soldado Paul Bäumer toma-se contato não apenas com os horrores da guerra mas, também, com os sonhos e esperanças frustradas de toda uma verdadeira “geração perdida”.

Estamos no outono. Dos veteranos, já não há muitos. Sou o último dos sete colegas de turma que vieram para cá.

Todos falam de paz e armistício. Todos esperam. Se for outra decepção, eles vão se desmornar. As esperanças são muito fortes; é impossível destruí-las sem uma reação brutal. Se não houver paz, então haverá revolução.

Tenho catorze dias de licença, porque engoli um pouco de gás. Num pequeno jardim, fico sentado o dia inteiro ao sol. O armistício virá e breve, até eu já acredito agora. Então iremos para casa.

Neste ponto meus pensamentos param e não vão mais adiante. O que me atrai e me arrasta são os sentimentos. É a ânsia de viver, é a nostalgia da terra natal, é o sangue, é a embriaguez da salvação. Mas não são objetivos.

Se tivéssemos voltado em 1916, do nosso sofrimento e da força de nossa experiência poderíamos ter desencadeado uma tempestade. Mas se voltarmos agora estaremos cansados, quebrados, deprimidos, vazios, sem raízes e sem esperanças. Não conseguiremos mais achar o caminho.

E as pessoas não nos compreenderão, pois antes da nossa nasceu uma geração que, sem dúvida, passou estes anos aqui junto a nós, mas que já tinha um lar e uma profissão, e que agora voltará para suas antigas colocações e esquecerá a guerra... e depois de nós crescerá uma geração semelhante à que fomos em outros tempos, que nos será estranha e nos deixará de lado. Seremos inúteis até para nós mesmos. Envelhecemos, alguns se adaptarão, outros simplesmente se resignarão e a maioria ficará desorientada: os anos passarão e, por fim, pereceremos todos.

Mas talvez tudo que penso seja apenas melancolia e desalento que desaparecerão quando estiver de novo sob os choupos e ouvir novamente o murmúrio das suas folhas. É impossível que já não existam a doçura que fazia nosso sangue se agitar, a incerteza, o futuro com suas mil faces, a melodia dos sonhos e dos livros, os sussurros e os pressentimentos das mulheres. Tudo isso não pode ter desaparecido nos bombardeios, no desespero e nos bordéis. Aqui as árvores brilham, alegres e douradas, os frutos das sorveiras têm matices avermelhados por entre a folhagem; as estradas correm brancas para o horizonte, os rumores de paz fazem as cantinas zumbirem como colméias.

Levanto-me.

Estou muito tranqüilo. Que venham os meses e os anos, não conseguirão tirar mais nada de mim, não podem me tirar mais nada. Estou tão só e sem esperança que posso enfrentá-los sem medo. A vida, que me arrastou por todos estes anos, eu ainda a tenho nas mãos e nos olhos. Se a venci, não sei. Mas enquanto existir dentro de mim — queira ou não esta força que em mim reside e que se chama *eu* —, ela procurará seu próprio caminho.

Tombou morto em outubro de 1918, num dia tão tranqüilo em toda a linha de frente que o comunicado se limitou a uma frase: “Nada de novo no *front*”.

Caiu de bruços e ficou estendido, como se estivesse dormindo. Quando alguém o virou, viu-se que ele não devia ter sofrido muito. Tinha no rosto uma expressão tão serena que quase parecia estar satisfeito de ter terminado assim.

Remarque, Erich Maria. *Nada de Novo no Front*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, pp. 223-24.

O fato de a Revolução Russa ter se iniciado em 1917, quando este país estava envolvido na Primeira Guerra Mundial, não nos deve levar a pensar que a guerra teria sido a responsável pelo movimento. De fato, a guerra apenas levou ao paroxismo uma situação de “atraso secular” do Império Russo, produzindo, num espaço de tempo muito curto, duas revoluções: a de fevereiro, de caráter nitidamente burguês, e a de outubro, quando os bolcheviques assumiram, com a proposta de transformar a Rússia na primeira sociedade socialista da história.

Tema essencialmente polêmico, a Revolução Russa tem despertado até hoje as mais ardentes controvérsias entre historiadores, sociólogos e estudantes. Tais polêmicas dizem respeito às razões da Revolução e, sobretudo, aos caminhos ou descaminhos a partir da tomada do poder pelos bolcheviques. Nem todos esses assuntos serão abordados neste capítulo, uma vez que procuramos restringir a análise apenas ao processo histórico do período entreguerras. O período stalinista, as vicissitudes da desestalinização kruschevista e o período subsequente ficarão para um outro volume desta série.

Importa, agora, tentar compreender e discutir os motivos da revolução e os primeiros passos para a edificação de uma sociedade socialista. Para tanto, valemo-nos fundamentalmente de depoimentos de contemporâneos. Aquelas pessoas que direta ou indiretamente presenciaram os acontecimentos tiveram sua voz trazida para este volume, na esperança de conseguirmos captar as emoções do momento revolucionário, a consciência de que algo novo estava presente, de que uma página extremamente significativa da história estava sendo virada.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Como Volin explica a criação dos soviets?
2. Quais eram as críticas que Lenine fazia ao governo provisório nas Teses de Abril? E qual o caminho que ele apontava para os bolcheviques?

3. Como as Teses de Abril se refletem nos manifestos iniciais do movimento revolucionário de Outubro?
4. Como Lenine justificava a necessidade da NEP?
5. Como Kollontai justifica as diferenças entre a Oposição Operária e o governo bolchevique?
6. Como se apresentam as discussões entre os historiadores que procuram interpretar a Revolução Russa?

48. A CRIAÇÃO DOS SOVIETS

Volin

Durante os acontecimentos de 1905, um particularmente estava destinado a se tornar decisivo na história da Rússia. Referimo-nos à criação dos primeiros soviets, ou conselhos, que estariam, de agora em diante, à frente dos acontecimentos até 1917. Volin (Vsevolod Mikailovitch Eichenbaum – 1882-1945) elemento ligado ao grupo dos emigrados anarquistas russos, acompanhou de perto a revolução de 1917. Mas, no texto abaixo, ele reconstitui um fato anterior: quando um grupo de operários, em 1905, resolveu criar aquele que seria o primeiro dos soviets, na ocasião em que as greves organizadas na esteira do movimento revolucionário já começavam a findar.

Entretanto, a greve chegava ao fim. Todos os dias grupos de operários retomavam o trabalho. Ao mesmo tempo, os donativos diminuíam. Então a grave questão voltou: *Que fazer? Como continuar a ação? E como ela seria possível a partir de agora?*

A perspectiva de nos separar para sempre sem tentar prosseguir uma ação comum nos parecia difícil e absurda. A decisão de aderir individualmente ao partido que escolhêssemos já não nos satisfazia mais. Estávamos à procura de outra coisa. (...)

Foi então que uma noite onde, como de hábito, havia em minha casa muitos operários (...) surgiu dentre nós a idéia de criar um organismo permanente: uma espécie de comitê ou melhor, de conselho, que vigiaria o desenvolvimento dos acontecimentos, servindo de ligação entre todos os operários, informando-os sobre a situação e que poderia, em caso de necessidade, reunir em torno dele as forças operárias revolucionárias.

Não me lembro exatamente como é que essa idéia brotou. Mas tenho a impressão de que foram os próprios operários que a lançaram.

A palavra *soviet*, que significa exatamente *conselho* em russo, foi pronunciada com esse sentido específico pela primeira vez nessa reunião. Tratava-se, em suma, desse primeiro esboço, de uma espécie de *permanência social operária*.

A idéia foi adotada. A reunião prosseguiu tentando fixar as bases da organização e do funcionamento desse “Soviet”. O projeto tomou então rapidamente uma grande envergadura.

Decidiu-se que os operários de todas as grandes fábricas da capital seriam informados, e que se procederia à eleição dos membros do organismo que foi designado pela primeira vez, *Conselho (Soviet) dos Representantes Operários*. Essas eleições seriam realizadas sem grande alarde.

Volin. *A Revolução Desconhecida. Nascimento, Crescimento e Triunfo da Revolução Russa (1825-1917)*. São Paulo, Global, v. I. 1980, pp. 91-2.

49. AS TESES DE ABRIL

François-Xavier Coquin

A Revolução de Fevereiro, através do Governo Provisório, passava a ter um referencial burguês, com um nítido caráter de conciliação e manutenção de compromissos da monarquia destituída. Pressentindo tal situação, Lenine consegue retornar à Rússia, desembarcando na Estação Finlândia e sendo recebido com entusiasmo. É na chegada que pronuncia as famosas “Teses de Abril”, considerando a inevitabilidade da revolução socialista. A burguesia nada mais tem a oferecer; ela é incapaz até mesmo de realizar o seu próprio projeto político. O texto de Coquin aborda justamente essa fala de Lenine, expondo as principais teses então anunciadas.

Tendo partido de Zurique a 28 de março, Lenine chegava a Petrogrado na noite de 3 abril. Num breve discurso de acolhimento, Ckhéjdzé, delegado do Soviete para a recepção, convida-o a participar na “defesa da nossa revolução contra todos os ataques internos ou externos”. A esta concepção da revolução como um fato consumado e que convém simplesmente regulamentar, Lenine contrapõe imediatamente a concepção de uma revolução aberta, de uma revolução que desembocaria na conquista insurrecional do poder pelo proletariado. Tal é, de fato, o sentido das famosas dez teses improvisadas por Lenine no próprio dia da sua chegada, e retomadas no dia seguinte (4 de abril) perante a seção bolchevique da Primeira Conferência dos Soviotes. Essas propostas soavam a verdadeiros desafios à política menchevique: Lenine denunciava a “chantagem do patrio-

tismo”, que levava a confiar a um governo burguês o cuidado de defender, perante o exterior, a democracia revolucionária; opunha à democracia burguesa preconizada pelos mencheviques uma “república dos soviets”, uma república de classe, única plenamente democrática. A nacionalização dos bancos, o controle da produção pelos operários, a reconstituição da Internacional, uma paciente doutrinação das massas pelos bolcheviques, ainda minoritários – tais eram, segundo ele, as primeiras condições do êxito.

Restava impor este programa ao comitê central do Partido Bolchevique e aos “velhos bolcheviques” que, conquistados pela Revolução de Fevereiro, objetavam com o não aniquilamento da revolução burguesa e com a fraqueza atual do proletariado. Este foi o trabalho da Sétima Conferência dos Bolcheviques da Rússia (24-29 de Abril), que, ao adotar as teses leninistas, fez delas o guia de ação revolucionária do partido. O programa bolchevique estava daí em diante definido: nenhuma concessão à defesa nacional, nenhum apoio ao governo provisório, todo o poder aos soviets.

Assim se operava no espírito dos companheiros de armas de Lenine e do proletariado uma fundamental reconversão política e psicológica: familiarizavam-se com uma fase que se imaginara longínqua e aleatória, a *tomada do poder*. Ora, e devia ser este o fator decisivo, a palavra e a doutrina de Lenine acertavam em cheio no alvo: chegara realmente a Petrogrado numa época em que a revolução começava a bater em retirada perante os imperativos da defesa nacional, e em que as potências aliadas acabavam de enviar ao Soviete de Petrogrado alguns deputados socialistas (A. Thomas e M. Cachin, nomeadamente, do lado francês), para o interessar na continuação dos esforços de guerra contra a Alemanha. À falta de objetivos claramente definidos, esta revolução, refreada por dirigentes mencheviques de colarinho rígido e casaca e com quem as massas operárias tinham dificuldade em se identificar, perdia o fôlego. Único a ter um programa, Lenine dava um sentido a esta revolução enquanto procurava um revolucionário.

Coquin, François-Xavier. *A Revolução Russa*. 2ª ed., Lisboa, Edições 70, pp. 85-8.

50. OUTUBRO

John Reed

John Reed, americano que viveu intensamente os dias memoráveis da Revolução Russa, deixou um relato que já se tornou clássico: Os Dez Dias que Abalaram o Mundo. A importância desse relato pode ser avaliada quando se sabe que o próprio Lenine

prefaciou a edição americana, recomendando-o “aos operários de todos os países”. A leitura do livro de John Reed é imprescindível. Escolhemos um pequeno trecho, onde o autor nos mostra o febril movimento do Congresso Pan-Russo dos Sovietes, na quarta-feira, 7 de novembro (corresponde ao mês de outubro no calendário russo, atrasado cerca de treze dias em relação ao nosso).

A assembléia vencera o temor dos primeiros momentos. Agora, não hesitava mais. Estava decididamente pela vitória armada da insurreição.

Resolveu não levar em consideração a retirada de algumas facções. Em seguida, começou a discutir o seguinte manifesto, dirigido aos operários, soldados e camponeses de toda a Rússia:

“OPERÁRIOS, SOLDADOS, CAMPONESES”

O Segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes dos Deputados Operários e Soldados acaba de iniciar seus trabalhos. Representa a imensa maioria dos soviets camponeses. O antigo Tsik oportunista não tem mais qualquer poder. Apoiando-se na vontade da imensa maioria dos operários, soldados e camponeses e na vitória dos operários e da guarnição de Petrogrado, o Congresso assume o poder.

O Governo Provisório foi deposto. A maior parte dos seus membros já está presa.

O poder soviético vai propor uma paz democrática imediata a todas as nações e um armistício imediato em todas as frentes. Vai proceder à entrega dos bens dos grandes proprietários de terras, da Coroa e da Igreja aos comitês de camponeses. Vai defender os direitos dos soldados e estabelecer uma completa democracia no Exército. Vai instituir o controle operário da produção, assegurar a convocação da Assembléia Constituinte na data fixada e agir com presteza no sentido de abastecer as cidades de pão e as aldeias de todos os gêneros de primeira necessidade. Vai também assegurar a todas as nacionalidades da Rússia o direito absoluto de disporem de si próprias.

O Congresso resolve transferir em todas as províncias o exercício do poder aos soviets dos deputados operários, camponeses e soldados, que devem manter a mais perfeita disciplina revolucionária.

O Congresso convida os soldados das trincheiras a se conservarem vigilantes e firmes. O Congresso dos Sovietes está firmemente convencido de que o Exército revolucionário se acha disposto a lutar em defesa da revolução, repelindo os ataques imperialistas, até que o novo governo possa firmar, definitivamente, a paz demo-

crática que proporá imediatamente a todos os povos. O novo governo vai cuidar imediatamente de satisfazer as necessidades do Exército revolucionário, através de uma firme política de requisições e de taxaão das classes de proprietários, em favor do melhoramento da situação das famílias dos soldados.

Os kornilovistas – Kerenski, Kaledin e outros – esforçaram-se para atirar as tropas contra Petrogrado. Vários regimentos, que haviam sido enganados por Kerenski, já passaram para o lado do povo insurreto.

Soldados! Lutem ativamente contra o kornilovista Kerenski! Alerta!

Ferrovários! Parem todos os trens de tropas enviadas por Kerenski contra Petrogrado!

Soldados, operários, funcionários: o destino da revolução e da paz democrática está em suas mãos!

Viva a revolução!”

O Congresso Pan-Russo dos Sovietes dos Deputados Operários e Soldados.

Os delegados dos Sovietes camponeses presentes.

Eram exatamente cinco horas e dezessete minutos da manhã, quando Krilenko, cambaleando de cansaço, subiu à tribuna com um telegrama na mão: – Camaradas! Acabamos de receber o segundo telegrama da frente norte. – E leu: – “O 2º Exército saúda o Congresso dos Sovietes e comunica a formação do Comitê Militar Revolucionário, que assumiu o comando da frente norte...” (*Delírio indescritível. Os delegados atiraram-se uns nos braços dos outros, chorando.*) Krilenko continua: – “O General Tcheremissoff reconheceu o comitê. O comissário do Governo Provisório, Voitinski, pediu demissão...”

A situação, pois, era a seguinte: Lenine e os operários de Petrogrado haviam se resolvido pela insurreição; o soviete de Petrogrado derrubara o Governo Provisório e colocara o Congresso dos Sovietes ante um fato consumado, ante um vitorioso golpe de Estado. Faltava, agora, conquistar a imensa Rússia... e, depois, o mundo. A Rússia iria apoiar a insurreição de Petrogrado? Iria também sublevar-se? E o mundo? Os povos iriam atender ao apelo que se lhes dirigia? A onda vermelha iria erguer-se da mesma forma no resto do mundo?

Já haviam soado as seis horas da manhã, mas ainda era noite fechada. Fazia frio. Lentamente, uma estranha claridade pálida invadiu as ruas, amortecendo a luz das fogueiras. Eram os primeiros clareões da intensa madrugada que começava em toda a Rússia.

Reed, John. *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, pp. 128-30.

51. LENINE JUSTIFICA A NEP

Ao final da Guerra Civil (1918-1921), a Rússia encontrava-se completamente arrasada. A tarefa dos bolcheviques era extraordinariamente grande e dificilmente se conseguiria implantar o socialismo nas ruínas e escombros. Em função dessa conjuntura, observa-se a criação da Nova Política Econômica (NEP), que deve ser entendida, de uma certa maneira, como uma forma de transição para o socialismo. Muito já se discutiu a respeito. Os mais apressados entenderam que, com a NEP, Lenine decretava o fracasso do movimento, que agora voltava ao capitalismo. Não é bem isso, como o próprio Lenine se encarregou de demonstrar, ao afirmar que se tratava de “dar um passo atrás para poder dar dois passos à frente”. No texto que se segue, temos a conclusão a um artigo de Lenine, intitulado “Sobre o imposto em espécie”, publicado em maio de 1922.

Façamos um resumo.

O imposto em espécie é a transição do comunismo de guerra para uma justa troca socialista de produtos.

A extrema ruína, agravada pela má colheita de 1920, fez com que essa passagem se tornasse necessária com a máxima urgência, diante da impossibilidade de se estabelecer com rapidez a grande indústria.

Dá que, em primeiro lugar, tenha que se melhorar a situação dos camponeses. Meios: imposto em espécie, desenvolvimento da troca entre a agricultura e a indústria, desenvolvimento da pequena indústria.

A troca significa a liberdade de comércio, é capitalismo. Este é útil para nós, na medida em que nos ajude a lutar contra a dispersão do pequeno produtor, e, em certo grau, contra o burocratismo. Em que medida? A prática e a experiência o comprovarão. Para o poder proletário nada há de terrível nisso, uma vez que o proletariado sustente firmemente o poder em suas mãos, na medida em que mantenha firmemente em suas mãos os meios de transporte e a grande indústria.

A luta contra a especulação deve ser transformada em luta contra os roubos e contra o modo de enganar a vigilância, o registro e o controle do Estado. Com esse controle dirigiremos o capitalismo, em certo grau indispensável e imprescindível para nós, para a vida do capitalismo de Estado.

Desenvolver em todos os sentidos e por todos os meios, custe o que custar, a iniciativa e a autogestão locais no que se refere ao estímulo da troca entre a agricultura e a indústria. Estudar a experiência prática nesse sentido e conseguir a maior variedade possível desta.

Apoiar a pequena indústria que atende à agricultura camponesa e a ajuda a se levantar. Ajudá-la inclusive, até certo ponto, com a entrega de matérias-primas do Estado. O mais criminoso é deixar matérias-primas sem transformar.

Não temer que os comunistas “aprendam” com os especialistas burgueses, inclusive com os comerciantes, com os pequenos capitalistas sócios das cooperativas, com os capitalistas em geral. Aprender com eles de forma diferente, mas essencialmente do mesmo modo como se aprendeu com os militares profissionais. Os resultados do “aprendizado”, comprová-los somente com a experiência prática; façam melhor do que os especialistas burgueses que estão do seu lado; saibam conseguir, de um ou de outro modo, o avanço da agricultura, o incremento da indústria, o desenvolvimento da troca entre a agricultura e a indústria. Não neguem o pagamento pelo “aprendizado”; não tenham pena de pagar muito pelo aprendizado, desde que ele seja útil.

Ajudar a massa trabalhadora por todos os meios, vinculando-se a ela, destacar de seu interior centenas e milhares de trabalhadores sem-partido para administrar a economia. E aos sem-partido, que no fundo não passam de mencheviques e de socialistas-revolucionários enfeitados com a roupa da moda, ou seja, com a roupa dos sem-partido no estilo de Kronstadt, há que mantê-los zelosamente na prisão, ou então enviá-los para Berlim, ao encontro de Martov, para que ali gozem livremente todas as delícias da democracia pura, para que troquem, livremente suas opiniões com Tchernov, Miliukov e com os mencheviques georgianos.

21 de abril de 1921.

Lenine, v. I. Sobre o imposto em espécie – O significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: Bertelli, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987, pp. 179-81.

52. A OPOSIÇÃO OPERÁRIA

Alexandra Kollontai

Um dos temas mais polêmicos envolvendo a Revolução Russa é o do relacionamento do Partido Bolchevique com os sindicatos. O clímax é atingindo em 1921-22, quando se organiza a Oposição Operária, finalmente dissolvida pelo Partido, que impôs suas normas e seus burocratas, eliminando toda e qualquer possibilidade de os sindicatos terem autonomia. O texto de Kollontai, uma das figuras mais expressivas da Oposição Operária, aborda as origens e o programa do grupo.

Antes de esclarecer os motivos do distanciamento cada vez maior entre a Oposição Operária e o ponto de vista oficial dos nossos dirigentes, é necessário chamar a atenção para dois fatos:

1. A Oposição Operária nasceu do proletariado industrial da Rússia soviética. Mas não surgiu apenas das condições insuportáveis de vida e de trabalho em que se encontram sete milhões de operários; é também um produto das guinadas, das incoerências e mesmo dos desvios da nossa política soviética quanto aos princípios de classe inicialmente expressos no programa comunista.

2. A Oposição não teve origem num centro determinado, não foi produto de brigas ou antagonismos pessoais; ao contrário, ela se estendeu por toda a Rússia soviética, e hoje ecoa nos quatro cantos do país.

Atualmente predomina a visão de que toda a controvérsia nascida entre a Oposição Operária e as numerosas tendências entre os dirigentes consiste apenas na diferença de opiniões quanto aos problemas que os sindicatos enfrentam. Isto não é verdade. A divergência é bem mais profunda, apesar dos representantes da Oposição Operária nem sempre serem capazes de a exprimir e definir claramente. Como se trata de uma questão vital para a construção da nossa República, imediatamente surgem controvérsias sobre toda uma série de problemas essenciais, tanto econômicos como políticos. (...)

Só a Oposição Operária não pode nem deve assumir compromissos. Isto não significa, no entanto, que ela “provoque uma cisão”. Nada disso. O seu papel é inteiramente diferente. Mesmo em caso de derrota no Congresso, ela deve permanecer no Partido e defender ponto por ponto a sua opinião, clarificando sua linha de classe.

Em resumo: qual é o programa da Oposição Operária?

1. Constituir um órgão dos operários – os próprios produtores – para a administração da economia.

2. Para que os sindicatos se transformem, deixem de ser assistentes passivos dos organismos econômicos, participem ativamente e manifestem a sua capacidade criadora, a Oposição Operária propõe uma série de medidas preliminares com vista a uma realização ordenada e gradual deste objetivo.

3. A transferência das funções administrativas da indústria para as mãos dos sindicatos não deve ser feita antes do Comitê Central Executivo Pan-Russo dos Sindicatos ter considerado que os sindicatos são capazes e estão suficientemente preparados para assumir esta tarefa.

4. Todas as nomeações para os postos administrativos da economia devem ser feitas com consentimento dos sindicatos. Todos os candidatos por eles nomeados são irrevogáveis. Todos os responsáveis nomeados pelos sindicatos são responsáveis perante eles e só pelos sindicatos podem ser destituídos.

5. Para pôr em prática todas estas proposições é necessário reforçar os núcleos de base dos sindicatos e preparar os comitês de fábrica e de oficina para gerir a produção.

6. Concentrando num só órgão toda a administração da economia pública (suprimindo a atual dualidade entre o Conselho Superior da Economia Nacional e o Comitê Executivo Pan-Russo dos Sindicatos) deve ser criada uma vontade única que facilitará a execução do plano e fará nascer o sistema comunista da produção.

É isto o sindicalismo? Não será, pelo contrário, aquilo que está inscrito no programa do Partido? Quem sabe sindicalismo não são os princípios subscritos pelos camaradas que se desviam do programa?

Kollontai, Alexandra. *Oposição Operária 1920-1921*. São Paulo, Global, 1980, pp. 7 e 43-4.

53. A REVOLUÇÃO RUSSA: DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Dietrich Geyer

Provavelmente não existe, na história contemporânea, outro tema mais polêmico do que a Revolução Russa. Historiadores não podem ser neutros e, com relação a esse tema, trata-se de uma atitude impossível. Tentar fazer um levantamento de todas as opiniões a respeito também é praticamente impossível. Optamos, portanto, por apresentar um resumo das observações expostas por Dietrich Geyer na Enciclopédia Marxismo y Democracia, onde se faz um apanhado geral das questões colocadas pelos historiadores marxistas e não-marxistas. Os primeiros, bastante presos às teses leninistas que já foram abordadas nos capítulos do Imperialismo e Primeira Guerra Mundial. Os demais, apesar de reconhecerem a importância da Revolução, têm dirigido suas observações para questões do tipo: por que teria ocorrido esta Revolução na Rússia? Ou então: Por que fracassou a experiência democrático-burguesa de fevereiro? O texto, embora extremamente sintético, tenta dar conta desta problemática.

Com relação à história da revolução russa, as posições dos intérpretes não-soviéticos não podem basear-se em teses lapidares. Repassando todas as diferenças que existem com relação a este problema fora do mundo comunista, as concepções que se podem expor aqui contradizem, de imediato, os pontos de vista fundamentais soviéticos. A frase axiomática que eleva a revolução socialista à categoria de um imperativo histórico é rechaçada, com o que cai por terra também a possibilidade de aceitar as amplas deduções dos histo-

riadores soviéticos. Esta contraposição notável não significa, sem embargo, que a investigação ocidental se circunscreveu radicalmente aos problemas colocados com isso, pois, apesar da repulsa ao grosseiro determinismo histórico, sempre se discutiu, da forma mais violenta, se e em que medida poder-se-ia atribuir ao desenvolvimento russo em 1917 elementos intrinsecamente inevitáveis. A atualidade desta questão, jamais esgotada, explica-se apenas parcialmente pelo esforço de contrapor à interpretação autêntica dos revolucionários bolcheviques e de seus sucessores seus próprios critérios de medida. A este respeito, mostra-se não menos eficaz o fato de que o problema da legitimidade histórica permaneceu discutido na ciência histórica não marxista e que uma vez ou outra torne a se colocar a questão de se ao processo histórico é inerente uma lógica interna. Aqui continua existindo a principal diferença entre a tradição do pensamento progressista liberal e o princípio histórico de uma história radicalmente aberta. Assim, pois, compreende-se que esta tensão apareça com insistência precisamente nos julgamentos sobre a Revolução de Outubro. Na atualidade, a utilização de modernos métodos e teorias científico-sociais e econômicos deu novo impulso às controvérsias, que entretanto já são históricas.

As diferenças de opinião que se encontram nas investigações ocidentais se evidenciam concretamente nas controvérsias em torno a complexos problemas centrais: 1) os fundamentos da derrubada do sistema czarista na Primeira Guerra Mundial; 2) as causas do fracasso das experiências democrático-burguesas da revolução de fevereiro; 3) as causas da vitória dos bolcheviques na Revolução de Outubro e de sua capacidade para manter-se no poder. (...)

Todas as manifestações soviéticas a respeito da Revolução de Outubro se baseiam no dogma da teoria marxista-leninista, segundo o qual a passagem do capitalismo ao socialismo (e ao comunismo) seria historicamente inevitável em virtude das leis objetivas do desenvolvimento social. O teorema da legitimidade histórica se relaciona também com a Revolução de Outubro. Em estreita conexão com Lenine, se parte do princípio de que a revolução socialista, desde o período do fim do século, havia se convertido em uma tarefa imediatamente prática da luta das classes proletárias, devido ao fato de que o capitalismo (o sistema capitalista mundial) havia iniciado então seu "mais elevado" e último estágio, ou seja, o imperialismo. Esta afirmação não leva os historiadores soviéticos a passar por cima da arquidiscutida questão de porquê a revolução socialista não iniciou seu processo nos países industrialmente desenvolvidos, mas nos mais atrasados tanto do ponto de vista sócio-econômico como político, como é o caso da Rússia. Ao responder a esta questão, remetem-se continuamente a Lenine e, de imediato, à "lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas na

época do imperialismo”, fundada cientificamente por Lenine segundo se diz. No que diz respeito aos pressupostos históricos da Revolução de Outubro, derivam-se uma série de conclusões, que é possível agrupar, seguindo um sistema teórico, do seguinte modo:

1. Sem levar em conta a demora com que a Rússia entra no século XIX no estágio do capitalismo, o império dos czares não atrasou o novo estágio imperialista, mas o alcançou ao mesmo tempo que os países capitalistas desenvolvidos. (...)

2. O potencial revolucionário que determinou o desenvolvimento em direção à revolução socialista era a classe trabalhadora russa. Sob a direção de sua vanguarda, o Partido Bolchevique, esta classe se converteu na força motriz e diretriz do processo revolucionário. Na luta contra o regime czarista, o proletariado russo se aliou com a massa de milhões de camponeses necessitados e oprimidos, do que resultou que na Rússia pôde irromper a revolução proletária contra a burguesia ao mesmo tempo que a revolução dos camponeses contra os grandes proprietários. A este respeito, a hegemonia da classe trabalhadora nunca se pôs em dúvida. (...)

3. A aliança dialética entre progresso e atraso, capitalismo altamente desenvolvido e elementos de opressão feudal e nacional, deu, como resultado, a peculiaridade do desenvolvimento russo. Ao mesmo tempo, explica especialmente o grau de maturidade da Rússia no caminho para a revolução socialista. Por causa de seus antagonismos intensos, o império czarista era um membro que corria o maior perigo no sistema capitalista mundial e constituía o elo mais fraco da cadeia do imperialismo, o “ponto crucial das contradições na época imperialista”. (...)

4. A Primeira Guerra Mundial agudizou ao máximo as contradições do imperialismo em todo o mundo. Esta guerra imperialista não foi, claro, a causa da revolução socialista na Rússia, mas um fator estimulante e acelerador de seu desenvolvimento. A revolução democrático-burguesa de fevereiro que derrubou o czarismo, não pôde resolver as contradições, extraordinariamente agudizadas como consequência da guerra. O poder caiu nas mãos da burguesia. Além disso, a Rússia, sob o governo provisório e o chamado “duplo poder”, continuou, então como sempre, sendo um país imperialista. O proletariado russo, ao qual corresponde o maior mérito na derrubada do czarismo, passou a ser agora a *vanguarda do proletariado mundial e da revolução internacional*.

Geyer, Dietrich. Revolución de octubre. In: Kernig, op. cit., tomo 8, pp. 132-147. (Tradução dos organizadores).

O conceito de fascismo vem sendo discutido por historiadores, sociólogos, filósofos, economistas e psicólogos há bastante tempo. Sem dúvida, o fenômeno do fascismo é bastante complexo, se considerarmos as suas origens, a sua evolução e principalmente a sua transformação através do tempo.

Assim, não se pode limitar o fascismo ao período compreendido entre as duas guerras mundiais, pois ele pode emergir nos mais diversos momentos sob formas variadas.

Por muitos anos, a explicação econômica do fascismo reinou absolutamente entre os estudiosos do tempo. De fato, ela se mostra satisfatória em certos aspectos, mas insuficiente quando são analisadas as rejeições e as afirmações do fascismo. Para os chamados “economicistas”, os capitalistas da Itália e da Alemanha se viram frente a frente com uma classe operária organizada e revolucionária após a Primeira Guerra Mundial e nos anos que se seguiram à Grande Depressão. Para que o movimento organizado da classe trabalhadora fosse esmagado, o grande capital se aliou aos partidos fascistas a fim de empreender uma contra-revolução.

Tal análise restringe o que aconteceu nas décadas de 20, 30 e 40 do século XX a um projeto político de poucos homens, que seriam os responsáveis por tudo que aconteceu. Como observa o prof. Alcir Lenharo, “para uma abordagem histórica do fenômeno nazista, faz-se primordial desvendá-lo não como uma obra de meia dúzia de endemoninhados; é preciso alcançar a dimensão social de uma experiência originária de sérios embates, fruto da crise por que passava o mundo capitalista” (Lenharo, Alcir. *Nazismo. O Triunfo da Vontade*. São Paulo, Ática, 1986, p. 11).

Quando se pensa que o fascismo rejeita a democracia – considerada fraca diante das pressões que determinados grupos podem exercer – o individualismo e a razão, fica mais fácil perceber a sua permanência. O fascismo não foi apenas um “mau momento” ou uma “má experiência”, e, também, não se pode estendê-lo até os dias atuais sem alterações de suas características consideradas

clássicas. Para Félix Guattari, “dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: ‘o fascismo não passará’. Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução; parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro” (Guattari, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 188-9).

Como exemplo de catástrofe, Guattari cita o desastre chileno de 1973, e termina a parte das notas ao texto “Micropolítica do fascismo” (da obra citada anteriormente) com uma afirmação instigante: “Uma máquina totalitária enquanto tal, seja qual for o regime político do país onde ela está implantada, cristaliza sempre um desejo fascista”. Sem dúvida é preciso que se pense bastante nestas palavras.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Henri Michel nos apresenta as rejeições e as afirmações do fascismo, fundamentais para se conceituar o fenômeno. Procure elaborar um conceito de fascismo a partir das proposições do autor.
2. Como Leandro Konder analisa a adesão das massas ao movimento fascista?
3. Para Hannah Arendt, o sucesso do fascismo não pode ser atribuído apenas à propaganda. Como ela nos explica o êxito dos movimentos totalitários?
4. Quais são as contribuições de Nicos Poulantzas e de Erich Fromm para a interpretação do fascismo?
5. Explique de que maneira a situação econômico-social da Alemanha na década de 30 contribuiu para a emergência do fascismo.
6. O programa do Partido Nacional Socialista confirma as análises feitas pelos diversos autores citados anteriormente? Quais aspectos podem ser destacados no programa que confirmam as interpretações?
7. “A Traição” pode ser considerada como um retrato da nazificação da sociedade alemã? Justifique.

54. AS REJEIÇÕES E AS AFIRMAÇÕES DO FASCISMO

Henri Michel

Henri Michel é autor de uma vasta bibliografia da história do nosso tempo, com destaque para a história da Segunda Guerra Mundial e da Resistência Francesa. O seu livro Os Fascismos (Les

Fascismes, P.U.F., Paris, 1977) constitui-se em um ensaio de clarificação dos traços principais comuns do fascismo, tanto nos aspectos ideológicos como práticos. No texto selecionado, o autor nos apresenta o fundo fascista comum, uma mistura de rejeições e proposições, como ele mesmo afirma “uma espécie de limiar mínimo de um conjunto complexo, no qual se enxertam variantes”.

O que o fascismo rejeita *a priori* e totalmente é a sociedade liberal do século XIX, inspirada pela “filosofia das luzes”, transposta politicamente na Revolução Francesa. O fascismo não crê que os homens sejam iguais, nem que o homem seja naturalmente bom. Põe de lado Descartes, Kant, Rousseau, e, com estes, o positivismo, gerador do cientismo e da esperança num progresso contínuo. Essa condenação global dá origem a algumas rejeições.

Rejeição da democracia, considerada “podre” porque, sendo um regime de fraqueza dominado pelos grupos de pressão, é incapaz de salvaguardar o interesse nacional; o sistema parlamentar não passa de um jogo estéril, de um verbalismo alheio às realidades da nação; o pluralismo dos partidos apenas gera divisões e discussões inúteis; a escolha, pelo povo, dos dirigentes políticos é uma nociva quimera;

Rejeição, por conseguinte, do individualismo, dos direitos do homem, da “dignidade da pessoa humana”; porque o indivíduo não tem nenhum direito; apenas existe pela comunidade na qual se integra; precisa ser enquadrado e comandado;

Rejeição da sociedade liberal, porque a liberdade degenera em licença, e a licença em enfraquecimento da coesão do grupo; o grupo tem o direito de punir aqueles que recusam agregar-se-lhe; a justiça não tem como objeto defender o indivíduo, mas sim velar pela integridade do grupo, aplicando sanções àqueles que a prejudicam;

Rejeição dum comportamento comandado pela razão, que abafa o impulso vital; o fascismo é uma reação antiintelectualista, uma desforra do instinto; prega o culto da ação, proclama a virtude da violência.

Ao mesmo tempo, o fascismo combate o “socialismo marxista”, porque este é fundado na luta de classes e conduz à divisão e enfraquecimento do grupo social; não crê no esquema marxista do caráter irreversível da história. Censura também a liberdade econômica, o *laissez faire*, que permite aos fortes esmagar os fracos, em detrimento da coletividade, e muitas vezes esconde o domínio de um povo pobre por outro mais rico. Às internacionais comunista e capitalista, o fascismo procura contrapor o seu “socialismo nacional”.

AS AFIRMAÇÕES DO FASCISMO

Estas críticas não constituem novidade; o fascismo não fez mais do que popularizá-las; completa-as, em antítese, com afirma-

ções e proposições, que só assumem alguma originalidade pela sua conjunção; foi assim que se elaborou a pouco e pouco, ao correr da ação, uma doutrina quase coerente.

O fascismo é em primeiro lugar um *nacionalismo* exacerbado. A nação, sagrada, é o bem supremo. O seu interesse exige uma tripla coesão interna, política, social e étnica, e exige também a supressão dos antagonismos que a dividem e enfraquecem. O fascismo repudia a época que o precedeu — proclama-se revolucionário — e procura os seus modelos num passado da nação mais ou menos mítico — a germanidade, a latinidade, a hispanidade, o helenismo, a francidade, etc. Nesta idade de ouro, a nação era pura de qualquer elemento alheio; para a purificar de novo, o fascismo é xenófobo, racista, e, ao fim e ao cabo, anti-semita. Povo, Nação, Raça exprimem então a mesma realidade histórica.

O nacionalismo fascista é altivo e ambicioso; não há fronteira que não pretenda violar; há sempre um tratado qualquer que quer reverter e algum território que pretende recuperar; no passado, encontra com facilidade um período de grandeza que pretende igualar. Apoiado pelo exército, escorado nos antigos combatentes, procurando a cooperação dos compatriotas exilados, o fascismo vai acabar naturalmente no *imperialismo*. Ridiculariza o *pacifismo dos balidos*, a começar pela Sociedade das Nações; exalta a aventura, o soldado, a luta; às soluções negociadas, prefere o *diktat* da vitória. Contém em si a guerra, como a nuvem negra contém o raio.

Para que a nação tenha a certeza de poder viver e prosperar, o *Estado* deve ser forte e autoritário. A centralização suprimirá os particularismos locais; o Estado fará prevalecer o interesse coletivo sobre os dos indivíduos, dos grupos profissionais ou das classes sociais. A *ditadura* que vai ser instituída confundirá os aparelhos do Estado e da ideologia partidária, à custa duma legalidade que suplantará a noção de Salvação Pública. O Estado será policial e a Justiça estará às suas ordens; as funções de advogados, acusadores, juízes, serão amalgamadas, porque o acusado será julgado pelas suas intenções e “moralidade política”, mais do que pelos seus atos; como outrora a Inquisição para os heréticos, o tribunal fascista esconjurará as impurezas nacionais.

Este Estado forte encarna-se num *chefe*, providencial, guia e salvador da nação, erguido da massa pelo impulso da sua personalidade; a sua palavra é lei e é também a verdade. As paredes de Roma proclamavam que “Mussolini tinha sempre razão”, e as multidões nazis gritavam o seu êxtase perante o “gênio” do Führer. Não há grupo fascista que não faça sacrifício ao culto do chefe; aliás, o *führer-prinzip* deve afirmar-se em todos os escalões da sociedade, tanto na economia como na administração.

Entre o chefe e o povo, o intermediário, a correia de transmissão é o *partido único*; este deve reunir um escol e, por meio de um

movimento juvenil único, deve também promover a sua renovação. A sociedade urdida pelo fascismo é hierarquizada; uns comandam, os outros crêem e obedecem, mas o poder vem sempre de cima; os fascistas travam a sua primeira batalha na rua, contra os seus adversários; passado isto, “reina a ordem” e a população é enquadrada territorial e profissionalmente, em organismos destinados a modificar o Estado. Assim irá surgindo, a pouco e pouco, uma nova classe dirigente.

Esta sujeição da população é justificada pelo fascismo com a defesa nacional e com a vontade de instituir uma sociedade mais justa; é isto o *socialismo nacional*, considerado a melhor arma contra o comunismo. É necessário ultrapassar a luta de classes e substituí-la pela sua cooperação. Não se trata de coletivização, nem de supressão do proletariado, e ainda menos de autogestão. Mas o Estado, por um lado, submeterá os interesses dos poderosos à lei comum, e, por outro, promulgará leis sociais destinadas a melhorar a condição operária. Regra geral, estas disposições serão um tanto esquecidas pelos partidos fascistas, uma vez alcançado o poder; mas contribuirão para os tornar ditaduras populares.

Para promover o “socialismo nacional”, as forças de produção são associadas numa *economia corporativa*. O fascismo pretende ultrapassar as tensões da sociedade industrial; daqui resultam organismos de cooperação em todas as profissões, as corporações, onde os patrões, operários e representantes do Estado têm assento, teoricamente, em pé de igualdade. Por um lado, a organização permite que o Estado tome até certo ponto à sua conta a economia nacional: facilita a direção planificada da produção e permite a realização da autarcia; por outro lado, o Estado desempenha o papel de medianoeiro nos conflitos de trabalho; de fato, com a supressão dos sindicatos e a proibição das greves, o sistema consolida o desequilíbrio social em proveito dos possidentes.

Para o fascismo, este conjunto de medidas deve permitir a formação e desenvolvimento de um *tipo de homem novo*. Este homem novo deve ser viril – o fascismo menospreza a mulher –, apto para o comando, duro para si próprio e para os outros. As suas qualidades dominantes serão a coragem, o espírito de disciplina, o sentido da solidariedade. Mais do que as qualidades intelectuais, os fascistas pretendem desenvolver as “qualidades animais” do homem; desconfiam do espírito crítico, que consideram dissolvente; o fascista contenta-se com “crer, obedecer, combater”. O ideal seria que o homem se tornasse um autômato perfeito, totalmente destituído de sensibilidade, despojado de qualquer sentido humanitário, capaz apenas de executar, sem discussão, todas as ordens que recebe. Este tipo de homem novo foi quase realizado na SS hitleriana.

Os educadores e os artistas devem dedicar-se a formar este novo tipo de homem. A cultura fascista recusa o universalismo do hu-

que legitimava as reivindicações imperialistas que ela – como representante da Itália-proletária – apresentava aos ingleses e franceses.)

Konder, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal Ltda., 1977, pp. 8-9. (Biblioteca de Ciências Sociais, v. 3, Série Política).

56. A EXPLICAÇÃO TOTALITÁRIA

Hannah Arendt

Hannah Arendt foi a autora que analisou com profundidade a noção de totalitarismo em sua obra já clássica sobre o assunto, O Sistema Totalitário. Ela desenvolve a idéia de que o regime totalitário transforma as classes em massas e substitui o sistema de partidos por um movimento de massa. Além disso, o regime totalitário desloca o centro do poder do exército para a política e em relação à política exterior objetiva a dominação do mundo.

A crença generalizada de que Hitler era simplesmente um agente dos industriais alemães e a de que Stalin só venceu a luta sucessória depois da morte de Lenine graças a uma conspiração sinistra, são lendas que podem ser refutadas por muitos fatos e, acima de tudo, pela indiscutível popularidade dos dois chefes. Não se pode atribuir essa popularidade ao sucesso de uma propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidez. Pois a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão fraca quanto mentirosa, e os governantes totalitários em potencial iniciam geralmente as suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros. (...)

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com as suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis. Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda anti-democrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (os tchecos – mas não os eslovacos – foram uma das raras exceções); contudo nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão “Estado

totalitário", tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário, contentando-se com a ditadura unipartidária. (...)

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.

Na sua ascensão, tanto o movimento da Alemanha como os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem necessidade e capacidade para refutar argumentos contrários, preferiam métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. As discórdias ideológicas com outros partidos ser-lhes-iam desvantajosas se eles competissem sinceramente com esses partidos: não o era, porém, porquanto lidavam com pessoas que tinham motivos para hostilizar igualmente todos os partidos.

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão segundo a qual o povo, na sua maioria, participava ativamente do governo e que todo o indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceites apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano-de-fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o

governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto como nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim, quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria.

Arendt, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, pp. 393, 395-6 e 399-400. (Coleção Universidade Moderna, v. 60).

57. A CRISE POLÍTICA:

A PEQUENA BURGUESIA COMO FORÇA SOCIAL

Nicos Poulantzas

O texto a seguir analisa de que maneira o processo de fascistização correspondeu a uma situação de crise política da pequena burguesia. O autor parte do princípio de que a crise da pequena burguesia está diretamente relacionada a uma crise hegemônica das classes dominantes na Alemanha e na Itália. Essa crise hegemônica está vinculada à crise de representatividade dos partidos burgueses. Sem dúvida, essa é uma das principais rejeições do fascismo: a rejeição da democracia e, por conseguinte, do sistema parlamentar e do pluralismo dos partidos.

O processo de fascistização e o fascismo correspondem a uma situação de crise política da pequena burguesia, e à sua constituição em autêntica força social pelo meio indireto dos partidos fascistas.

Esta crise da pequena burguesia, à parte dos fatores que atuam para a pequena burguesia como para as demais classes sociais, está diretamente condicionada, aqui, pela crise hegemônica das classes dominantes na Alemanha e na Itália. Com efeito, a pequena burguesia, classe “intermediária”, acha-se sempre afetada por uma crise maior que chega às forças fundamentais das formações capitalistas. A crise das classes dominantes afeta, em regra geral, a pequena burguesia de maneira direta. Assim, antes da estabilização e durante o primeiro período de crise aberta entre a burguesia e o operariado, uma grande parte da pequena burguesia assentou-se francamente do lado deste. Sem que se possa traçar uma linha clara de demarcação entre as duas frações da pequena burguesia, pode-se dizer que foi, principalmente, o caso dos empregados assalariados.

Depois dessa guinada clara para o lado do operariado, sendo este derrotado, esta parte da pequena burguesia pareceu fixar-se, durante a etapa de estabilização, sobre a social-democracia.

Sem embargo, as coisas não se detiveram aí: a pequena burguesia estava decepcionada com a social-democracia, que não defendia seus interesses. Afastada da social-democracia, a pequena burguesia encontrou-se, em seu conjunto, e com o início do processo de fascistização, frente à instabilidade e à incapacidade hegemônica das classes e frações dominantes, marcando a crise da representatividade dos partidos burgueses. Estes partidos, sem deixar de encontrar-se diretamente vinculados aos interesses de classe do bloco no poder, eram ao mesmo tempo a causa da incapacidade da pequena burguesia para erigir-se em partido próprio, os “representantes” da pequena burguesia.

Bem, esses partidos achavam-se rompidos com suas próprias classes e frações do bloco no poder. *Isto afetava diretamente seu vínculo de representatividade com a própria pequena burguesia*; esta não compreendia que esses partidos já não eram mais que grupelhos de parlamentários. A perda da influência real desses partidos no cenário político, influência real que lhes estava atribuída por seu vínculo com classes e frações distintas da pequena burguesia, conduziu a própria pequena burguesia a afastar-se deles. Assim ficou aberto o caminho aos partidos fascistas.

Poulantzas, Nicos. A crise política. *In: Revista Mosaico*. Belo Horizonte, DCE-UFMG, novembro de 1972, pp. 63-4.

58. PSICOLOGIA DO NAZISMO

Erich Fromm

As interpretações do fascismo têm sido debatidas ao longo de vários anos. François Châtelet, em sua obra História das Idéias Políticas, enumera cinco tipos de explicações a partir de sínteses historiográficas mais recentes: a explicação culturalista, que busca centrar a sua análise nas especificidades nacionais dos países que o adotaram; a explicação pelo totalitário, na qual o nazismo é relacionado e confundido com as ditaduras de massas dos tempos modernos; a explicação econômica, em que o fascismo aparece como uma solução para o capital ameaçado, constituindo-se em uma contra-revolução; a explicação psíquica, que centra a sua análise não no sistema fascista, mas sim no homem fascista e, por fim, as explicações sociológicas, nas quais o nacional-socialismo aparece caracterizado como um extremismo de centro, da classe média, e reconhecido como uma das vias para a modernização (cf. Châte-

let, op. cit., pp. 247-61). *Erich Fromm busca na via psíquica a explicação para o fascismo, pois o fascínio exercido tem "de ser interpretado em bases psicológicas", assim como a busca de uma identidade social.*

Em nosso modo de ver, nenhuma dessas explicações que sublinham fatores políticos e econômicos excluindo os psicológicos – ou vice-versa – está certa. O nazismo é um problema psicológico, mas os próprios fatores psicológicos têm de ser interpretados como sendo moldados por fatores sócio-econômicos; o nazismo é um problema econômico e político, porém o fascínio por ele exercido sobre um povo inteiro tem de ser interpretado em bases psicológicas. O que nos interessa neste capítulo é este aspecto psicológico do nazismo, sua base humana. Isto insinua dois problemas: a estrutura do caráter das pessoas a quem ele atraiu e as características psicológicas da ideologia que o transformou em instrumento tão eficaz com relação àquelas mesmas pessoas.

Ao considerar a base psicológica para o sucesso do nazismo, esta diferenciação tem de ser feita desde logo: uma parte da população curvou-se ao regime nazista sem qualquer resistência vigorosa, mas também sem se converter em admiradora da ideologia nazista e de suas práticas políticas. Outra parte foi profundamente atraída pela nova ideologia e fanaticamente apegada aos que a proclamaram. O primeiro grupo consistia sobretudo da classe operária e da burguesia liberal e católica. A despeito de uma excelente organização, especialmente entre a classe operária, estes grupos, embora continuamente hostis ao nazismo desde seu início até 1933, não revelaram a resistência interior que seria de esperar como resultante de suas convicções políticas. Sua vontade para resistir fraquejou rapidamente e desde então causaram escassa dificuldade ao regime (exceto, está claro, a pequena minoria que lutou heroicamente contra o nazismo durante todos estes anos). Psicologicamente, esta presteza em submeter-se ao regime nazista parece dever-se, principalmente, a um estado de fadiga e resignação interior, que, conforme está indicado no capítulo seguinte, é característico do indivíduo da era atual, mesmo em países democráticos. Na Alemanha, uma outra condição estava presente, no que toca à classe operária: a derrota sofrida por ela após as primeiras vitórias na revolução de 1918. A classe operária entrara no período de pós-guerra com vivas esperanças de concretização do socialismo ou, no mínimo, de uma elevação acentuada de sua posição política, econômica e social; porém, sejam quais forem as razões, testemunhara uma série ininterrupta de insucessos, que acarretou seu desapontamento completo. No começo de 1930, os frutos de suas vitórias iniciais estavam quase completamente dissipados e o resultado foi um sentimento vívido de resignação, de des-

crença em seus chefes, de dúvida sobre o valor de qualquer espécie de organização e atividade política. Ainda continuavam membros dos respectivos partidos e, conscientemente, continuavam acreditando em suas doutrinas políticas; porém, bem no íntimo, muitos haviam desistido de qualquer esperança na eficácia da ação política.

Um incentivo adicional para a lealdade da maioria da população ao Governo nazista entrou em ação após a subida de Hitler ao poder. Para milhões de pessoas, o governo de Hitler passou a ser idêntico a “Alemanha”. Uma vez de posse do poder, combatê-lo implicava desligar-se da comunidade dos alemães; quando os outros partidos políticos foram abolidos e o Partido Nazista tornou-se a Alemanha, a oposição a ele significava oposição à Alemanha. Parece que nada é mais difícil para o homem comum do que suportar o sentimento de não identificar-se com nenhum grupo maior. Por mais que um cidadão alemão possa opor-se aos princípios do nazismo, se tiver de optar entre ficar sozinho e sentir que pertence à Alemanha, como regra optará pela última solução. Pode ser observado, em muitos casos, que os alemães que não são nazistas mesmo assim defendem o nazismo contra críticas de parte de estrangeiros, porquanto acham que um ataque ao nazismo é um ataque à Alemanha. O medo ao isolamento e a relativa debilidade dos princípios morais auxiliam qualquer partido a conquistar a lealdade de grande setor da população, uma vez que este haja capturado o poder do Estado.

Fromm, Erich. *O Medo à Liberdade*. 14^a ed., Rio de Janeiro, Zahar 1983, pp. 167-8.

59. REFLEXOS DA CRISE DE 1929 NA ALEMANHA

Lionel Richard

O livro *A República de Weimar*, de Lionel Richard, da coleção “A vida cotidiana”, apresenta-nos, de maneira bem estruturada, o breve período da existência da primeira democracia parlamentar da história alemã, que sucumbiu com a subida dos nazistas ao poder. O autor nos chama a atenção para o aspecto contraditório da situação econômica da Alemanha no pequeno período de catorze anos. Até 1924 o quadro é instável, com a inflação e o aumento do desemprego. Depois, com a ajuda americana de 110 milhões de dólares, houve um aumento da produção e uma redução do desemprego. No final de 1929, com a crise econômica, toda a prosperidade desabou. Em 1932, como observa o autor, 44% da população ativa estava desempregada. O texto selecionado nos permite compreender o quadro econômico-social que possibilitaria a emergência definitiva do fenômeno nazista.

Em 1929, o número dos desempregados representa 14,6% da população ativa. Em 1930, mais de 22%. Em 1931, o aumento é de 12%. E em 1932, chega-se a quase 45%: 5,5 milhões de pessoas sem emprego! De que vivem elas? Durante vinte semanas, elas têm direito a um seguro-desemprego que equivale a cerca de 33% do salário. Depois, durante quarenta semanas, recebem o auxílio de crise, ou seja: 20% do salário apenas. Finalmente, como é geralmente impossível encontrar trabalho, recebem a assistência municipal, uma esmola que evita apenas que morram de fome. Em 1932, essa ajuda oscila entre quarenta e sessenta marcos por mês, e, no entanto, é preciso contar no mínimo com vinte marcos para o aluguel de um pardieiro, e o pão de 1,5 quilo custa 51 *pfennige*, mais da metade de um marco.

Na realidade, 2 milhões de desempregados em média não recebiam ajuda alguma. O limite de idade que dava direito a um abono fora elevado, com efeito, de 16 para 21 anos. E as mulheres casadas deviam fornecer provas de que sua situação familiar necessitava de um socorro financeiro. A única perspectiva que se oferecia a homens e mulheres cujas famílias passavam necessidades era buscar o que comer nos detritos das latas de lixo, prostituir-se ou mendigar. Ou então suicidar-se.

Nas estações de metrô, relata Alexandre Arnoux a propósito de uma viagem a Berlim em 1931, mendigos abordam os passantes. “Meretrizes com botas ou botinas, algumas das quais, ao que parece, são homens travestidos”, chamam os clientes sob as luzes da rua desde que cai a noite. Senhores corretamente vestidos ou mães com suas crianças pedem alguns *pfennige* para comer. Há tantos suicídios na cidade, conta ainda Alexandre Arnoux, que os jornais foram proibidos de noticiá-los para não desencorajar ainda mais a população.

Para a maioria dos que dispunham de um trabalho regular, as condições de vida se haviam igualmente degradado. Entre 1930 e 1932, os salários sofreram uma perda de 20 a 30%. Os impostos tinham aumentado. As aposentadorias e as pensões de guerra não tinham sido reajustadas. Muitos pequenos camponeses, reduzidos à miséria pelo pagamento de empréstimos e de hipotecas bancárias, eram obrigados a abandonar suas terras e empregar-se como criados em grandes propriedades, ou a emigrar para as cidades. Os empregados eram forçados a privar-se das aparências que eles tanto apreciavam e que os distinguiam dos operários.

Nos bairros de Moabit, de Wedding ou de Neuköll, em Berlim, assim como em todos os subúrbios de cidades operárias, as ruas se enchiam, no final de cada mês, de carroças sobre as quais se amontoava todo um bricabracue de pouco valor: famílias deixavam seu antigo alojamento porque não mais podiam pagar o aluguel.

Partiam em busca de um lugar onde instalar-se, um casebre, ou pelo menos de um pântano de imóvel ou um pântano de fundos.

Durante esse tempo, as revistas exibiam fotos de moda e anúncios publicitários dos últimos Ford, Chevrolet ou Mercedes. Os primeiros gravadores eram apresentados ao público. Químicos haviam obtido, a partir de gafanhotos que faziam razias na África, a extração de uma gordura que podia servir para a fabricação de sabão. E, cúmulo do progresso técnico na vida cotidiana, certas construções de Berlim tinham sido dotadas de distribuidores automáticos que, com a introdução de cascas de batatas destinadas depois à alimentação do gado, ofereciam um feixe de lenha e um bilhete de loteria!

Ainda em Berlim, mas também em Frankfurt e em Hamburgo, as cervejarias, os *music-halls*, os cinemas estavam cheios de uma clientela que os freqüentava sobretudo para aplacar a sua sede de esquecimento. O pessoal não mais recebia salário fixo, apenas o que comer. Nos *dancings*, que eram muitos, jovens sem trabalho ficavam horas diante de um copo e de um pedaço de pão, escutando música. Um pouco mais adiante, luxo e bem-estar pareciam não ter desaparecido. Automóveis cruzavam as ruas. Abundavam merceadorias nas lojas.

Richard, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 112-4. (Coleção a Vida Cotidiana.)

60. PROGRAMA DO PARTIDO NACIONAL SOCIALISTA DOS TRABALHADORES ALEMÃES

O programa do NSDAP (National-Sozialistische Deutsche Arbeiter-Partei) nos ajuda a compreender melhor a natureza do movimento nazista na Alemanha. Depois de subir ao poder, o NSDAP se tornou o único partido legal na Alemanha. Edwin Fenton faz uma interessante observação sobre o título do partido: "Cada palavra no título exprimia teoricamente uma característica fundamental do nazismo. (...) Tome-se, por exemplo, a palavra alemão. Com esta palavra, Hitler não queria falar de todas as pessoas nascidas na Alemanha ou que tinham se tornado cidadãos alemães, mas apenas as de sangue 'ariano'; nenhum judeu, alemão de nascimento, poderia pertencer ao partido, mesmo que o quisesse". Através da leitura do documento, podemos perceber claramente quais os grupos que essa proposta partidária pretendia atrair para as suas fileiras. Fenton observa ainda que "Hitler também utilizou a palavra socialista com um sentido muito diferente do de Marx ou do empregado pelos socialistas moderados da Europa ocidental e dos Estados Unidos". (Fenton, op. cit., p. 148.)

Munique, 24 de fevereiro de 1920

O programa do Partido operário alemão é um programa para a nossa época. Os seus líderes recusam-se, uma vez alcançados os objetivos nele inscritos, a formular outros unicamente com a finalidade de possibilitar que se prolongue a existência do partido excitando artificialmente o descontentamento das massas.

1. Exigimos a reunião de todos os alemães numa grande Alemanha, fundamentados no direito dos povos a dispor de si mesmos.

2. Exigimos igualdade de direitos entre o povo alemão e as demais nações, e a abolição dos tratados de paz de Versalhes e de Saint-Germain.

3. Exigimos terras (colônias) para alimentar o nosso povo e nelas instalar a nossa população excedente.

4. Somente os membros do povo podem ser cidadãos do Estado. Só pode ser membro do povo aquele que possui sangue alemão, sem consideração de credo. Nenhum judeu, portanto, pode ser membro do povo.

5. Quem não é cidadão só pode viver na Alemanha como hóspede e deve submeter-se à legislação relativa a estrangeiros.

6. O direito de decidir sobre o governo e a legislação do Estado só pode pertencer ao cidadão. Por conseguinte, exigimos que toda função pública, seja ela qual for, tanto ao nível do Reich como do *Land* ou da comuna, só possa ser ocupada por quem é cidadão.

Combatemos o sistema parlamentar corruptor por atribuir postos unicamente em virtude de um ponto de vista de partido, sem consideração do mérito nem da aptidão.

7. Exigimos que o Estado se comprometa a assegurar, antes de qualquer outra coisa, condições de vida e de subsistência aos seus cidadãos. Se não é possível alimentar o conjunto da população do Estado, cumpre expulsar do Reich os súditos das nações estrangeiras (não-cidadãos).

8. Toda imigração suplementar de não-alemães deve ser impedida. Exigimos que todos os não-alemães entrados na Alemanha desde 2 de agosto de 1914 sejam obrigados a deixar o Reich imediatamente.

9. Todos os cidadãos devem possuir direitos e deveres iguais.

10. O primeiro dever de todo cidadão deve ser produzir, intelectual ou fisicamente. A atividade do indivíduo não deve prejudicar os interesses da comunidade, mas ser exercida dentro de um contexto geral e em proveito de todos. Exigimos, por conseguinte:

11. A supressão dos rendimentos a que não corresponda trabalho ou esforço, o fim da escravidão ao juro.

12. Levando-se em conta os imensos sacrifícios em bens e em sangue derramado que toda guerra exige do povo, o enriquecimento

pessoal graças à guerra deve ser qualificado de crime contra o povo. Exigimos, portanto, a recuperação total de todos os lucros de guerra.

13. Exigimos a nacionalização de todas as empresas (já) estabelecidas como sociedades (trustes).

14. Exigimos participação nos lucros das grandes empresas.

15. Exigimos que se ampliem generosamente as aposentadorias.

16. Exigimos a constituição e a manutenção de uma classe média sadia, a estatização imediata das grandes lojas, e o seu aluguel a preços baixos a pequenos comerciantes, cadastramento sistemático de todos os pequenos comerciantes para atender às encomendas do Estado, dos *Länder* e das comunas.

17. Exigimos uma reforma agrária apropriada às nossas necessidades nacionais, a elaboração de uma lei sobre a expropriação da terra sem indenização por motivo de utilidade pública, a supressão da renda fundiária e a proibição de qualquer especulação imobiliária.

18. Exigimos uma luta impiedosa contra aqueles cujas atividades prejudicam o interesse geral. Os infames criminosos contra o povo, agiotas, traficantes etc., devem ser punidos com pena de morte, sem consideração de credo ou raça.

19. Exigimos que se substitua o direito romano, que serve à ordem materialista, por um direito alemão.

20. Com o fito de permitir a todo alemão capaz e trabalhador alcançar uma instrução de alto nível e chegar assim ao desempenho de funções executivas, deve o Estado empreender uma reorganização radical de todo o nosso sistema de educação popular. Os programas de todos os estabelecimentos de ensino devem ser adaptados às exigências da vida prática. A assimilação dos conhecimentos de instrução cívica deve ser feita na escola desde o despertar da inteligência. Exigimos a educação, custeada pelo Estado, dos filhos – com destacados dotes intelectuais – de pais pobres, sem se levar em conta a posição ou a profissão desses pais.

21. O Estado deve tomar a seu cargo o melhoramento da saúde pública mediante a proteção da mãe e da criança, a proibição do trabalho infantil, uma política de educação física que compreenda a instituição legal da ginástica e do esporte obrigatórios, e o máximo auxílio possível às associações especializadas na educação física dos jovens.

22. Exigimos a abolição do exército de mercenários e a formação de um exército popular.

23. Exigimos que se lute pela lei contra a mentira política deliberada e a sua divulgação através da imprensa. Para que se torne possível a constituição de uma imprensa alemã, exigimos:

a) que todos os redatores e colaboradores de jornais editados em língua alemã sejam obrigatoriamente membros do povo (*Volks-genossen*);

b) que os jornais não-alemães sejam submetidos à autorização expressa do Estado para poderem circular. Que eles não possam ser impressos em língua alemã;

c) que toda participação financeira e toda influência de não-alemães sobre os jornais alemães sejam proibidas por lei, e exigimos que se adote como sanção para toda e qualquer infração o fechamento da empresa jornalística e a expulsão imediata dos não-alemães envolvidos para fora do Reich.

Os jornais que colidirem com o interesse geral devem ser interditados. Exigimos que a lei combata as tendências artísticas e literárias que exerçam influência debilitante na vida do nosso povo, e o fechamento dos estabelecimentos que se oponham às exigências acima.

24. Exigimos liberdade dentro do Estado para todos os credos religiosos, na medida em que não ponham em risco a sua existência e não contrariem o espírito dos costumes e da moral da raça germânica. Quanto ao partido, defende a idéia de um cristianismo positivo, sem, no entanto, vincular-se a um credo determinado. Combate o espírito judeu-materialista em nós e em torno de nós, e está convencido de que um saneamento duradouro do nosso povo só pode realizar-se internamente com base no seguinte princípio: o interesse coletivo prevalece sobre o interesse individual.

25. Para a realização de todas essas reivindicações, exigimos que se constitua no Reich um poder central forte; a autoridade absoluta do Parlamento central sobre todo o Reich e os seus organismos. A constituição de câmaras de ofícios e profissões para que se apliquem nos diferentes Estados federais leis de cunho geral editadas pelo Reich.

Os dirigentes do partido prometem empenhar-se totalmente, com o risco da própria vida se necessário for, para a realização do programa acima.

Programa do NSDAP. In: Buron Thierry e Gauchon, Pascal, *Os Fascismos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 87-91. (Biblioteca de Cultura Histórica).

61. A TRAIÇÃO

Bertolt Brecht

Bertolt Brecht foi um dos intelectuais alemães que se colocaram contra o regime nazista. Socialista, fez parte do conselho dos trabalhadores e soldados de Augsburg. Poeta e dramaturgo, denunciou a tirania e a opressão do nazismo nas suas obras. Conheceu o filósofo Walter Benjamin em 1929 e com ele elaborou o projeto de uma revista. Em 1933 a representação de sua peça "A decisão" foi interrompida pela polícia, sob a acusação de traição. Vivendo no exílio em vários países, continuou a sua produção intelectual até a morte em 1956. O texto selecionado faz parte da peça Terror e Misérias do III Reich. Ela foi escrita entre 1935 e 1938, a partir de notícias de jornal, rádio e informações clandestinas. Segundo Fernando Peixoto, (a peça) "é um painel de repressão e terror: o fascismo alemão em vinte e quatro cenas curtas, denunciando as consequências do Nazismo no mais íntimo cotidiano de uma sociedade mistificada, perdida e decomposta". A peça visava atingir os exilados alemães e, segundo Walter Benjamin, é um exemplo vigoroso do que considera "um possível teatro de emigração responsável e revelador". A pequena cena, denominada "A Traição" retrata, de forma sutil, a nazificação da sociedade. Seria interessante que fosse feito um debate em sala após a exibição do filme "Um amor na Alemanha", do polonês Wajda.

A TRAIÇÃO

Lá vêm os traidores. Delataram os vizinhos. Sabem que foram identificados. Será que a rua não esquece jamais? À noite não conseguem dormir. Mas ainda não chegou o dia final.

Breslau, 1933. Interior de um apartamento pequeno-burguês. Um dos homens e uma mulher estão de pé, junto à porta, escutando. Ambos muito pálidos.

MULHER – Já estão lá embaixo.

HOMEM – Ainda não.

MULHER – Quebraram o corrimão. Ele estava inconsciente quando o arrastaram para fora do apartamento.

HOMEM – Eu disse apenas que não era em nossa casa que se escutavam os programas da rádio estrangeira.

MULHER – Mas não foi só isso o que você disse.

HOMEM – Eu não disse mais nada.

MULHER – Não precisa me olhar assim. Se você não disse mais nada então não disse mais nada, pronto.

HOMEM – É isso mesmo.

MULHER – Por que não vai à polícia dizer que não houve reunião em casa deles, no sábado?

Pausa.

HOMEM – À polícia eu não vou. São umas feras. Você viu como o trataram.

MULHER – Também, para que ele se mete em política? Bem feito.

HOMEM – Também não precisavam ter rasgado o casaco dele. Gente pobre como nós não tem nada sobrando.

MULHER – Que importa o casaco?

HOMEM – Não precisavam ter rasgado o casaco dele.

Brecht, Bertolt. *Terror e Misérias do III Reich*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 13-4 (Coleção Teatro de Bertolt Brecht, v. 6).

No final da década de 20, ocorreu uma das maiores crises vividas pelo capitalismo: a Grande Depressão. Este fenômeno foi determinado por uma crise de superprodução que atingiu todos os países capitalistas.

A integração das economias capitalistas foi responsável pela difusão da crise por todo o mundo. A redução do volume do comércio internacional para apenas um terço do que era antes de 1929 comprova a dimensão da crise mundial.

Sabe-se que uma situação de superprodução é inerente ao modo de produção capitalista, pois a capacidade de consumo não é capaz de acompanhar o ritmo da produção, sempre crescente, na medida em que ocorre uma acumulação e uma concentração de renda resultante da exploração da mão-de-obra assalariada.

A década de 20 foi marcada por um clima de euforia, especialmente nos Estados Unidos. A produção total norte-americana aumentou em mais de 50% e a prosperidade podia ser medida pelo enorme movimento das bolsas de valores. A busca do rendimento a curto prazo e em grandes proporções provocou uma onda de especulação em larga escala, em torno das sociedades por ações. Milhões de norte-americanos foram atraídos para o mercado de capitais, que era movido pelo clima de confiança e pelo mito da eternidade do *american way of life*.

Com a economia européia desorganizada e com este clima de prosperidade, o capitalismo norte-americano rumou em direção à superprodução. A agricultura cresceu em ritmo alucinante, enquanto novas fábricas eram abertas e as já existentes ampliavam a sua capacidade de produção. Isto era possível em virtude das necessidades do mercado europeu e da facilidade de crédito, que compensava a desigual distribuição de renda.

Como afirmou o economista norte-americano Galbraith, “à medida que o tempo passava, tornava-se evidente que aquela prosperidade não duraria. Dentro dela estavam contidas as sementes de sua própria destruição”.

O trecho citado foi retirado de um dos textos que compõem este capítulo. A seleção foi feita com o objetivo de se obter melhor compreensão do caráter contraditório do sistema capitalista e dos reflexos políticos, econômicos e sociais de uma crise de grandes dimensões.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Comente a seguinte passagem do texto de Galbraith: “à medida que o tempo passava, tornava-se evidente que aquela prosperidade não duraria”.
2. Quais foram as principais alterações ocorridas no comércio internacional com a Grande Depressão?
3. A partir da leitura dos textos de Adroaldo Moura da Silva e Vazquez de Prada, explique porque as soluções para a crise não poderiam ser encontradas na teoria econômica ortodoxa.
4. Quais são os aspectos mais significativos e mais contraditórios apresentados no texto de Steinbeck e no depoimento de Ameringer?

62. DIAS DE BOOM E DE DESASTRE

J. K. Galbraith

Galbraith é considerado um dos maiores economistas do mundo contemporâneo. Autor de vários livros, o economista norte-americano analisa neste texto as contradições da política econômica adotada nos Estados Unidos no período entre guerras, salientando a desigual distribuição de renda e a especulação. Para o autor, o “crack” de 29 e o colapso da economia mundial que se seguiu não se constituem em surpresa, uma vez que a “prosperidade dos anos 20” não poderia ser mantida indefinidamente devido à sua artificialidade.

Esses anos também foram notáveis sob um outro aspecto, pois, à medida que o tempo passava, tornava-se evidente que aquela prosperidade não duraria. Dentro dela estavam contidas as sementes de sua própria destruição. E o país caminhava para o mais grave dos problemas. Nisso reside o fascínio peculiar do período para um estudo do problema de lideranças. Pois nesses anos poucos passos foram dados no sentido de conter as tendências que estavam conduzindo ao desastre.

Pelo menos quatro aspectos da política econômica estavam seriamente errados, e se agravaram com o passar dos anos. E o conhecimento deles não depende necessariamente de uma apreciação retrospectiva. Pelo menos três dessas falhas eram visíveis e ampla-

mente discutidas. Em ordem crescente – não de importância mas de visibilidade –, foram as seguintes:

Primeiro: nesses anos de prosperidade, a renda estava sendo distribuída com marcada desigualdade. Embora a produção por trabalhador tivesse aumentado constantemente durante o período, os salários mantiveram-se relativamente estáveis, bem como os preços. Em consequência, os lucros das empresas cresciam rapidamente, o mesmo acontecendo com as rendas pessoais dos ricos e milionários.

Em 1929, os 5% da camada de elite da população, concentrava cerca de um terço do valor de toda renda pessoal do país. Entre 1919 e 1929 a participação do 1% mais rico da população cresceu em cerca de 15%. Isso significava que a economia dependia ampla e crescentemente do consumo de bens de luxo das camadas abastadas e de sua propensão em reinvestir o que não queriam, ou não podiam, gastar consigo mesmos. Qualquer coisa que abalasse a confiança dos ricos no futuro de suas empresas ou de suas fortunas pessoais traria péssimas consequências para as despesas totais e, portanto, para o andamento da economia como um todo.

Mas as outras três falhas na economia eram menos sutis. Durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos deixaram de ser o primeiro país devedor do mundo para se transformarem no principal credor. As consequências dessa mudança têm sido mencionadas com tanta freqüência que acabaram se tornando um clichê. Um país devedor pode exportar mercadorias cujo valor supera o das importações e usar a diferença como pagamento da dívida e dos juros. Era isso que os Estados Unidos faziam antes da guerra. Mas um credor precisa importar um valor maior do que exporta para que seus devedores tenham como pagar. De outra forma o credor será forçado a cancelar as dívidas ou a fazer novos empréstimos para que os velhos débitos sejam saldados.

A terceira fraqueza da economia era a especulação em larga escala em torno de sociedades anônimas. Isso assumiu grande variedade de formas, a mais comum das quais sendo a organização de sociedades anônimas proprietárias das ações de outras sociedades anônimas (*holdings*) que, por sua vez, já eram proprietárias de ações de outras companhias. No caso das ferrovias e das empresas de utilidade pública, o objetivo dessa pirâmide de *holdings* (companhias financeiro-administrativas que dominam uma série de empresas por meio do controle acionário) era obter o controle do maior número possível de empresas por meio de um mínimo de investimento na *holding* de cúpula. Ao fim da década, eram bastante habituais estruturas de *holdings* organizadas em seis ou oito camadas. E algumas delas – as pirâmides da Insull and Associated Gas & Electric e da ferrovia Van Sweringen – eram espantosamente

complexas. É pouco provável que alguém entendesse, ou pudesse entender, perfeitamente esse tipo de organização.

Essa especulação insana era bastante visível, da mesma forma que seus danos. As pirâmides só se manteriam enquanto os lucros das companhias de base fossem garantidos e os recursos captados fossem realmente investidos em atividades produtivas, ao invés de alimentar mais ainda a especulação. Se alguma coisa acontecesse aos dividendos dessas companhias de base haveria sérios problemas e a pirâmide entraria em colapso. Tal colapso teria efeito negativo não só para o andamento ordenado dos negócios e do investimento das companhias, mas também repercutiria na confiança, investimento e consumo da comunidade em geral. A essa probabilidade acrescia-se o fato de que, em várias cidades – Cleveland, Detroit e Chicago foram exemplos notáveis –, os bancos estavam profundamente comprometidos com essas pirâmides, tendo mesmo caído sob seu controle.

O BOOM

Por fim, o mais evidente dos sintomas: a euforia reinante na Bolsa de Valores. Mês após mês, ano após ano, o grande mercado em alta dos anos 20 regurgitava. Havia algumas baixas, mas o mais freqüente eram as fenomenais altas. O verão de 1929 foi o mais frenético da história financeira americana. Ao seu término, os preços das ações haviam quase quadruplicado em comparação com os quatro anos anteriores. As transações na bolsa de Nova York envolviam cerca de 5 milhões ou mais de ações por dia. Poucos, ao que parece, detinham as ações para auferir rendimento pessoal. O que importava era especular para realizar “ganhos” de valorização de capital.

Esse *boom* era intrinsecamente autodestrutivo. Poderia durar apenas enquanto novas pessoas, ou pelo menos novo dinheiro, entrassem no mercado à procura de ganhos de capital. Novas demandas faziam as ações aumentar de valor, criando os ganhos de capital. Assim que o suprimento de novos clientes começasse a murchar, o mercado entraria em baixa. Nessas circunstâncias, alguns, talvez mesmo uma boa parcela, começariam a transformar suas ações em dinheiro. Uma pessoa interessada em fazer ganhos especulativos de seu capital deve vender suas ações enquanto a cotação é elevada. Mas uma venda maciça pode levar a uma queda do mercado, e, um dia, isso pode transformar-se no sinal para muitas outras vendas. Assim, era certo que um dia o mercado viria abaixo, e muito mais rapidamente do que havia subido. E, de fato, caiu, com um estrondoso *Crash*, em outubro de 1929. Numa sucessão de dias terríveis, dos quais a quinta-feira, 24 e a terça-feira, 29 de outubro foram os mais aterradores, foram perdidos bilhões em valores, e milhares de espe-

culadores – até então, considerados investidores – ficaram total e irrecuperavelmente arruinados.

Galbraith, J. K. Dias de Boom e de Desastre. *In*: Roberts, *op. cit.*, pp. 1331-2.

63. A GRANDE DEPRESSÃO AFETA O COMÉRCIO MUNDIAL

Maurice Crouzet

Dentre as implicações mais profundas e significativas da Depressão de 1929-1932 está a questão do comércio internacional. Conforme acentua o professor Maurice Crouzet em seu texto, o volume do comércio mundial declinou assustadoramente nesse período, tendo dificuldades para retornar aos níveis de 1929. É importante lembrar que o Brasil e outros países latino-americanos foram profundamente afetados na medida em que ocorreu esse declínio do volume do comércio mundial.

As perturbações dos sistemas monetários acarretam o esboramento de todo o sistema do comércio mundial. De 1929 a 1934, os valores trocados retrocedem consideravelmente, os preços-ouro, diminuem de 56% e o volume das trocas, que alcança seu mínimo em 1932, baixa de 25,5%.

Isto porque é impossível aplicar os remédios utilizados por ocasião das crises anteriores: a busca de mercados suscetíveis de absorver novos capitais e mercadorias é muito mais difícil do que outrora devido à industrialização dos países de além-mar (Estados Unidos, Japão), da Rússia, e à guerra civil na China. Uma expansão dirigida para a África e a Europa Oriental é de fato sugerida por alguns economistas, mas sem êxito; o resultado é uma tentativa de expansão caótica, um “salve-se quem puder econômico”, tentando cada país sair-se do apuro, segundo as suas possibilidades e oportunidades. Esta luta de cada um contra todos, a fim de conquistar escaudouros mundiais cada vez menos penetráveis, traduz-se no abandono universal do livre-câmbio, no redobramento do protecionismo, na generalização das medidas de defesa e de isolamento contra as mercadorias, contra os homens, contra as moedas dos outros países e na exasperação das rivalidades comerciais. Não obstante, esta política de cada qual por si mostra-se inoperante, pois todos adotam, ao mesmo tempo, as mesmas medidas e, apesar disso, subsiste a interdependência inevitável entre os grandes mercados financeiros e os mercados de matérias-primas. Assim, a economia mundial desagrega-se em fragmentos nacionais e imperiais, que se fecham cada vez

mais uns aos outros. A Inglaterra encolhe-se em suas colônias e seus Domínios, a França em seu Império, a Alemanha e os Estados da Europa Oriental evoluem para a autarcia e o protecionismo; nos Estados Unidos, o *New Deal* é essencialmente orientado para o mercado interno. Ao contrário do que sucedeu nas crises precedentes, a recuperação efetua-se sobretudo pelo desenvolvimento dos respectivos mercados nacionais e não pela ampliação dos escoadouros exteriores; são eles que absorvem em sua maior parte o acréscimo da produção.

Em 1936, o volume do comércio mundial atinge 85,5% do nível de 1929, mas seu valor-ouro representa apenas 37,3% do montante anteriormente alcançado, e o comércio americano é ainda mais afetado do que o da Europa. Sua parte no comércio mundial retrocede, devido ao enorme aumento das tarifas alfandegárias, e a Europa pode, destarte, reduzir a superioridade conquistada pelos Estados Unidos no período precedente. Não se verifica, entretanto, uma inversão de tendência; este crescimento das exportações européias decorre dos acordos preferenciais da Grã-Bretanha com os Domínios e das exportações para os impérios coloniais inglês e francês, dos acordos bilaterais concluídos pela Alemanha com os países sul-americanos e da Europa Oriental... Tal melhoria não detém, portanto, o declínio da Europa, porquanto o volume das exportações dos três maiores países jamais pôde retornar ao nível de 1929.

Quanto aos países pouco desenvolvidos, nações ultramarinas e da Europa Oriental, cuja economia sofreu muito com a derrocada dos preços dos produtos primários, são ainda mais do que antes impelidos a acelerar sua industrialização e a restringir as importações de artigos manufaturados.

Crouzet, Maurice. A Grande Depressão. In: *História Geral das Civilizações. VII – A Época Contemporânea*. São Paulo, Difel, 1977, pp. 128-30.

64. KEYNES E A DEPRESSÃO

Adroaldo Moura da Silva

O nome de John Maynard Keynes impõe-se como um grande economista, principalmente após a Grande Depressão, embora antes ele já viesse formulando determinadas idéias. No artigo que reproduzimos a seguir, o economista brasileiro Adroaldo Moura da Silva analisa a importância do pensamento de Keynes. O artigo foi publicado em 1979, quando uma nova crise abalou o sistema capitalista e os economistas e a imprensa procuravam estabelecer o relacionamento com a de 1929.

Keynes, a exemplo dos economistas presos à ortodoxia, sentiu-se impotente para diagnosticar as origens da crise. Ao contrário

daqueles, no entanto, gradualmente se libertou da camisa de força dada pelo rigor dos ensinamentos da teoria econômica ortodoxa, calcada na chamada Lei de Say (economista francês e discípulo de Adam Smith). De acordo com essa “lei”, não poderia ocorrer “escassez de poder de compra” no sistema econômico, porque, primeiro, o processo de produção é também um de geração de renda (salários, lucros, aluguéis, etc...) e portanto de criação da fonte primária de financiamento da demanda; e, segundo, dada a existência dos mecanismos automáticos do mercado livre, os movimentos corretivos de salários, preços e juros garantiriam que a demanda não ficaria aquém dos níveis de produção de pleno emprego de forma duradoura.

Diante dos fatos alarmantes da depressão, Keynes, espírito prático e intuitivo, afasta-se radicalmente da ortodoxia representada pela Lei de Say. Primeiro, seu pragmatismo o conduz, já durante a década dos 20, à defesa de programas de obras públicas para enfrentar o desemprego. A “História” acha seus caminhos e não espera a concepção de novas teorias para indicar a melhor rota a seguir. Os exemplos de Roosevelt nos Estados Unidos e do governo nazista na Alemanha, ainda que tão díspares os regimes políticos, são boas ilustrações de como os fatos e não as teorias são os verdadeiros móveis da ação de política econômica. Os gastos públicos então aparecem como a única saída possível para evitar a situação de desemprego em massa. Era, no entanto, uma ação em busca de uma teoria.

Segundo, sua intuição e sua disciplina o conduzem à tarefa de legitimação teórica para a terapêutica encontrada. Sua primeira tentativa, e que provou frustrada a esse respeito, resulta na *A Treatise on Money*, publicado em 1930. Ainda que não tenha encontrado uma explicação analítica para o problema do desemprego, este livro reafirma o prestígio profissional de Keynes como um profundo conhecedor dos intrincados problemas monetários da economia capitalista. A avaliação crítica deste livro – particularmente por seus discípulos de Cambridge (Robinson, Kahn e outros) e por Hayek – imediatamente induz Keynes a tentar uma nova explicação. Do trabalho que se segue – de 1930 a 1935 – resulta a publicação de *Teoria Geral* em 1936.

Qual então a novidade? A mensagem básica do livro é a reafirmação de que o sistema capitalista não se sustenta somente sobre suas próprias pernas; suas crises advêm de insuficiências de demanda efetiva. Nisto se aproxima das teses de Karl Marx e outros; deste no entanto se afasta quando no método de análise e quanto à antevisão de futuro do sistema capitalista.

65. REFLEXOS POLÍTICOS DA CRISE

Valentin Vazquez de Prada

A História Econômica Mundial, de Vazquez de Prada, não pretende investigar com profundidade a Crise de 1929, pois se trata de obra com objetivos mais didáticos. No entanto, apresenta um texto extremamente esclarecedor no que se refere aos reflexos políticos da crise, vale dizer, o novo papel que o Estado passa a desempenhar na economia do mundo capitalista. Curiosamente, é da URSS que o mundo capitalista retoma essa idéia da intervenção estatal, evidentemente que dentro de outros critérios.

A extensão e intensidade da crise, até então desconhecidas, impuseram uma nova concepção da política econômica e social. A opinião de que o regresso à normalidade não se produziria sem a intervenção aberta do Estado ganhou consistência e peso. Ninguém confiava na ação reguladora dos mecanismos automáticos do capitalismo. A economia capitalista, profundamente alterada já na sua essência pela ação das “grandes unidades”, rendeu-se sem violência a uma economia social, o *Welfare State*, caracterizado pela intervenção dos poderes públicos com o objetivo de regular os mecanismos da produção e distribuição, que a pressão dos poderosos tinha mantido em estreita dependência dos seus interesses. Comunistas e socialistas acreditaram que tinha chegado a hora do cumprimento das profecias científicas de Marx, e preconizaram a nacionalização da produção e a necessidade do Estado assumir a responsabilidade de distribuir a riqueza entre todos os cidadãos, a exemplo da Rússia, cuja economia não tinha ainda sofrido a catástrofe. Sem chegar a este extremo, em todos os países o Estado interveio, por razões sociais e políticas, e estendeu a sua ação ao setor econômico, quer para limitar a excessiva influência de algumas empresas (nacionalização de bancos ou indústrias de guerra), quer para assegurar aos usuários, serviços melhores e mais baratos. (...)

A intervenção estatal teve matizes diversos, segundo as peculiaridades nacionais, as situações e as circunstâncias políticas e sociais. Mas afetou todo o aparelho institucional e traduziu-se num conjunto de disposições fiscais e alfandegárias, manipulações monetárias, medidas de racionalização e integração empresariais e leis de trabalho, que alteraram os fundamentos da economia nacional. Não se julgue, no entanto, que se tratou de levar a cabo uma planificação da economia, que não se deu senão nos países totalitários (Alemanha, Itália ou Japão). A intervenção estatal nos anos 30 corresponde melhor à força das circunstâncias e consistia em medidas excepcionais e empíricas, que, por vezes, ante a persistência da depressão, consolidaram-se. Nem sequer o *New Deal* americano, de

intervenção mais profunda e ampla, pode ser considerado como um sistema de planificação econômica. Ainda no caso das nacionalizações, o Estado assumiu esta responsabilidade econômica por exigências da liberdade de mercado, sufocada pelos grandes grupos de pressão. O “intervencionismo conservador” dos anos 30, inclusive nos países totalitários, contribuiu para amparar a empresa privada.

A primeira medida foi o afiançamento do protecionismo comercial, que os Estados Unidos iniciaram em 1930. (...)

Como estas medidas protetoras não bastariam para deter a baixa de preços de matérias-primas e produtos básicos nos mercados internacionais, recorreu-se a medidas “malthusianas” como a destruição de *stocks*. Um caso típico foram as queimas de café brasileiro. Em 1927-1928 tinha conseguido um *record* de produção, que se repetiu em 1929-1930; em 1931, por imersão ou por fogo, foi destruída a terça parte da colheita.

Monetariamente, os clássicos expedientes deflacionários revelaram-se incapazes de salvar a situação. A crise era demasiado intensa e falhavam os processos de alcance limitado; além disso, algumas medidas que podiam solucionar um lado econômico causavam prejuízos noutros. Por exemplo, a restrição de gastos estatais em face da inflação impossibilitava as necessárias subvenções ao desemprego. Por outro lado, os grandes cartéis e *trustes* conseguiram com êxito iludir as providências e opunham eficaz resistência à baixa de preços ou à subida de salários.

Vazquez de Prada, Valentin. *História Econômica Mundial II*. Porto, Livraria Civilização Editora, 1978, pp. 372-3.

66. AS VINHAS DA IRA

John Steinbeck

A Grande Depressão, como não podia deixar de ser, foi utilizada como tema por muitos escritores e cineastas. Filmes como A Noite dos Desesperados retratam com uma crueza impressionante o desespero das pessoas comuns perante a miséria com a qual passaram a conviver; na literatura existem vários livros que utilizaram a depressão como pano de fundo. A obra de Steinbeck, As Vinhas da Ira, ambientado na região centro-oeste e sudeste do país, mostra outros efeitos da crise. Ademais, nessa época, os tratores começavam a se tornar comuns, substituindo o trabalho de dez famílias, despejando nas estradas uma multidão de famintos. O trecho escolhido é um diálogo, bastante revelador.

— Mas nós não somos malandros — insistiu Tom. — Tamo procurando trabalho. E aceitando qualquer trabalho.

O rapaz cessou de esfregar a fita na haste da válvula. Olhou Tom com surpresa.

— Procurando trabalho, heim? — disse. — Então vocês andam procurando trabalho? E nós todos, que é que estamos procurando por aqui? Diamante? Por que você pensa que a gente teja se maltratando nessas velhas carcaças? — Voltou a esfregar a fita.

Tom olhou em torno de si; viu as tendas imundas, os velhos carros, os colchões esfarrapados, estendidos ao sol, e as latas negras, nos buracos enegrecidos pelo fogo. Perguntou baixinho:

— Não há trabalho?

— Não sei. Devia ter. Agora justamente não há colheitas por aqui. A uva e o algodão ficam maduros mais tarde. Tocamos pra frente assim que eu terminar com as válvulas. Eu e minha mulher e as crianças. Ouvimo dizer que lá pro norte tem trabalho. Perto de Salinas.

Tom viu como Pai e tio John e o pregador estendiam a lona sobre os paus e viu Mãe de joelhos lá dentro, escovando o colchão. Uma roda de crianças mantinha-se a alguma distância, observando como se arranjava a nova família, crianças taciturnas, descalças e de cara suja. Tom disse:

— Pela nossa terra passaram homens distribuindo impressos, desses cor de laranja. Diziam que se precisava aqui de muita gente pros trabalhos da colheita.

O rapaz riu.

— Diss'que tem aqui umas trezentas mil pessoas, e aposto que todas elas viram esses malditos impressos.

— Pois então? Se não precisam de gente, por que o trabalho de imprimir essas coisas?

— Usa a cabeça.

— Era o que eu gostava de saber.

— Olha — disse o rapaz. — Imagina que você precisa de gente pra um serviço qualquer, e que só um único homem quer aceitar esse serviço. Então você tem de pagar o que o homem exige. Mas imagina que vêm cem homens. — Abandonou a ferramenta. Seu olhar tornou-se duro e sua voz aguda. — Imagina que vêm cem homens que querem aceitar o trabalho. Imagina que essa gente tem filhos e que seus filhos têm fome. Imagina que por um níquel à-toa eles podem comprar um mingau de milho pros filhos. Imagina que por uns níqueis pode-se comer bastante. E você tem cem homens. Você oferece a eles só um níquel e, vai ver, eles matam-se na luta por esse níquel. Sabe quanto me pagavam no último serviço que tive? Quinze *cents* a hora. Dez horas por um dólar e meio, e a gente não pode pernoitar na fazenda. Tem, ainda, que gastar gasolina pro caminho. — Estava ofegando de raiva, e o ódio brilhava em seus olhos. — Foi por isso que distribufram esses folhetos. Você pode imprimir impres-

sos como o diabo pelo dinheiro que economiza pagando só quinze cents a hora de trabalho no campo.

– Mas que sujeira! – disse Tom.

O rapaz riu com aspereza.

– Fica aqui algum tempo, e tu vai ver.

– Mas serviço existe, não existe? – disse Tom. – Meu Deus, com tanta coisa que dá por aqui. Frutas, uvas e legumes – eu vi. Eles têm que precisar de gente!

Steinbeck, John. *As Vinhas da Ira*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, 1976, pp. 296-7.

67. UM DEPOIMENTO SOBRE A CRISE DE 1929

Os relatos daqueles que viveram a Depressão e tiveram oportunidade de escrever sobre ela costumam ser bastante dramáticos. Tal é o caso do relato feito por Oscar Ameringer ao subcomitê da Comissão de Assuntos Trabalhistas da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, em 1932. O texto é bastante claro, mas é necessário chamar a atenção para o último parágrafo, onde Ameringer mostra a grande contradição: o excesso de produção e a carência de consumo.

Durante os últimos três meses, eu Oscar Ameringer, de Oklahoma City visitei, como já disse, uns vinte Estados deste belo país extraordinariamente rico. Eis algumas das coisas que vi e ouvi. Alguns cidadãos de Montana disseram que havia milhares de alqueires de trigo abandonado nos campos porque seu baixo preço mal dava para cobrir as despesas da colheita. Em Oregon, vi milhares de alqueires de maçã apodrecendo nos pomares. Somente as maçãs absolutamente perfeitas podiam ser vendidas, por 40 ou 50 centavos a caixa de duzentas maçãs. Ao mesmo tempo, há milhões de crianças que, por causa da pobreza de seus pais, não comerão maçã alguma neste inverno. Enquanto estava em Oregon, o Portland Oregonian lamentava o fato de milhares de ovelhas serem sacrificadas pelos criados por não renderem no mercado o suficiente para pagar seu transporte. Enquanto em Oregon os urubus comiam carne de carneiro, vi pessoas procurando restos de carne nas latas de lixo de Nova York e Chicago. Conversei com um homem num restaurante em Chicago. Ele me falou de sua experiência como criador de carneiros. Disse que no outono tinha sacrificado e atirado ao *canyon* 3000 carneiros, porque o transporte de um carneiro custava 1,10 dólar e lucraria menos de 1 dólar por cabeça. Disse que não tinha recursos para alimentar os carneiros e não queria deixá-los morrer à míngua. Por isso, cortava-lhes o pescoço e os atirava no *canyon*.

As estradas do oeste e do sudoeste pululam de pessoas famintas pedindo carona. As fogueiras dos acampamentos dos desabrigados são visíveis ao longo de todas as estradas de ferro. Vi homens, mulheres e crianças caminhando penosamente pelas estradas. A maioria deles (...) eram proprietários de fazendas que tinham perdido (...) tudo na recente baixa de preço do trigo e do algodão (...)

Os fazendeiros estão sendo pauperizados pela pobreza das populações industriais e as populações industriais, pauperizadas pela pobreza dos fazendeiros. Nenhum deles tem dinheiro para comprar o produto do outro: conseqüentemente há excesso de produção e carência de consumo, ao mesmo tempo e no mesmo país.

“Desemprego nos Estados Unidos(...)” Audiências perante um subcomitê da Comissão de Assuntos Trabalhistas. Câmara dos Deputados, 72º Congresso, primeira sessão, 1932.

Roberts, *op. cit.*, p. 1349.

A Primeira e a Segunda Guerras podem ser definidas como guerras “de redivisão” de mercados e colônias, no interior do sistema capitalista. As contradições econômicas, sociais e ideológicas entre os principais países capitalistas conduziram à corrida armamentista e às guerras localizadas, que precederam os dois grandes conflitos.

As relações internacionais tornaram-se extremamente tensas ao longo da década de 30. As barreiras protecionistas, levantadas diante da necessidade de preservação de mercados em virtude da Grande Depressão, e a necessidade de expansão das potências do Eixo levaram a política internacional a um ponto crítico.

A expansão nazista era uma realidade incontestável. Em 1936, as tropas alemãs ocuparam o vale do Reno, e, em 1936, a Áustria foi anexada. Enquanto outras regiões e países eram incorporados ao “reich”, Inglaterra e França respondiam com a “política de apaziguamento”, caracterizada pela omissão diante da agressão. Aparentemente, o objetivo de tal política era o de evitar o confronto direto com o nazifascismo, mas o recrudescimento do militarismo tornou inevitável o conflito.

As forças alemãs invadiram a Polônia no dia 1º de setembro de 1939 e ocuparam o país em poucas semanas. No dia 3 de setembro, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Naquele momento foi acionada toda a máquina de guerra, que só seria desativada em 1945, com a derrota do Eixo.

A Segunda Guerra Mundial provocou o desmoronamento do poderio europeu, o que contribuiu para a descolonização dos continentes africano e asiático. Os Estados Unidos emergiram como grande potência, contabilizando um aumento de mais de 50% em sua renda anual. Não se pode afirmar que também a União Soviética saiu do conflito na categoria de superpotência, pois mais de vinte milhões de soviéticos morreram no conflito e outros tantos milhões ficaram aleijados e/ou com problemas mentais. Além das perdas humanas, é preciso considerar as perdas materiais. Aproximadamente

25 milhões de pessoas ficaram sem moradia; as terras cultiváveis e os centros industriais não passavam de solos arrasados e escombros em 1945.

A Guerra Fria passou a ocupar o centro das atenções da política internacional após a Segunda Guerra, mas o conflito entre os dois países (EUA e URSS) sem que houvesse o confronto direto, foi acompanhado pela construção de uma série de mitos (como aquele que diz que EUA e URSS emergiram como dois colossos vitoriosos, encarando-se mutuamente), que serviram para que as duas potências usassem a força para manter os seus domínios.

Enquanto lê os textos e documentos selecionados, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Sartre denominou o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial de “época da paz-guerra”. Como o autor nos explica esta denominação aparentemente contraditória?
2. O texto de Antonio Pedro confirma a existência do clima de paz-guerra descrito por Sartre? Justifique a sua resposta.
3. Ao se analisar as consequências de uma guerra, seja de grandes ou de pequenas proporções, quase sempre os estudiosos procuram registrar as perdas econômicas, o que pode ser comprovado com a leitura do texto de Jean Delmas. Apesar de serem extremamente importantes tais registros, eles não conseguem nos transmitir a dimensão dos dramas individuais, como o de Shinji Mukai. A partir da leitura dos dois textos, comente a afirmativa: “a história da luta cotidiana passou a ser massacrada pelos quadros estatísticos, gráficos e tabelas da história econômica”.

68. A PAZ-GUERRA

O Tratado de Versalhes vedou à Alemanha o rearmamento, a remilitarização e a expansão. Entretanto, a política expansionista alemã durante a década de 30 não encontrou obstáculos reais. A diplomacia nazista conseguiu reincorporar a região do Sarre em 1934, que havia sido colocada sob a responsabilidade da França depois de Versalhes. Na metade da década, Hitler tornou público o rearmamento alemão e o recrutamento obrigatório. Em 1936 a Renânia foi ocupada (fronteira com a França). Diante dessa política expansionista, dirigida não apenas às regiões habitadas por alemães, como ficou claro com a anexação da Tchecoslováquia (38 e 39), a Inglaterra e a França respondiam com o silêncio. À medida que Hitler aumentava as suas exigências, essas potências desenvolviam o que se convencionou chamar política de apaziguamento. Em dezembro de 1939, Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo, político e escritor, na ocasião servindo no exército francês na região da Alsácia, transcreveu

em seu diário as passagens principais “de um artigo de X, publicado na Revue des Deux Mondes de 15 de agosto de 1939”. Esse documento de época analisa o período de paz-guerra vivido pela Europa.

No atual estado da técnica militar, precisa-se de uma centena de viaturas e mais de cem toneladas de obuses para romper de modo certo a resistência oferecida em um único quilômetro, por um único batalhão bem entrincheirado e com cobertura de arame... Nas fronteiras restritas, como as da Europa, muito estreitas para os efetivos enormes do recrutamento geral, metralhados pela defesa das fortificações permanentes, pouca esperança pode haver de suplantar as posições adversárias... A decisão só poderá ser tomada depois do sucesso de numerosas ações ofensivas, portanto, ao preço de um esforço gigantesco que pressupõe uma superioridade numérica e industrial considerável. Se não fosse assim, o conflito só poderia ser resolvido pelo desgaste moral e material de um dos dois beligerantes. Nos dois casos, a luta tomaria a forma de uma luta de morte com tantas perdas e ruínas que as condições de paz, por mais vantajosas que fossem, jamais poderiam compensá-las.

O conceito clássico da guerra conduz, portanto, a uma forma de conflito que não corresponde às possibilidades e às necessidades da Europa, atualmente. A Europa, na verdade, não se refez ainda dos inconvenientes de todo tipo provocados pela Grande Guerra. Precisa de paz para se refazer e reorganizar sua economia em função dos meios modernos de produção... Por outro lado, a opinião pública, na maior parte das nações européias, recusa-se instintivamente a aceitar a idéia da guerra... *Essa convicção é um fato capital peculiar da nossa época.*

Sendo assim, como resolver os conflitos entre nações?... Impõem-se novos métodos... O problema continua sem solução: consiste em forçar um Estado a subscrever obrigações que lhe são impostas, em uma palavra, a capitular. A guerra pode mudar sua forma, mas seu objetivo essencial permanece o mesmo.

Incapaz de subjugar, de um só golpe, o adversário, a nova guerra terá como objetivo convencê-lo a capitular, em vez de continuar a luta. A ação radical é substituída por uma *ação persuasiva* da força. Mas... a política só dispunha antigamente de uma margem de pressão muito fraca... o menor erro de manobra, o menor excesso podiam provocar a guerra. A política era portanto exercida como um jogo variado de combinações e compromissos. Hoje a situação é completamente diferente: o espectro sempre presente da guerra total e o temor que ela inspira fazem com que seja vista como uma solução desesperada à qual se recorrerá somente em último caso. A impotência da ação militar torna quase insensível a epiderme das

nações (Anschluss, Sudetos, intervenção na Espanha, combate russo-japonês de Kuang-Tcheu-Feng), poderíamos multiplicar os exemplos da paciência espantosa das nações, comparada ao seu antigo nervosismo.

Assim, essa repugnância pela guerra total, por uma transformação surpreendente, autoriza o emprego da violência que ultrapassa nitidamente as regras da tradição diplomática... Já não é a paz e ainda não é a guerra que conhecíamos, mas um estado intermediário que chamaremos de paz-guerra.

A paz-guerra repousa na idéia de aproveitar o temor da guerra-catástrofe para exercer pressões mais enérgicas do que antigamente, evitando criar uma tensão suficiente para levar o inimigo à guerra total.

O primeiro elemento de toda combinação consistirá, portanto, em avaliar o ponto crítico além do qual o adversário preferirá a guerra total à capitulação.

Revue des Deux Mondes. A Paz-Guerra. In: Sartre, Jean-Paul. *Diário de uma Guerra Estranha*. São Paulo, Círculo do Livro s/d, pp. 97-8.

69. PACTO NAZI-SOVIÉTICO

Antonio Pedro

A 23 de agosto de 1939, milhões de pessoas em todo o mundo foram surpreendidas com a assinatura de um tratado de não-agressão entre a Alemanha e a União Soviética. O texto do prof. Antonio Pedro nos apresenta as circunstâncias históricas que levaram à assinatura do pacto. O ponto de maior tensão na Europa era a fronteira entre a Alemanha e a Polônia. Hitler desejava reincorporar Dantzig, uma cidade marítima que possuía uma população em grande parte alemã. Sabe-se que a Prússia Oriental estava isolada do resto da Alemanha por um "corredor polonês", que garantia à Polônia o acesso ao mar. As pretensões da Alemanha em direção a leste já haviam sido esboçadas por ocasião da elaboração do programa do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que afirma: "Exigimos igualdade de direitos para o povo alemão em suas relações com outras nações, e a abolição dos Tratados de Paz de Versalhes e St. Germain". Até o mês de março de 1939, a diplomacia nazista procurou uma aproximação com a Polônia, mas devido à resistência dos poloneses, Hitler partiu para a ameaça militar, que criava uma situação delicada com a União Soviética.

A União Soviética ficara isolada da política européia. Com o Acordo de Munique seu isolamento se acentuou. As pretensões de Hitler em direção ao leste, visando a conquista da Polônia, deixava os russos bastante preocupados. E as tentativas de uma aliança com os países do Ocidente, principalmente a França, para uma defesa mais coletiva, parecia cada vez mais difícil. O Acordo de Munique humilhara a liderança soviética, pois os russos insistiram numa aliança antinazista para defender a Tchecoslováquia. Por essa razão Stalin, líder do governo soviético, ordenou a seus ministros que comesçassem a sondar indiretamente a Alemanha para um acordo de não-agressão.

Mesmo tentando uma aproximação com a Alemanha nazista o governo soviético continuava insistindo em uma aliança antinazista para impedir o expansionismo alemão. O historiador Isaac Deustcher resume numa frase a política externa de Stalin, neste momento de tensão na Europa: "Ainda mantinha a porta da frente aberta aos britânicos e franceses e limitava o contato com os alemães à porta dos fundos".

Mas os países ocidentais tratavam com certo desprezo as propostas de Stalin. Os negociadores do Ocidente nunca tinham credenciais necessárias para tomar importantes decisões. Os líderes da Inglaterra e França haviam mostrado uma disposição subserviente para negociar as exigências alemãs na questão tcheca; agora não se dispunham a negociar em ritmo de urgência com a União Soviética. Por essa razão, o plano de Stalin era manter-se distante da guerra de caráter imperialista, pelo menos num primeiro momento, pois uma aliança com o Ocidente o obrigaria a combater desde o primeiro dia de conflito. Segundo seus planos, a União Soviética precisava de tempo, muito tempo. Stalin sabia que o projeto político-militar da Alemanha era a expansão para o Leste, pois ela precisava do *Lebensraum* (o chamado espaço vital). É certo que existia a Polônia entre a União Soviética e a Alemanha, mas os russos não confiavam na ajuda do Ocidente aos poloneses, pois havia o precedente tcheco.

A velha tentativa de estabelecer a segurança coletiva morria rapidamente. Stalin substituiu Litvinov, judeu de origem, por Molotov, grão-russo. Este detalhe aparentemente sem importância revelava a tendência de Stalin de modificar a política externa e, de certa forma, aproximar-se da Alemanha. Era a resposta de Stalin à Política externa da Inglaterra e da França. Para a Alemanha nazista um pacto de não-agressão com a União Soviética poupava-lhe o risco de, em caso de guerra, ter que lutar em duas frentes.

Em agosto de 1939, foi aberta a primeira fase de conversações entre Alemanha nazista e União Soviética. No dia 23 de agosto foi assinado o famoso pacto de não-agressão nazi-soviético. Pelo acordo os dois países se comprometiam a manter-se neutros em caso de guerra, mas não havia nenhum compromisso nem acordos de amizade. Havida cláusulas de comércio e intercâmbio econômico. Através de artigos secretos, parte da Polônia habitada por bielo-russos e

ucranianos passava a ser área de interesse da União Soviética. Também a Finlândia e os países bálticos passaram para área de influência soviética. À Alemanha foi garantida a neutralidade da União Soviética, o que lhe evitava a possibilidade de lutar em duas frentes.

Ainda hoje discute-se o pacto nazi-soviético. Teria sido um erro a assinatura de um acordo entre dois países absolutamente opostos e inimigos? Stalin dizia que não. Que graças ao pacto a União Soviética ganhara um ano e meio para se armar, ganhara território defensivo e, sendo a Alemanha a agressora, os soldados do Exército Vermelho lutaram com alto moral.

Há fortes dúvidas quanto a esses argumentos – os territórios conquistados à Polônia não valeram nada, pois em um dia o exército alemão os havia ultrapassado. Quanto ao tempo que Stalin poderia ter ganho, Hitler aproveitou-o muito mais, pois pôde contar com os enormes recursos dos países conquistados antes de iniciar a invasão da União Soviética.

Pedro, Antonio. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986, pp-13-4 (Coleção Discutindo a História).

70. UMA VÍTIMA FALA DA TRAGÉDIA

Shinji Mukai

O documento a seguir é o depoimento de um sobrevivente da tragédia de Hiroxima. Em 1945, Hiroxima era a sétima cidade do Japão, um porto de 344 mil habitantes civis e 150 mil soldados. Ela nunca tinha sido bombardeada, pois tendo sido escolhida como alvo da bomba atômica desde setembro de 1944, deveria permanecer indene até sua hora final, para ser possível a avaliação da eficácia da nova bomba. As 8h 15min 43s do dia 6 de agosto de 1945 o céu de Hiroxima deixou de ser azul e ganhou uma coloração heterogênea: branco, violeta, púrpura, rosa e muitas outras. Milhares de pessoas simplesmente evaporaram, devido ao calor expelido (55 milhões de graus celsius) e, apenas dois segundos depois, outros milhares morriam esmagados pelos escombros. Segundo fontes japonesas, nesses dois segundos morreram 240 mil pessoas, enquanto que fontes americanas informam terem sido 90 mil. Dois dias depois da explosão, os soldados soviéticos invadiram a Manchúria (a data havia sido combinada em fevereiro, com americanos e britânicos em Ialta). A 9 de agosto, foi lançada uma outra bomba atômica sobre o Japão, agora uma bomba de plutônio, que atingiu Nagasaki e matou 40 mil pessoas ou mais. A rendição japonesa veio a

14 de agosto. O número de sobreviventes que vive no Brasil e em outros lugares é incerto e os poucos existentes ocultam a sua condição, por temer que o passado seja uma barreira no relacionamento com outras pessoas. Em 1975, o feirante Shinji Mukai, na época com 45 anos, residente em São Paulo há 21 anos, concordou em dar seu depoimento ao repórter Antonio Biancarelli, da revista VEJA.

Eu tinha 15 anos quando a bomba caiu. Trabalhava numa fábrica de espoletas e bombas navais, a três quilômetros do centro de Hiroxima – no início da guerra eu era estudante, mas, quando a situação no Japão se agravou, em 1944, todos os estudantes passaram a trabalhar. Em casa só moravam meus pais, eu e meu irmão mais velho, Shoji, que na época tinha 18 anos. Os outros quatro, menores de 14 anos, ficavam num sítio fora da cidade, onde só permanecia quem tinha de trabalhar.

No dia 6 de agosto de 1945, eu e Shoji saímos para trabalhar, por volta das 7 horas – ele nos escritórios dos estaleiros Mitsubishi, a 6 quilômetros do centro; eu, na fábrica operando uma espécie de laminadora. Lembro-me da hora do estouro. Estava tudo tranqüilo, como todos os dias. De repente, ouvi um barulho grande, que não sabia se era de bomba ou da fábrica desabando. Lembro-me de que fui arremessado a vários metros, mas só percebi isso ao acordar, tempos depois. Só tive forças para gritar. Um pouco mais tarde, quatro trabalhadores que estavam fora da fábrica na hora da explosão me encontraram e me arrastaram para fora. Estava com três costelas quebradas. Minha roupa estava coberta de sangue – é que a máquina em que trabalhava tinha tombado sobre meu companheiro, esmagando-o. O sangue era dele.

Quando saí dos escombros, pensei que tinha morrido. Não conseguia entender nada, a fumaça cobria tudo e havia um cheiro forte que nunca tinha sentido. O centro da cidade era uma imensa fogueira. Ainda pensei em meus pais, mas logo entendi que nunca mais os encontraria. Meus companheiros queriam fugir, mas ninguém sabia em que direção, por causa da fumaça. Então alguém se lembrou dos trilhos do bonde. Seguindo por eles, uns quatro ou cinco quilômetros, a gente saía num campo de treinamento militar, próximo do mar, onde havia também o hospital militar.

Fomos seguindo os trilhos. Já estávamos quase chegando quando uma chuva preta começou a cair. Parecia pólvora de granada molhada, com um cheiro muito forte. Quando chegamos ao campo, havia mais de 5 mil pessoas feridas espalhadas, muitas quase mortas. Soube depois que, dos 2 mil operários da fábrica onde trabalhava, mais de 1700 morreram na hora da explosão.

No campo, encontrei meu irmão Shoji. Ficamos lá até as 4 horas da tarde. Ninguém queria ficar muito tempo ali – achávamos que

os americanos iriam jogar outra bomba. Foi dada uma ordem para que permanecessem só os feridos. Os outros deveriam ir para um lugar mais seguro, para os lados de Kabe, um povoado a 30 quilômetros.

Eu e meu irmão não queríamos abandonar a cidade sem saber o que acontecera a nossos pais e decidimos tentar chegar até nossa casa. Mas, a quase três quilômetros do local da explosão, compreendi que não havia esperanças: num raio de mais de dois quilômetros encontrei milhares de corpos, todos carbonizados, não dava para reconhecer ninguém. O rio Ohta, que passava perto de casa, estava cheio de entulho. Chegamos bem perto de onde era nossa casa. Só restaram algumas coisas que eram de ferro. Por perto encontrei uns quatro ou cinco corpos carbonizados. Acho que meus pais estavam entre eles.

Na mesma noite, eu e outras catorze pessoas chegamos a uma pequena igreja perto de Kabe. Ficamos ali dois dias. Eu estava muito mal. Além das costelas quebradas, começou a sair sangue do meu corpo sem que eu tivesse nenhum ferimento. Safa sangue da pele, em todo o corpo. Na igreja, desmaiei várias vezes. Como demorasse para recuperar os sentidos, fui considerado morto e colocado junto com outros quatro que morreram naqueles dias. Já estava coberto com uma esteira usada para cobrir os mortos quando acordei.

Fui, então, para a casa de uma tia, a 60 quilômetros. Na semana seguinte à explosão, um grupo de socorro do povoado, que fora trabalhar em Hiroxima, voltou de lá doente; alguns morreram. Durante dois anos não consegui trabalhar – estava muito fraco, respirava com dificuldade. Voltei para Hiroxima em 1947. Quase não a reconheci: só havia barracões. Passei a trabalhar na Estrada de Ferro Nacional do Japão, mas ninguém se preocupou com minha saúde: não recebi nenhuma ajuda do governo, nunca se preocuparam com minha situação de sobrevivente da bomba.

Depoimento de Shinji Mukai ao repórter Aureliano Biancarelli. Uma vítima fala da tragédia. In: *Revista VEJA*, 13 de agosto de 1975, p. 34.

71. AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

Jean Delmas

O pequeno trecho a seguir analisa profundamente as consequências econômicas da Segunda Guerra Mundial. Os números apresentados pelo autor revelam uma dimensão até então pouco difundida. Delmas observa que a guerra se constituiu em um conflito que utilizou recursos até ao seu limite, e que se traduziu por consequências igualmente capitais e diversificadas.

A Segunda Guerra Mundial não se saldou apenas por pavorosas perdas humanas, por uma alteração por vezes lamentáveis dos valores morais geralmente admitidos e que, mal ou bem, regiam as relações entre os indivíduos e por vezes entre as nações, mas também por um balanço econômico cuja amplitude atinge dimensões desconhecidas. Foi, na verdadeira acepção da palavra, uma guerra total, que utilizou recursos até ao seu limite e que se traduziu por consequências igualmente capitais e diversificadas:

- Aumento geral da dívida pública, e em proporções frequentemente catastróficas. A guerra custou à França o equivalente a 35 mil milhões de dólares, à Inglaterra 50 mil milhões: para fazer face a este enorme déficit, a Grã-Bretanha teve de liquidar a terça parte dos seus bens no estrangeiro e endividar-se em relação aos Estados Unidos e aos seus próprios domínios; a dívida interna passou de 7 mil milhões de libras em 1939 para 22 mil milhões; a libra desvalorizou-se 38% em relação ao dólar. A dívida pública dos Estados Unidos passou de 46 para 263 mil milhões de dólares.

- Abaixamento do nível de vida das populações: racionamento de bens alimentares, desaparecimento, por vezes total, dos bens de consumo julgados indispensáveis, manutenção das “senhas de racionamentos” até cerca de 1950;

- Estabelecimento de um controle governamental energético: controle dos preços e da moeda, das matérias-primas; orientação da produção; controle das trocas para tentar reduzir a fuga de capitais;

- Variação da produção industrial. Em França, em Maio de 1944, o índice da produção industrial baixou para 44, contra 100 em 1938; a França perdeu mais de 1/5 das suas locomotivas, 2/3 de vagões, mais de 3/4 de embarcações mercantes. Verifica-se a mesma baixa, e por vezes em maiores proporções, em Itália, Países Baixos, Alemanha, Japão. Pelo contrário, a América anglo-saxônica surge como beneficiária. Os Estados Unidos, que gastaram na guerra 300 mil milhões de dólares, aumentaram consideravelmente as suas reservas monetárias, a sua produção industrial aumentou 75%, a cultura do trigo aumentou 25%. O Canadá, por seu turno, tornado um verdadeiro arsenal para as nações aliadas, deu um forte impulso à sua indústria aeronáutica e automobilística, aos seus estaleiros navais, à sua indústria química. E o papel destes dois países será capital para o fornecimento de alimentos e equipamento indispensável aos países arruinados e devastados.

Delmas, Jean. As linhas diretrizes da economia mundial. In: Pacaut, Marcel e Bouju, Paul M. *O Mundo Contemporâneo (1945-1975)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1979, pp. 41-2 (Coleção Imprensa Universitária, v. 6).

72. AÇÕES DAS POTÊNCIAS DESMORALIZAM ONU

Newton Carlos

Durante e após a guerra, houve uma grande expansão do sentimento internacionalista. Em junho de 1945 foi assinada a carta das Nações Unidas, uma organização que teria por base "o princípio da igualdade soberana de todos os Estados amigos da paz". O objetivo básico da organização seria a manutenção da paz mundial e o órgão responsável por essa tarefa seria o Conselho de Segurança, que tem como membros permanentes Estados Unidos, China, União Soviética, França e Grã-Bretanha. Prescreve a carta que o conselho tem autoridade para investigar quaisquer disputas entre nações e tomar medidas que se fizerem necessárias para que se chegue a um entendimento. Entretanto, nenhuma iniciativa pode ser tomada sem o consentimento unânime dos cinco membros permanentes e mais dois outros. O texto do jornalista Newton Carlos nos apresenta uma decisão histórica do Conselho: "pela primeira vez ele se movimentou para acabar com uma guerra"

O Conselho de Segurança das Nações Unidas e os cinco que o controlam (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China) estão desmoralizados, desde que se encare com seriedade as ações das potências visando a paz no golfo Pérsico. Mas essa seriedade é duvidosa. Foi pedido um imediato cessar-fogo e a guerra continua.

O secretário-geral das Nações Unidas não recebe qualquer tipo de colaboração para aplicar a resolução. Tampouco trata de providenciar uma inutilidade. O envio ao Golfo de observadores internacionais com a tarefa de "verificar, confirmar e supervisionar" um cessar-fogo que não existe.

MOVIMENTO

E a decisão do conselho foi considerada histórica. Pela primeira vez ele se movimentou para acabar com uma guerra. Não conseguiu isso com a guerra de independência da Argélia, nos anos 50, porque não interessava à França. Também não conseguiu com a guerra do Vietnã, nos anos 60, porque não interessava aos Estados Unidos. E não consegue com o Afeganistão agora, porque não interessa à União Soviética. Tampouco interessou à Grã-Bretanha, e por tabela aos Estados Unidos e Europa Ocidental, que se metesse na guerra das Malvinas, em 82.

Foram precisos seis meses de negociações "silenciosas" para que os cinco grandes concordassem em que a guerra entre Irã e Iraque deixara de ser assunto privado dos dois países e exigia ações internacionais. Como a guerra não interessa a ninguém, as Nações

Unidas poderiam afinal mostrar “eficiência”. Mas a concordância alcançada a duras penas não resultou até agora em ações fora do Conselho, no campo de guerra, que favoreçam à paz. Quatro dos cinco membros têm barcos de guerra na região e não se fala em colocá-los sob a bandeira das Nações Unidas.

Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França continuam a agir no golfo em função de seus interesses e políticas. Os norte-americanos de novo “mostrando a bandeira”, com exibições de força características de uma diplomacia de canhão. Querem em primeiro lugar intimidar o Irã e, se possível, com isso apagar o triste episódio da venda de armas aos iranianos.

Os soviéticos, com apenas uma fragata e três caças-minas, querem o contrário, que todos saiam do golfo com seus barcos, o que significaria deixar o Irã e o Iraque livres para que se estrapalhem à vontade. E acabem tocando fogo em tudo. Ingleses e franceses estão mais interessados em proteger seus petroleiros. Quanto às Nações Unidas, não têm como aplicar uma resolução acertada entre cinco potências que, se quisessem, teriam como ajudá-las a cumprir o seu papel de responsável pela paz e a segurança internacionais.

Carlos, Newton. Ações das potências desmoralizam ONU. *In: Folha de São Paulo*, 30 de julho de 1987.

- Abendroth, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Arendt, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- Arendt, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo, Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- Bertelli, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.
- Brecht, Bertolt. *Terror e Misérias do III Reich*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Bresciani, Maria Stella Martins. Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (As Cidades do Século XIX). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, Editora Marco Zero, 1984-85, v. 5, nº 8/9.
- Brunschwig, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Buron, Thierry e Gauchon, Pascal. *Os Fascismos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Capelletti, Angel. *La Ideologia Anarquista*. Barcelona, Editorial Laia, 1985.
- Coquin, François-Xavier. *A Revolução Russa*. 2ª ed., Lisboa, Edições 70, s/d.
- Crossman, R. H. S. *Biografia do Estado Moderno*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- Crouzet, Maurice. *História Geral das Civilizações VII – A Época Contemporânea*. São Paulo, Difel, 1977.
- Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- Dorpalen, Andreas. Revolución de 1848. In Kernig, C. D. (org.). *Marxismo e Democracia. Enciclopédia de conceitos básicos*. Madri, Ediciones Rioduero, 1975.
- Engels, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1986.
- Fenton, Edwin. *32 Problemas na História Universal*. São Paulo, Edart, 1975.

- Folha de São Paulo*, 30.7.1987
Folha de São Paulo, 30.10.1987.
Folha de São Paulo, 10.08.1988.
- Foster, Robert e Greene, Jack P. *Revoluciones y Rebeliones de la Europa Moderna*. Madri, Alianza, 1981.
- Fromm, Erich. *O Medo à Liberdade*. 14ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- Gérard, Alice. *A Revolução Francesa. (Mitos e Interpretações)*. São Paulo, Perspectiva, s/d.
- Hampson, Norman. *Historia Social de la Revolucion Francesa*. 4ª ed., Madri, Alianza, 1984.
- Henderson, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Verbo/Edusp, 1979.
- Hill, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- Hobsbawm, Eric. J. *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- *A Era do Capital*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo, Global, 1979.
- *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1983.
- Jornal do Brasil*, 21.10.1979.
- Kernig, C. D. (org.). *Marxismo y Democracia*, Madri, Ediciones Rioduero, 1975.
- Kollontai, Alexandra. *Oposição Operária. 1920-1921*. São Paulo, Global, 1980.
- Konder, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- Kriegel, Anne. *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Lisboa, Bertrand, 1974.
- Lefebvre, Georges. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- Luxemburgo, Rosa. *Rosa, a Vermelha. Vida e obra de Rosa Luxemburgo*. 2ª ed., São Paulo, Busca Vida, 1988.
- Magdoff, Harry. *Imperialismo: Da Era Colonial ao Presente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- Marx, Karl. *O Capital*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro I, v. 1, 1975.
- Marx, Karl. *A Guerra Civil em França*. Lisboa, Editorial Avante, 1983.

- Marx, Karl. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. São Paulo, Ensaio, 1987.
- Mayer, Arno J. *A Força da Tradição – A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- Memmi, Albert. *O Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- Michel, Henri. *Os Fascismos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
- Moore Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- Pacaut, Marcel e Bouju, Paul M. *O Mundo Contemporâneo (1945-1975)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1979.
- Pedro, Antônio. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- Pensamentos de Winstanley. Ap. Hill Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 117, 139-140 e 278.
- Pla, Alberto J. *Historia del Movimiento Obrero*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1984.
- Pomer, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1985.
- Reed, John. *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- Remarque, Erich Maria. *Nada de Novo no Front*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- Remond, René. *O Século XIX – 1815-1914*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- Revista Mosaico*. Belo Horizonte, DCE-UFMG, nov. 1972.
- Revista Veja*. São Paulo, Abril, 13.8.75.
- Ribeiro, Pedro Freire. *Grande História Universal*. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1973.
- Richard, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- Roberts, J. M. (org.). *História do Século XX*. São Paulo, Abril, 1974.
- Rudé, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- Sartre, Jean-Paul. *Colonialismo e Neocolonialismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.
- . *Diário de uma Guerra Estranha*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- Siejès. E. J. *Qu'est-ce que le Tiers État?* (Documento de domínio público).

- Schiedes, Wolfgang. La Primeira Guerra Mundial. In Kerning, C. D. (org.). *Marxismo y Democracia. Enciclopedia de conceptos básicos*. Madri, Ediciones Rioduero, 1975.
- Steinbeck, John. *As Vinhas da Ira*. São Paulo, Círculo do Livro, 1976.
- Stone, Lawrence. La Revolución Inglesa. In: Foster, Robert e Greene, Jack P. *Revoluciones y Rebeliones de La Europa Moderna*. Madri, Alianza, 1981.
- Vazquez de Prada, Valentin. *História Económica Mundial II*. Porto, Livraria Civilização Editora, 1978.
- Volin. *A Revolução Desconhecida. Nascimento, Crescimento e Triunfo da Revolução Russa. (1825-1917)*. São Paulo, Global, 1980.